

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANA CLÁUDIA SOARES DA SILVA

**REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
FRANCISCO SÁ-MG**

**MONTES CLAROS/MG
JULHO/2018**

ANA CLÁUDIA SOARES DA SILVA

**REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
FRANCISCO SÁ-MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Ana Ivania Alves Fonseca.

MONTES CLAROS/MG
JULHO/2018

S586r

Silva, Ana Cláudia Soares da.

Reforma agrária e assentamentos rurais no município de Francisco Sá-MG [manuscrito] / Ana Cláudia Soares da Silva. – Montes Claros, 2018. 147 f. : il.

Bibliografia: f. 127-138.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2018.

Defesa: 16/07/2018.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Ivania Alves Fonseca.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais – Francisco Sá (MG). 3. Política pública. 4. Norte de Minas. I. Fonseca, Ana Ivania Alves. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

ANA CLÁUDIA SOARES DA SILVA

**REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
FRANCISCO SÁ-MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ana Ivania Alves Fonseca.

Banca:

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ana Ivania Alves Fonseca
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

Prof^a. Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe- UFS

MONTES CLAROS/MG
JULHO/2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus meu criador e protetor, por me conceder mais uma conquista e vitória.

Aos meus pais Calmina e José pelos bons conselhos, apoio incondicional e por sempre estarem presentes em todas as etapas da minha vida.

Aos meus irmãos Nara, Edna e José Augusto pelo companheirismo e motivação.

As minhas filhas de coração Giovanna e M^a Júlia, pelo encantamento de criança e pelos grandes momentos de alegria, criatividade e entusiasmo.

Ao meu namorado Rogério pelo estímulo, auxílio e carinho.

Aos colegas de mestrado, e de modo muito especial a Bruna Laughon pela cumplicidade e ajuda mútua.

A amiga Camila Rodrigues pela torcida e incentivo.

A minha orientadora, Prof^o Dr^a. Ana Ivania Alves Fonseca, pelo rico conhecimento e empenho dedicado a conduzir a orientação da pesquisa com sugestões reflexivas, ensinamentos e pela convivência.

Aos Profs. Drs. Cássio Alexandre da Silva e Anderson Willians Bertholi pelos direcionamentos e contribuições no processo de qualificação,

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO (UNIMONTES) pela concretização da pesquisa e pela oportunidade da realização do intercâmbio na UNESP-Rio Claro.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural – NEPGer (UNIMONTES) pela importância desempenhada em projetos de pesquisas no Norte de Minas Gerais. Aproveitando para enviar um abraço fraterno a todos os companheiros de pesquisas do NEPGer, em especial a Silviane Costa,

A FETAEMG- Polo Regional Norte em Montes Claros pela disponibilização dos dados, e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Sá pelo apoio na pesquisa.

A CPT pelo trabalho e desempenho nas questões sociais no Norte de Minas.

A CAPES pelo incentivo de estudo e bolsa de pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer aos moradores dos assentamentos Fazenda Serrador e Sol Nascente pela oportunidade e receptividade para realização da pesquisa.

Enfim, todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente, tornando esse momento possível. Obrigada!

“[...] conquistando a terra, na formação do assentamento, transformam o espaço em território, recriando o trabalho familiar e reproduzindo a luta pela terra por meio do trabalho de base na formação de novos grupos de famílias” (FERNANDES, 2004).

RESUMO

A desigualdade de acesso à terra no Brasil e a formação de latifúndios são frutos da herança colonial. Essa estrutura contribuiu para o surgimento de conflitos e movimentos sociais no campo na luta pela reforma agrária, a fim de propor democraticamente a organização de assentamentos em condições adequadas para autonomia social, reprodução agrícola e modo de vida. O ordenamento jurídico da política de reforma agrária foi editado pelo Estatuto da Terra, lei nº 4.504/64 e pela Constituição Federal de 1988. Os assentamentos rurais e as diversas modalidades representaram novas dinâmicas territoriais para o espaço rural norte-mineiro com a formação de diferentes núcleos familiares, apresentados tanto pela criação de PAs criados pelo INCRA com a desapropriação ou compra e venda da terra, como também pelo financiamento por meio dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Programa Nacional de Crédito Fundiário. Para tanto, esta pesquisa busca fazer uma análise dos diferentes programas de assentamentos rurais no município de Francisco Sá- MG. Para execução da pesquisa os procedimentos metodológicos basearam-se em estudos bibliográficos para fundamentação da parte teórica, pesquisa direta através de trabalho de campo nos assentamentos Sol Nascente e Fazenda Serrador, registros fotográficos, participação de reuniões da associação, e a realização de entrevistas semiestruturadas com auxílio de gravador de áudio. Os assentamentos rurais no município de Francisco Sá-MG constituem-se em territórios, compostos por diferentes modalidades de acesso à terra e reprodução social diversa. Assim sendo, a mudança da estrutura fundiária vigente requer uma reorganização na política de reforma agrária, com medidas específicas de apoio aos assentamentos, através da promoção de políticas públicas e investimentos tecnológicos, com a implantação de infraestrutura produtiva e social.

Palavras-Chave: Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. Política Pública. Norte de Minas

ABSTRACT

The colonial heritage in Brazil has led to land access inequality and latifundium formation. This structure contributed to the agrarian reform conflicts and social movements aimed to democratically propose the settlements organization with social autonomy, agriculture reproduction, and adequate living. The legal order for the agrarian reform politics was edited by the Earth Statute, law n° 4.504/64 and by the 1988 Federal Constitution. The rural settlements and its diverse modalities represented new territorial dynamics for the rural space in the north of Minas Gerais with the formation of different family units, presented both by the INCRA development of settlement projects with expropriation or land purchase and sale, and financing through the Earth banknote, Earth Bank, and National Land Credit programs. Therefore, the present study aimed to analyze different rural settlement programs in Francisco Sá, Minas Gerais, Brazil. The methodology was based on literature search to establish the theoretical part, fieldwork in the *Sol Nascente* and *Fazenda Serrador* settlements, photographic records, association meetings participation and semi-structured interviews with audio recording. The rural settlements in Francisco Sá constitute territories composed of different land access modalities and several social reproductions. In this sense, the land structure change requires a reorganization of the agrarian reform policy, with specific measures to support settlements via public policies and technological investments, establishing productive and social infrastructure.

Keywords: Agrarian Reform. Rural Settlements. Public Policy. North of Minas Gerais.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1- Status da proposta x famílias beneficiadas no PNCF/MG.....p.75
- Gráfico 2- Famílias beneficiadas em diferentes linhas do PNCF/MG em 2017.....p.75
- Gráfico 3- Propostas do ano de 2017 das linhas de créditos do PNCF/MG.....p.76
- Gráfico 4- Números de beneficiários por status de gêneros do PNCF/MG (2017).p.77
- Gráfico 5- Faixa etária dos beneficiários do PNCF/MG no ano de 2017.....p.77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Procedimentos metodológicos.....	p.21
Figura 2-	Características físicas do município de Francisco Sá- MG.....	p.82
Figura 3-	Acampamento às margens da BR MGC-122 em Capitão Enéas.....	p.89
Figura 4-	Moradia dos assentados no PA Sol Nascente.....	p.98
Figura 5-	Integração do grupo em momento de reunião.....	p.98
Figura 6-	Organização social e atuação do MST no PA Sol Nascente.....	p.99
Figura 7-	Fases de criação de assentamentos rurais pelo INCRA.....	p.100
Figura 8-	Propostas de parcelamentos e divisões dos lotes no PA Sol Nascente.....	p.101
Figura 9-	A questão da água no PA Sol Nascente.....	p. 103
Figura 10-	Agrovila e estrutura das casas no assentamento Fazenda Serrador.....	p.107
Figura 11-	Barraginhas na área coletiva.....	p.108
Figura 12-	Acesso à água potável no assentamento Fazenda Serrador.....	p.108
Figura 13-	Reunião para renegociação da dívida.....	p.109
Figura 14-	Sede da fazenda.....	p.109
Figura 15-	Esquema de estruturação dos assentamentos.....	p.111
Figura 16-	Valor da terra.....	p.113
Figura 17-	Dinâmica na produção da mandioca no PA Sol Nascente.....	p.116
Figura 18-	Produção e diversificação dos assentamentos.....	p.118
Figura 19-	Feira da agricultura familiar em Francisco Sá-MG.....	p.119
Figura 20-	Quintal produtivo e diversidade na produção no Assentamento Serrador.....	p.121
Figura 21-	Plantação de pimentas no PA Sol Nascente.....	p.121

LISTA DE MAPAS

Mapa1-	Demarcação da área de estudo.....	p.20
Mapa 2-	Superintendências Regionais do INCRA.....	p.31
Mapa 3-	Geografia dos assentamentos rurais no Brasil.....	p.50
Mapa 4-	Mesorregiões de Minas Gerais.....	p.53
Mapa 5-	Minas Gerais: ocupações por mesorregiões- 1990 a 2015.....	p.62
Mapa 6-	Assentamentos rurais da mesorregião Norte de Minas.....	p.63
Mapa 7-	Localização do município de Francisco Sá- MG.....	p.79
Mapa 8-	Localização dos PAs do INCRA na Microrregião de Montes Claros.....	p.92
Mapa 9-	Carta imagem do assentamento Sol Nascente-INCRA.....	p.96
Mapa 10-	Carta imagem do assentamento Fazenda Serrador-PCT.....	p.105

LISTA DE TABELAS

Tabela1-	Análise espaço-temporal da questão agrária no Brasil.....	p.32
Tabela 2-	Mecanismos de acesso à terra no Brasil.....	p.40
Tabela 3-	Assentamentos rurais pelo INCRA	p.41
Tabela 4-	Assentamentos rurais pelo financiamento da terra.....	p.66
Tabela 5-	Política e descrição dos assentamentos pela modalidade “RAM”	p.67
Tabela 6-	Painel de indicadores gerenciais do PNCF.....	p.73
Tabela 7-	População total: rural urbana de Francisco Sá – MG.....	p.80
Tabela 8-	Renda, pobreza e desigualdade social de Francisco Sá – MG.....	p.80
Tabela 9-	Módulo fiscal do Município de Francisco Sá-MG.....	p. 86
Tabela10-	Assentamentos rurais de Francisco Sá- MG não inserido no sistema atual SIG/CF.....	p. 86
Tabela11-	Assentamentos do município de Francisco Sá-MG inseridos no Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário SIG/CF.....	p. 87
Tabela12-	Listagem de algumas produções encontradas nos lotes dos assentamentos.....	p.117
Tabela13-	Análise sobre os dois assentamentos de estudos.....	p.122

LISTA DE SIGLAS

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES- Assistência Técnica Social e Ambiental
ATES- Assistência Técnica Social e Ambiental
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BT- Banco da Terra
CAF- Consolidação da Agricultura Familiar
CEBs- Comunidade Eclesiais de Base
CEDRS- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNDRS- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
Agricultoras Familiares
CPR- Combate à Pobreza Rural
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CTPAAM- Câmara Técnica de Políticas Agrárias e Ambientais
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
ECGR- Estudo da Capacidade de Geração de Renda do imóvel
ESRI- Environmental Systems Research Institute
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Est MG
FJP- Fundação João Pinheiro
FLORA- Florestas Nacionais
FMP- Fração Mínima de Parcelamento
FV- Fora de Vigência
GEBAM- Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GETAT- Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
IPEA- Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAGEA - Laboratório de Geografia Agrária
LCBN- Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário
MF- Módulo Fiscal
MPOG-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRG- Microrregiões Geográficas
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
NPT- Nossa Primeira Terra
NIS- Número de Identificação Social
PA- Projeto de Assentamento Federal
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PAC- Projeto de Assentamento Conjunto
PAD- Projeto de Assentamento Dirigido
PAE- Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF- Projeto de assentamento florestal
PAM- Projeto de Assentamento Municipal
PAR- Projeto de Assentamento Rápido
PC- Projeto de Colonização Oficial
PCA- Projeto de Assentamento Casulo
PCPR- Projeto de Combate à Pobreza Rural
PCQ- Projeto Integrado de Colonização
PCT-Programa Cédula da Terra
PDA- Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS- Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE- Projeto de Assentamento Estadual
PEC- Projeto Especial de Colonização
PFP- Projeto Fundo de Pasto
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF- Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRB- Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens

PROCERA- Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT- Partido dos Trabalhadores
RAM- Reforma Agrária de Mercado
RDS- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX- Reserva Extrativista
SEDA-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SEDRU- Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana
SIATER- Sistema Informatizado de ATER
SIG/CF - Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário
SIG- Sistema de Informação Geográfica
SIS- Consórcio Intermunicipal de Saúde
SRA-Subsecretaria de Reordenamento Agrário
STRs- Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRQ- Território Remanescente de Quilombola
UDR- União Democrática Ruralista
UTE-Unidades Técnicas dos Estados
ZP- Zona de Pecuária
ZTM- Zona Típica de Módulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.17
CAPÍTULO I: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: DISCUSSÕES E PROBLEMÁTICAS	
1.1 A concentração fundiária e reflexo contemporâneo.....	p.24
1.2 Políticas de acesso à terra e as diferentes modalidades de assentamentos.....	p.37
1.3 Geografia dos assentamentos rurais e a construção de novas territorialidades.....	p.45
CAPÍTULO II: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS: QUESTÕES SOCIAIS E POLÍTICAS	
2.1 Ocupação de Minas Gerais: a luta pela terra e a reforma agrária na mesorregião Norte de Minas.....	p.52
2.2 A reforma agrária na conjuntura de “mercado”: uma leitura sobre o novo viés de acesso à terra no Norte de Minas.....	p.64
2.2.1 Concepção sobre o Programa Cédula da Terra (PCT) no Norte de Minas.....	p.68
2.2.2 A proposta do programa Banco da terra (BT).....	p.70
2.2.3 Abrangência do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).....	p.71
2.3 Histórico e desenvolvimento de Francisco Sá-MG: questão agrária e assentamentos rurais.....	p.78
CAPÍTULO III: UMA ANÁLISE SOBRE OS ASSENTAMENTOS: FAZENDA SERRADOR E SOL NASCENTE	
3.4 A trajetória do assentamento Sol Nascente e o histórico da luta pela terra.....	p.91
3.5 O Programa Cédula da Terra (PCT) e a criação do assentamento Fazenda Serrador.....	p.103
3.6 Beneficiários da Reforma Agrária: entrelaçando diálogos entre dois assentamentos rurais.....	p.109
3.7 Nível de organização e estrutura socioproductiva.....	p.114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.125
REFERÊNCIAS	p.128
APÊNDICE	p.140
ANEXO	p.142

INTRODUÇÃO

Na busca de raízes profundas sobre a temática que acirra essa discussão, é necessário um estudo que coloque em evidência a complexidade da estrutura fundiária do país, cuja compreensão requer uma análise desde o processo de conquista e ocupação do território brasileiro.

A problemática da posse da terra teve origem desde o período colonial cuja reflexão ainda está presente nos dias de hoje. O plano de ocupação do Brasil baseou-se na Lei das Sesmarias, após esse sistema, os registros de terras firmavam-se através das capitânicas hereditárias. Essa estrutura foi o marco para a extensão dos latifúndios, monocultura, mão de obra escrava e conflitos sociais.

No período imperial, com a criação da Lei de Terra (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), constitui-se no Brasil a organização da propriedade privada. Estrategicamente, essa lei contribuiu para o favorecimento e privilégios dos grandes fazendeiros o que levou a desigualdade na estrutura agrária no país.

Com o regulamento da lei, todas as terras devolutas ficaram sobre a posse do poder público e também pela legitimação da propriedade privada. A demarcação das terras foi por decisão do próprio proprietário através de registros nas paróquias, enquanto as terras públicas ou ociosas foram delimitadas pelo governo.

Nessas premissas, destaca-se a ocorrência de grilagem por parte dos grandes proprietários de terras, os quais ocasionaram uma enorme desigualdade e exclusão das pequenas propriedades rurais, suprimindo os direitos pela terra. Essa estrutura fundiária possibilitou a construção do domínio do poder político e das elites agrárias.

Na década de 1960, com a criação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) a reforma agrária começa a ser pauta nos debates políticos. A iniciativa do plano era amenizar as reivindicações populares e tensões sociais que cada vez mais cresciam no país.

Tal configuração impulsionou a criação de movimentos sociais em prol de uma renovação política e social. O surgimento das Ligas Camponesas consistiu em um movimento defensor da reforma agrária, a luta camponesa ganhou dimensão nacional, sendo forte representante dos interesses sociais e melhoria para o campo. A ideologia do movimento foi aniquilada pela repressão do período militar, sendo retomada somente a partir da década de 1980 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST (OLIVEIRA, 2002).

Sob a óptica de inconformidade social, o MST territorializa-se nas cinco regiões do país com foco e enfrentamento contra as elites latifundiárias. As mobilizações dos trabalhadores rurais representaram vários avanços de conquistas e exigências para o cumprimento da função social da terra.

A desapropriação por interesse social, tal como tratado no Art. 18 do Estatuto da Terra, é retomada na Constituição Federal de 1988, no Art. 184, em que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

A reforma agrária surge como um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mudanças nas estruturas fundiárias, alterações no regime de posse e uso. Desse modo, essa política no país é desenvolvida com a implantação de várias modalidades de assentamentos, por meio da adequação aos diferentes territórios e regiões (INCRA, 2017).

Os programas de assentamentos representaram uma nova realidade para a questão agrária no país. Essas modalidades apresentaram características próprias e territorialidades distintas em cada região. Como por exemplo, os assentamentos: Federais, Estaduais, Municipais, Projeto de Assentamentos Agroextrativistas, Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Projeto de Assentamentos Florestais, Projeto de Assentamentos Casulo, Assentamentos do Programa Crédito Fundiário, Assentamentos de Reservas Extrativistas, Território Remanescentes de Quilombolas, Reconhecimento de Assentamentos de Fundo de Pasto, Reassentamentos para construção de Barragens e os Assentamentos Floresta Nacional, criados pelos órgãos ambientais (INCRA, 2017).

Nesse contexto, ao passo que a reforma agrária trilhava momentos de avanços e retrocessos com forte luta e repressão dos movimentos pela terra e também pela insuficiência na sua representatividade, foram incorporadas novas estratégias de implantação de assentamentos. Esse modelo foi instituído pelos: Programa Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BT) e o atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ou “Reforma Agrária de Mercado”- RAM do Banco Mundial (SAUER, 2010).

As políticas de reforma agrária criadas no Brasil com vertentes e ideologias diferenciadas buscam novas discussões para criações dos assentamentos rurais, através da forma de acesso à terra e a diversidade de programas. O fio condutor dos assentamentos formado pela desapropriação foram os movimentos sociais, contudo nos assentamentos da modalidade RAM, o acesso à terra é viabilizado pelo financiamento e seleção de famílias.

Os primeiros assentamentos, pela Reforma Agrária de Mercado criados no Norte de Minas foram implantados pelo PCT em 1997, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso. A nova maneira de acesso à terra complementou o modelo tradicional da reforma agrária em detrimento as ocupações no campo.

A atualidade da reforma agrária brasileira não pode ser interpretada sem levar em conta a diversidade dos territórios dos assentamentos rurais e a identidade dos camponeses assentados. Nesse entendimento, a categoria território associada ao valor material e simbólico, estabelece novas dinâmicas nos assentamentos nos processos de produção e reprodução do espaço.

No estudo da questão agrária na mesorregião Norte de Minas, é necessária uma investigação histórica da paisagem atual norte-mineira, bem como a formação e ocupação do território. Neste cenário, o grande número de latifúndios foi palco de vários conflitos, fatores que desencadearam a luta pela terra em todo o estado de Minas Gerais.

O histórico da luta pela terra no Norte de Minas, de acordo com Feitosa (2008), foi evidente a partir do ano de 1980, nesse período ocorreram inúmeros focos isolados em várias regiões do estado de Minas Gerais com a participação de trabalhadores de diversas categorias, tais como posseiros, agregados, meeiros, assalariados, rendeiros, parceiros e pequenos produtores rurais.

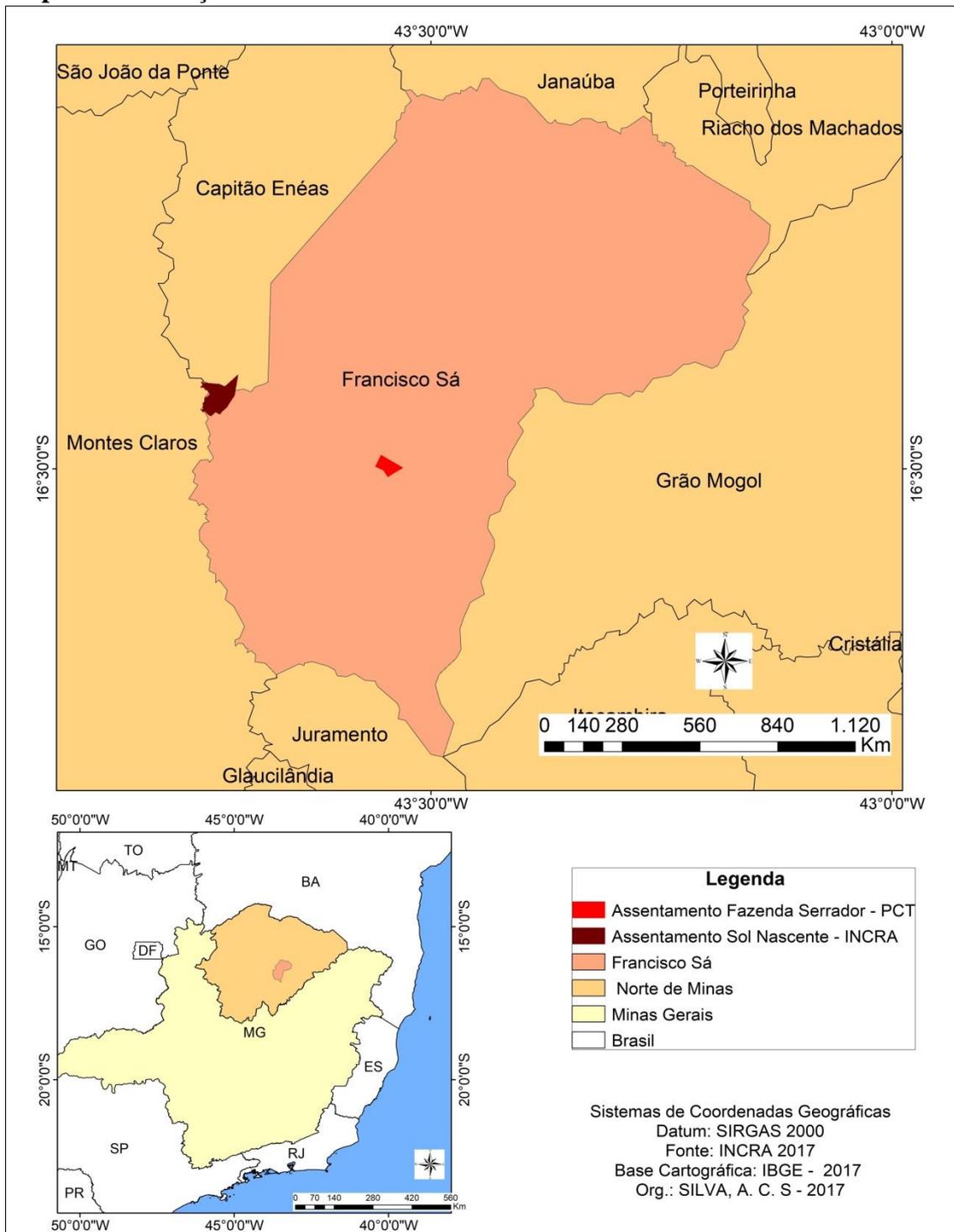
Diante da problemática que instiga essa pesquisa, surgem as seguintes indagações: Quais as modalidades de Programas de Assentamentos existem no município de Francisco Sá-MG? Quais são as condições de vida e moradia dos assentados? Quais foram os avanços no ponto de vista social e econômico? Como está o acesso às políticas públicas, as quais são específicas para os assentamentos?

O presente estudo busca fazer uma análise dos diferentes programas de assentamentos rurais no município de Francisco Sá- MG. Essa foi justamente a preocupação central da pesquisa, constituindo como tema de objeto de investigação a reforma agrária e os assentamentos rurais no recorte espacial de estudo.

Os objetivos específicos constituíram-se em refletir sobre o histórico fundiário e a territorialização dos assentamentos rurais, compreender a questão agrária na mesorregião Norte de Minas e as modalidades de assentamentos e por fim analisar a reforma agrária e as diferentes maneiras de acesso à terra, nos assentamentos Fazenda Serrador e Sol Nascente, localizados em Francisco Sá-MG.

Diante a problemática fundiária, o compromisso social da pesquisa aponta novas perspectivas e redirecionamentos de políticas públicas para evolução dos assentamentos rurais na região norte-mineira. O mapa 1 apresenta a localização dos assentamentos de estudos.

Mapa1- Demarcação da área de estudo



Org.: SILVA, 2017.

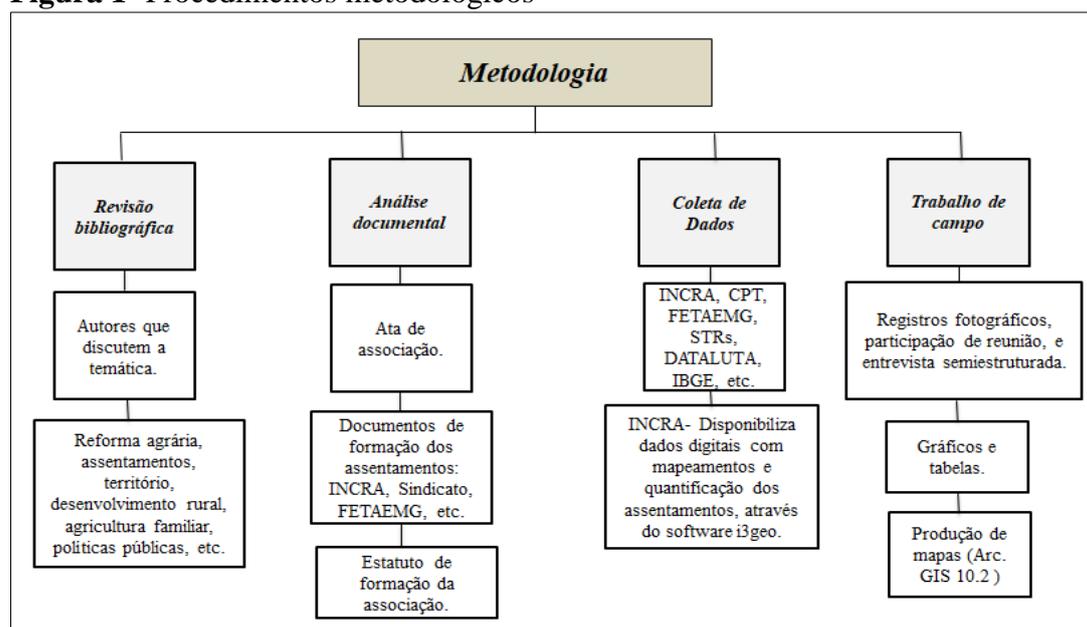
A justificativa para a escolha do local da pesquisa deu-se pela ausência de estudos sistematizados sobre os projetos de assentamentos no município de Francisco Sá-MG. Além da relevância social, o estudo consiste com contribuições e propostas para aprofundar o conhecimento de ordem teórica e prática sobre as questões agrárias e assentamentos rurais.

A viabilização da pesquisa deu-se a partir do estudo de dois assentamentos, um constituído através do Programa Cédula da Terra (PCT) e o outro pelo INCRA. A escolha de tais assentamentos baseou-se pelo mais antigo no município e com maior capacidade de famílias, como é o caso do assentamento Fazenda Serrador criado em 1999 pelo PCT. E a outra escolha, foi o assentamento do INCRA denominado Sol Nascente, criado em 2005, por ser a única modalidade constituída pela ocupação e desapropriação da terra no município.

O estudo dos assentamentos rurais tem como recorte espacial o município de Francisco Sá-MG, localizado na mesorregião Norte de Minas, com população de aproximadamente 24.912 habitantes, sendo 10.015 hab. nas áreas rurais e 14.897 residentes nas áreas urbanas, (população estimada para 2017 com 26.428 hab) com extensão territorial de 2.747,3 km² (IBGE, 2010).

A fim de buscar respostas para as questões da pesquisa o caminho metodológico irá definir gradativamente as etapas seguidas. Conforme figura 1 os detalhamentos da metodologia subdividem em:

Figura 1- Procedimentos metodológicos



Org.: SILVA, 2018.

Diante da proposta, este estudo configura-se como uma pesquisa quali-quantitativa. O levantamento de dados foi realizado em variadas fontes que se caracterizam pela revisão bibliográfica, teórica/conceitual, secundária, documental, fonte de dados primários e trabalho de campo.

Inicialmente, foi realizado levantamento bibliográfico para fundamentação da parte teórica. Esse momento propiciou a exploração de enfoques e abordagens sobre os estudos dos assentamentos e outras questões, embasados nos principais autores: Oliveira (2002), Andrade (1996), Bergamasco e Norder (1996) Fernandes (2013), Morissawa (2001), Guanzioli et al. (2001), Stédile (2012) Cleps Jr (2014), Porto-Gonçalves (2000), Feitosa e Barbosa (2006), Sauer (2010), Medeiros (2008). Esses autores irão discutir sobre a questão agrária brasileira, territorialidades, desenvolvimento rural, reforma agrária contemporânea, dentre outros autores e assuntos pertinentes que serão abordados no decorrer da pesquisa.

A pesquisa documental consistiu em análise do livro de ata das reuniões; pesquisa direta no polo da unidade avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA localizado na cidade Montes Claros; coleta de fontes documentais no Departamento de Política Agrária e Meio Ambiente na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais- FETAEMG, instituição que desenvolve atividades para as famílias de assentamentos e agricultores familiares; e também na consulta de arquivos documentais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Sá.

Na coleta de dados, foi consultado o INCRA que disponibiliza dados digitais com mapeamentos e quantificação dos assentamentos por superintendências regionais; a Comissão Pastoral da Terra – CPT de Minas Gerais; os boletins do Banco de Dados da Luta pela Terra- DATALUTA; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais- EMATER.

A pesquisa de campo consistiu nas coletas de dados nos assentamentos Fazenda Serrador e Sol Nascente, através de entrevistas semiestruturadas com auxílio de gravador de áudio, anotações de campo, observações diretas, participação de reuniões da associação, registros fotográficos, organização de gráficos e tabelas.

Para a confecção dos mapas buscou-se a base cartográfica do Brasil com todos seus estados e municípios disponibilizados pelo IBGE e base da ESRI como os países da América do Sul, além disso, o shapefile dos assentamentos rurais foi adquirida junto ao INCRA (acervo fundiário i3geo georreferenciamento), feito isso utilizou-se a

ferramenta cartográfica do Sistema de Informação Geográfica – SIG através do software *Arc Gis 10.2.1*, licenciado pelo laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, que permitirá a análise, interpretação e identificação da área de estudo.

O trabalho está estruturado em três capítulos, de modo geral a discussão traz uma abordagem da questão agrária no Brasil, partindo de uma reflexão histórica e contemporânea. No primeiro capítulo apresenta-se uma análise da complexidade da concentração fundiária no país, bem como a política de acesso à terra, as diferentes modalidades de assentamentos e a concepção da ciência geográfica sob o olhar da construção de novos territórios e territorialidades. Assim, procuramos analisar a complexidade dos conflitos por terra e a necessidade da reforma agrária justa e social.

No segundo capítulo, discute-se a organização territorial dos assentamentos rurais na mesorregião Norte de Minas com abordagens nas questões sociais e políticas. Nesse tópico, o enfoque seguiu o contexto da ocupação do território mineiro e a luta pela terra no Norte de Minas, e também uma descrição da reforma agrária sobre as políticas do Programa Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BT) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O terceiro e último capítulo traz uma análise sobre os assentamentos: Fazenda Serrador e Sol Nascente, na descrição das diferentes formas de acesso à terra, nível de organização, estrutura socioprodutiva, políticas públicas e os processos sociais que deram origem aos assentamentos.

A reforma agrária é uma pauta de discussão de vários planos políticos, contudo, apesar de alguns avanços, a questão agrária no Brasil ainda é uma problemática, tendo em vista os inúmeros focos de ocupações e acampamentos em busca da terra. Desse modo, reafirma-se a importância dos assentamentos rurais como espaço e territórios que abrigam trabalhadores rurais, os quais necessitam da terra para morar e dali tirar o sustento.

CAPÍTULO I: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: DISCUSSÕES E PROBLEMÁTICAS

A reforma agrária e os diferentes mecanismos de acesso à terra na abordagem deste estudo traz uma discussão sobre o processo de formação do Brasil a partir de concepções teóricas e conceituais.

A questão agrária brasileira é caracterizada pela extensa desigualdade na posse e uso da terra. Essa problemática é resultante do modelo de ocupação colonial, definida pela exploração centrada nos grandes latifúndios, processos estes que apresentam resquícios até o presente momento.

De acordo com Oliveira (2013) “[...] as sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial” (OLIVEIRA, 2013, p. 66). As profundas mudanças ocorridas no espaço agrário são incorporadas através das frequentes lutas pela reforma agrária, processo que ganhou destaque através da abrangência das Ligas Camponesas e do MST.

O marco legal da reforma agrária foi evidenciado em 1964 pelo Estatuto da Terra. Anteriormente, a estrutura fundiária era regida pelo sistema de sesmarias e pelo regime de posses, através da Lei de Terras de 1850. Com a Constituição Federal de 1988, o discurso da reforma agrária retorna, evidenciando os princípios de função social da terra. Em 1993, é criada a Lei Complementar Nº 76, que dispõem sobre os procedimentos para desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária.

1.1 A concentração fundiária e reflexo contemporâneo

A origem da problemática fundiária brasileira é resultado da forma de colonização e exploração do território. A concentração de terras repercutiu na produção de um espaço desigual, o que representou a base necessária para políticas sociais.

As disputas territoriais dos pioneiros Portugal e Espanha foram marcadas por intensos conflitos, a delimitação do território foi assinada pelo Tratado de Tordesilhas com o objetivo de organizar e delimitar espaços descobertos (BECKER, 1999). Conforme ressalta Oliveira (2002) os conflitos sociais no Brasil são resultados das marcas de desenvolvimento e do processo de ocupação. Nessa concepção, ressalta-se

que quando os portugueses chegaram às terras brasileiras, “o país perdeu a autonomia sobre seu território e iniciou-se o processo de grilagem¹” (ASSELIN, 2009, p. 17).

Um dos grandes entraves ao desenvolvimento do país é representado pela estrutura fundiária, marcada pela concentração de terras, que dominou o espaço rural brasileiro (ANDRADE, 1987). Esse território foi produto de exploração e destruição das terras indígenas².

Com a expansão colonialista e a conquista de novos espaços, os padrões sociais europeus transformaram modos de vida e cultura dos povos indígenas e, mais adiante, essas consequências replicaram sobre outros grupos da sociedade, como os quilombolas e os camponeses³. Em análise, Oliveira (2002) aponta que “a marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/ construídos” (OLIVEIRA, 2002, p. 15). As relações de domínio reestruturaram novas paisagens com a modificação dos ambientes naturais.

A formação da propriedade de terra e o modelo político-administrativo implantado no período colonial foram adotados pelas Capitânicas Hereditárias e pela concessão de sesmarias⁴. A posse das terras era cedida aos chamados capitães donatários, homens de grande influência da coroa portuguesa que tinham como função administrar a colônia. As sesmarias representavam a exploração econômica fundamentada em uma organização social e do trabalho.

A forma de ocupação do país foi fortemente baseada na monocultura, latifúndios, mercado exportador e mão de obra escrava constituído pelo sistema denominado *plantation* (MORISSAWA, 2001). O traço marcante da estrutura fundiária foi de caráter aristocrático com extensa concentração de terras. O histórico das conflitualidades atuais remete à estrutura agrária, fator que indica o cerne das lutas por terra que subsiste frequentemente no país.

¹A grilagem é um instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. Em todo o país, o total de terras sob suspeita de serem griladas é de aproximadamente 100 milhões de hectares (BRASIL, 1999).

²Desde 1500 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitas populações tradicionais foram extintas. Segundo o IBGE (2010) os indígenas ocupam uma extensão de aproximadamente 0,4 % do território brasileiro com redução de 99,6%. Dos 10 milhões de indígenas habitantes no país, de acordo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), restam hoje somente 896, 9 mil índios.

³Em outras palavras, caracteriza o homem sem terra ou com terra insuficiente para produção agrícola, em todas as suas formas e subtipos, ou qualquer que seja sua denominação local ou regional (SILVA, 1971).

⁴O instituto das sesmarias foi criado em Portugal, no final do século XIV. Esse modelo foi proposto para solucionar uma crise de abastecimento, pois as terras portuguesas, ainda eram marcadas pelo sistema feudal, que em muitos casos não a cultivava, nem arrendavam (SILVA, 1996a; RAU, 1956).

O sistema sesmarial representou o início da concentração fundiária brasileira quando a sua base estava sustentada nos grandes domínios, conforme aponta Andrade (2002):

Na realidade, o processo de colonização deu origem a sistemas de apropriação da terra onde ela era dividida em grandes lotes - as sesmarias - que eram dadas a pessoas que dispunham de recursos para explorá-las, utilizando a força de trabalho, sob coação - indígenas e negros africanos; este sistema permitiu a formação de grandes latifúndios e a exploração das terras em função de uma economia de exportação (ANDRADE, 2002, p. 13).

Esse cenário ficou caracterizado pela distribuição desigual da terra. De fato, conforme Chiavenato (1996), a problemática agrária do Brasil está na posse e uso da terra, o país possui um dos maiores latifúndios e concentração de renda do mundo. Nessa concepção, a elite latifundiária não admite mudanças, devido aos privilégios concedidos desde que os europeus começaram a explorar o Brasil.

Conforme Silva (1996a), o sistema de sesmarias correspondeu à ordenação jurídica da apropriação territorial que a metrópole impôs em domínio sobre a colônia. O objetivo básico dessa legislação recaía sobre a ociosidade das terras que eram vagas e sem demarcações, essas características trouxeram um novo sentido através da denominação “terras devolutas”⁵ e outros desdobramentos⁶.

Durante o século XVIII, a apropriação territorial da colônia passou por algumas modificações, um desses fatores foi o crescimento populacional, territorial e econômico. Nessa configuração do espaço, aos poucos começaram a se formar uma nova aquisição de domínio, com base na posse.

É formada no Brasil a figura dos posseiros⁷, que eram pequenos lavradores que arrendavam as terras dos sesmeiros, porém sem direito a ser dono do terreno (SILVA, 1971). Os posseiros desbravaram o sertão formando grupos de produção, em contradição vieram os grileiros e expulsaram essas unidades familiares com títulos de

⁵ No significado original português esse termo remete o sentido de devolver a Coroa portuguesa às terras não cultivadas. Com as doações de sesmarias passaram a chamar todas as terras desocupadas ou vagas como sinônimo de devoluto (SILVA, 1996a).

⁶ A noção de terras públicas, por outro lado, associa-se ao controle da terra integralmente do Estado, de maneira formal pertencente a todos os cidadãos do país. Entretanto, o aparelho de Estado que determina o uso da terra, supostamente em benefícios a alguns grupos da população, o que converte numa luta pelo direcionamento de ações para os cidadãos que mais necessita da terra (LITTLE, 2002).

⁷ O art. 29 da Lei nº 6.383/1976, dispõe que o ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que não seja proprietário de imóvel rural e comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

propriedade fraudulentas, por meio da formação de imensas propriedades latifundiárias (BRASIL, 1999).

Com isso, os espaços que outrora despertavam pouco interesse aos portugueses passaram a ser apropriados, ignorando a presença de posseiros, camponeses, indígenas e também outras comunidades tradicionais. Diante disso, Oliveira (2002) destaca que:

Esta frente de luta pela terra movida pelos posseiros é mais uma forma de luta contra a expropriação a que os lavradores do campo estão submetidos. A luta pela liberdade e pelo acesso à terra tem feito trabalhadores sem terra migrarem. A migração histórica em busca da terra livre tem feito dos trabalhadores/posseiros verdadeiros retirantes (OLIVEIRA, 2002, p.63).

A estrutura que se formava refletia nas diferenças sociais abismais, cuja concentração fundiária fez alvorecer movimentos sociais e grandes conflitos pelo direito à terras. Assim, a ocupação do território por meio legal era vedada ao camponês, pois o único título jurídico reconhecido era o de sesmaria.

A formação da propriedade fundiária, reflexo das leis vigentes no período colonial, introduziu no país grandes desigualdades na distribuição de terras, que foi, posteriormente, usada sob a concepção mercadológica (FURTADO, 1989). Em 1822, o regime de sesmarias foi extinto, e fez surgir às primeiras propriedades rurais privadas e também aquelas destinadas ao trabalho familiar (BRASIL, 1999).

Com a proclamação da Independência, agravou-se a questão agrária, pois não havia lei específica para regulamentar o sistema fundiário, o que declarou a lei do mais forte. As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 eram compostas por fazendeiros, comerciantes e sistema de clientela⁸ interessados em manter as estruturas tradicionais, com base no sistema escravista e nas grandes propriedades (COSTA, 2007).

Entre os anos 1822 e 1850, o país viveu o período de maior vazio legal em relação à propriedade, posse e uso da terra; contudo, crescia cada vez mais a ocupação por sesmeiros, de forma descontrolada, de áreas desocupadas. Diante de tal desordem, D. Pedro II aprovou a Lei de Terras com o objetivo de estabilizar o território brasileiro.

⁸O sistema de clientela, cuja origem retoma ao período colonial, impediu a administração democrática do país. Nesse período, a ética de favores prevalecia sobre a ética competitiva, sendo que o bem público confundia-se com os bens pessoais. Em consequência, o resultado desse processo foi à perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários (COSTA, 2007).

Dessa forma, o documento Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, cita na íntegra:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiro autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (BRASIL, 1850).

Ao designar a compra e a venda como o único meio de aquisição de terras, a Lei de 1850 impediu esse acesso para a maioria da população, como exemplo, os escravos, pequenos agricultores, dentre outros. Além disso, priorizaram os antigos títulos de sesmarias, convertendo-os em títulos de domínio (MELO, 2006).

O regulamento das terras era determinado pela medição, extensão e demarcação através de registros nas paróquias regionais, nesse período a igreja era vista como um meio de divulgação, pois estava presente nas diversas regiões do país (MOTTA, 1998).

A Lei de 1850 tornou a terra propriedade privada aos fazendeiros, coronéis, políticos e grupos restritos, o que firmou uma grande exclusão social para o país. Esse fato é indicativo da grande incoerência no ideário político dos que lutam pela reforma agrária, como também daqueles que migraram do campo para a cidade em busca de melhorias, em consequência, tem-se início aos aglomerados de barracos e favelas urbanas (MARTINS, 2003a).

Teoricamente, a Lei de Terras não rompeu com o sistema de sesmarias, seus efeitos contribuíram para que o latifúndio sobrevivesse e consolidasse (CHIAVENATO, 1996). O modelo da estrutura fundiária imposta no país trouxe impactos negativos ainda não superados. A posse da terra em um processo em que apenas a propriedade privada recebia o reconhecimento e admissão plena relegou diversos grupos e etnias.

Com o estabelecimento do período republicano em 1889, subsequente a Lei Áurea, tampouco mudou o perfil das questões agrárias. A força política continuou nas mãos dos latifundiários, e como consequência originou-se uma estrutura de oligarquias locais com forte poder regional. Nesse sentido, “o monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravo se transforma em senhor de terras” (MARTINS, 1981, p. 45).

A república proclamada em 1889 veio apenas ratificar a herança herdada no Brasil-Colônia. Nesse período, também conhecido como era das oligarquias, o governo foi marcado pelo setor agrário que atingiu o domínio político, econômico e social.

Esse período foi “controlado pelos grandes proprietários rurais- cafeicultores de São Paulo, pecuarista de Minas Gerais e, em menor escala, senhores de engenho e usineiros do Rio de Janeiro e de Pernambuco” (ANDRADE, 1987, p. 25-26). A transição do governo provocou a Revolução de 1930 e marcou o fim da República Velha.

A Revolução de 1930 derrubou o domínio das oligarquias do poder, impulsionou à industrialização, contribuiu para formação dos direitos trabalhistas, porém não interveio na ordem agrária. Com a redemocratização⁹ do país (1945 – 1964) teve prosseguimento o processo de industrialização, concomitante com uma urbanização acelerada. A questão agrária começou, então, a ser discutida com ênfase e apresentada como um obstáculo para o desenvolvimento do país. Nesse momento, vários projetos-de-lei de reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional, entretanto, nenhum foi aprovado (BRASIL, 1997).

Após a Revolução de 1930, houve o surgimento de novas ideias, das quais procuravam difundir as propriedades de atributo familiar com formações de cooperativas e organizações de movimentos de trabalhadores rurais. O Partido Comunista do Brasil também teve uma grande atuação, organizando a população rural em Ligas Camponesas e, em seguida, em sindicatos rurais. A Igreja Católica desenvolveu várias ações em diferentes pontos do país, com o movimento de alfabetização aos camponeses e a organização sindical (ANDRADE, 2002).

Durante os quarenta anos da primeira república, a questão agrária se agravava, à medida que crescia a população e/ ou novos espaços eram incorporados ao território nacional. O domínio da grande propriedade intensificava-se associado cada vez mais ao sistema de exploração dos recursos naturais (ANDRADE, 1996). A dominação do latifúndio estabeleceu-se sob o poder da classe dos militares e das oligarquias rurais, de outro lado, via-se surgir à expansão da burguesia industrial.

⁹ A redemocratização foi um processo de transição política que marcou a ruptura dos regimes autoritários. A primeira redemocratização ocorreu em 1945, com o fim do Estado Novo (1937-1945), golpe militar implementado pelo governo Vargas. A segunda transição aconteceu em 1985, com o fim do Regime Militar (1964-1985) (SILVA, 2011).

Em suma, apesar das transformações sociais evidenciadas, sobretudo, na segunda metade do século XIX (como a expansão cafeeira, a lei áurea, movimento migratório, o crescimento das cidades e dos setores industriais, etc.), na esfera política, o governo permanecia sob o controle dos proprietários escravistas, que impediam as transformações políticas necessárias para atender às classes menos desprovidas.

No governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) foi estabelecida toda uma estrutura de apoio e assistência aos trabalhadores da indústria, comércio e serviços, organizando-os em sindicatos tutelados pelo Estado. Em contrapartida, deixou à margem as reivindicações rurais, que foram objetos de preocupação dos poderes públicos somente depois da formação das Ligas Camponesas (ANDRADE, 1987). Vale ressaltar que o debate sobre a questão agrária, no espaço acadêmico e político, surge com maior ênfase na década de 1950, sendo que a problemática só ganhou força a partir das Ligas Camponesas.

Com surgimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais nas décadas de 1950 e 1960, os movimentos dos trabalhadores organizavam-se como forma de luta legal. As Ligas tiveram grandes repercussões em nível nacional e foram a principal manifestação de camponeses em massas que tinha como lema a “reforma agrária na lei ou na marra” (STÉDILE, 2012, p. 13).

É importante salientar a diferença entre luta pela terra e luta pela reforma agrária. A luta pela terra tem origem desde as formações dos latifúndios no Brasil, e se configura como uma luta pelo direito à terra, reivindicada por organizações de movimentos sociais agrupados. Enquanto que a luta pela reforma agrária é mais recente, representada por uma política pública que busca a resolução dos vários problemas fundiários do país.

No plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), os latifúndios continuavam concentrados nas mãos das grandes monoculturas e de outro lado a pobreza rural era cada vez mais crescente. Em ressalva, esse período foi marcado por grande desenvolvimento, entretanto imbricado por dívida externa e alta inflação. Nesse momento fragilizado foi ocasionada uma nova reestruturação e mudança política (MORISSAWA, 2001).

O plano de reforma agrária correspondeu a um passo dessa mudança. No governo João Goulart (1961-1964), surgiu um novo cenário de propostas sociais com medidas e debates políticos. Além desse critério, outras medidas foram estipuladas como a reforma urbana e a reforma bancária. Mas, o golpe militar de 1964 ocorreu mais

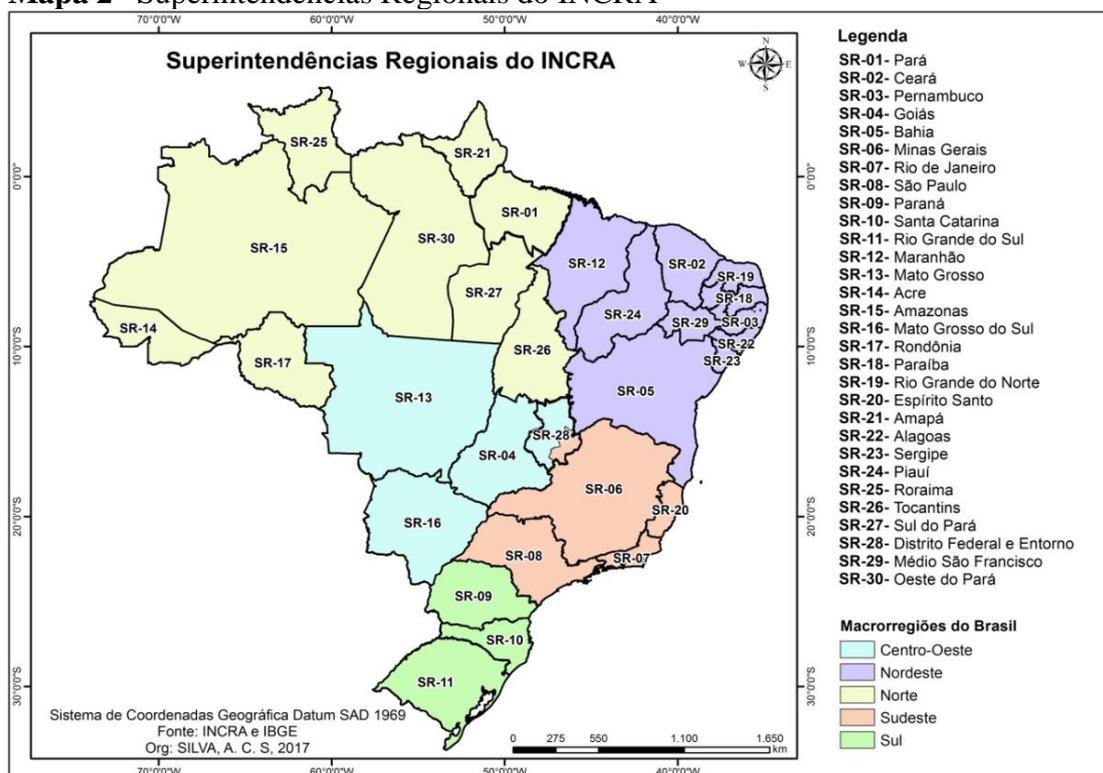
precisamente pelo projeto de reforma agrária com a finalidade de tornar propriedades rurais às terras improdutivas (SANTIAGO, 2012).

Sobre o plano político de João Goulart a autora Morissawa (2001) afirma que:

O plano de reforma agrária de Jango previa a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais. O governo tomaria terras improdutivas, isto é, pedaços de terra que os latifúndios, mesmo sendo donos, nunca tinham aproveitado e as distribuiria aos camponeses (MORISSAWA, 2001, p. 83).

Na administração do período militar, inicia-se uma política de reforma agrária, aprovada pelo Estatuto da Terra, lei nº 4.504 de 1964, com a formação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária -IBRA, para cuidar da reforma e estrutura fundiária, e também o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola- INDA, voltado para o processo de colonização. Em 1970, esses órgãos foram unificados, com o surgimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA¹⁰ (OLIVEIRA, 2002). Conforme o Mapa 2, o INCRA atua no país através das seguintes regionais.

Mapa 2 –Superintendências Regionais do INCRA



Org.: SILVA, 2017.

¹⁰ O Inbra é o órgão competente para, na forma do § 2º do Artigo 2º da Lei 8.629/93, fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade rural prevista no Artigo 186 da Constituição Federal (INCRA, 2017).

A atuação do INCRA no território brasileiro é dividida por regionais. Cada superintendência regional são estabelecidas por regiões prioritárias de acordo com os critérios pré-estabelecidos pela Portaria MDA/Incrá nº 06/2014, a qual dispõe sobre a ordem de prioridade territorial com critérios e procedimentos básicos para a seleção de candidatos beneficiários da reforma agrária (INCRA, 2017).

Sobre a função social, segundo o Estatuto da Terra no Art. 1.º, § 1.º, “considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964). Prado Jr (2011) corrobora que a reforma agrária é o incremento da produtividade com propostas de melhorias para as condições de vida e desenvolvimento para a população rural.

A tabela 1 representa sinteticamente a questão agrária brasileira, ao trazer uma reflexão sobre a desigual distribuição fundiária, marco legal sobre a criação da reforma agrária e os conflitos no campo em decorrência da injustiça de acesso à terra prejudicando vários grupos familiares.

Tabela 1- Análise espaço-temporal da questão agrária no Brasil

Períodos	Marco legal e reforma agrária	Modalidades de PAs
Colonial (1530-1822)	<u>Desapropriação por interesse social</u>	• Assentamentos criados pelo INCRA • Assentamentos reconhecidos pelo INCRA (PCT, BT e PNCF).
• Origem da problemática fundiária brasileira • Capitâneas hereditárias • Sistema de Sesmarias • Início dos latifúndios	• Estatuto da Terra lei nº 4.504/1964 no Art. 18. • Constituição Federal de 1988, no Art. 184. • I PNRA, Decreto nº 59.456/1966. • II PNRA, Decreto nº 97.766/1985.	
Imperial (1822-1889)	• Criação de institutos para a Reforma agrária: INDA (1965); IBRA (1967); INCRA (1970). MIRAD (1985) e o MDA (2000).	Movimentos sociais
• Lei de terras de 1850 • Intensificação dos latifúndios e grilagem • Posse ilegal das terras		• Ligas Camponesas • CPT • MST • STRs • FETAEMG
Republicano (1889 até hoje)	Reforma agrária na atualidade	Reforma agrária, agricultura familiar e política pública.
• Poder políticos e coronéis • Conflitos agrários • Intensificação das ocupações de terras • Morte de camponeses no campo • Agronegócios • Insegurança alimentar • Impactos socioambientais	Nº assentamentos criados desde o PNRA • 9.369 assentamentos rurais • 1.346.798 famílias assentadas • 88.444.692 hectares de áreas reformadas.	• Democratização da terra • Função social • Produtividade • PROCERA • PRONAF • PRONERA

Fonte: INCRA, 2018

Org.: SILVA, 2018

Diante do contexto, a reforma agrária representa um conjunto de medidas que se destina à melhoria nas condições do homem no campo e acesso à terra para os trabalhadores rurais. Vale destacar que essa ideia de tornar produtivas as terras ociosas fez parte do plano de desenvolvimento econômico e social do Ministro Celso Furtado, que previa aumentar a economia interna do país, a partir dos pequenos proprietários, subjugando que estes sendo donos e produzindo nas próprias terras teriam condições de consumir e movimentar a economia (MORISSAWA, 2001).

A reforma agrária, para os trabalhadores rurais, é uma estratégia que rompe com o monopólio da terra e permite a geração de trabalho. O interesse do latifundiário é incidir o domínio sobre a terra não agriculturável à espera da valorização imobiliária, até que o governo repasse os recursos financeiros aos pequenos produtores rurais (SILVA, 1980).

A reforma agrária deflagrada em 1964 foi reprimida pela ditadura militar. Com a censura e extinção das Ligas Camponesas, o movimento de apoio às causas sociais no campo foi retomado somente na década de 1980 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST¹¹. Os trabalhadores do campo e também da cidade lutam intensamente para reconstruir a democracia e reconquistar direitos (OLIVEIRA, 2002; FERNANDES, 2003).

Nesse período, os movimentos sociais ganharam força e ocasionou-se o surgimento de várias ocupações de terras no país. A fim de amenizar os conflitos, foi criado em 1980, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas- GEBAM, para ocupar espaços vazios resultado da crescente repressão dos movimentos sociais, e também o confisco do poder das oligarquias regionais (FERNANDES, 1994).

A primeira ocupação do MST foi realizada em 1979, nas glebas Macali e Brilhante, no estado do Rio Grande do Sul. Em 1984, ocorreram várias ocupações do movimento, todavia, somente a partir do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que o MST foi oficialmente concretizado (SOUZA, 2009).

Nesta parte apresentaremos uma breve leitura da questão agrária, nos governos brasileiros. Conforme Feliciano (2006), “para entender as políticas públicas agrárias da década de 1980, e até os dias atuais, é fundamental conhecer um pouco sobre as instituições, os planos governamentais e seus respectivos papéis na questão agrária

¹¹ No fim do período militar surge o MST, apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Rio Grande do Sul que, se constituiu no principal movimento social de luta pela terra no Brasil até hoje.

brasileira” (FELICIANO, 2006, p.35). Nesse contexto, após a redemocratização do país e a queda da ditadura, as discussões sobre a reforma agrária, que até então estavam estagnadas durante (1964-1984), são retomadas com o ressurgimento de conflitos e manifestações sociais (SAUER, 2010).

Em meados de 1980, os vários movimentos de luta pela conquista da terra como o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), organizaram-se a fim de debater a favor da reforma agrária no final do período da ditadura.

O MST é um movimento fruto do processo histórico de resistência do campesinato¹² brasileiro. Os fatores econômicos e políticos são fundamentais para a compreensão da natureza do MST (FERNANDES, 2000). Essa manifestação expandiu-se em rede nacional e defrontou-se, no campo de luta entre os grandes empresários rurais e o Estado.

Com o fim do regime militar, durante a redemocratização do país, foram tomadas algumas iniciativas para ampliar a reestruturação fundiária, amenizar as desigualdades sociais e os conflitos no campo. No governo Sarney, foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA, pelo decreto nº 91.766/ 1985 (MATTEI, 2012). Contudo, até que o plano fosse efetivado, a proposta foi modificada por várias vezes a fim de adequar-se aos interesses de setores ligados aos latifúndios.

A União Democrática Ruralista- UDR organizou-se contra a proposta do I PNRA, esse período foi marcado por grande violência no campo, onde morreram mais de 200 trabalhadores em conflitos agrários (MATTEI, 2012).

Entre os anos de 1987 e 1989, o número de ocupações foi evidente, totalizando 229 ações com a participação de 34.333 famílias. O I PNRA tinha como meta assentar 1.400.000 famílias, mas assentou apenas 8,8% do total prometido (ROCHA e FERNANDES, 2008).

Em 1988, o termo função social¹³ da terra ganhou dimensão constitucional, que além desse princípio trouxe valorização à democracia e direitos aos cidadãos brasileiros.

¹² O “modelo original” do campesinato brasileiro reflete nas particularidades dos processos da própria história da agricultura brasileira (WANDERLEY, 1996).

¹³ O imóvel cumpre a função social se for explorado adequadamente (Grau de Eficiência da Exploração- GEE igual a 100% e Grau de Utilização da Terra- GUT superior a 80%); O imóvel rural é considerado improdutivo pelo Incra quando não alcança os graus de exploração exigidos, este fator é um dos itens preconizados pela Constituição Federal e Lei 8.629/03 como indicador de que o imóvel rural em questão não cumpre a função social e é passível de desapropriação (INCRA, 2017).

A Constituição de 1988 prevê em seu Ar. 184 que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

A função social da terra caracterizou o direito de propriedade a quem necessitava. Contudo, com a Revolução Verde (1966), o espaço agrário foi dominado pela produção do capital o que ampliou impactos sociais e ambientais. É válido ressaltar que houve a modernização na agricultura, entretanto, intensificou-se o uso de intensivos agrícolas e domínio de grandes extensões de terras.

Por ocasião da inserção do processo de modernização da agricultura, duas visões distintas debatiam entre si, sendo uma a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a outra que defendia a necessidade de adoção de pacotes tecnológicos, sem enfatizar a questão fundiária (ANDRADES e GANIMI, 2010).

De acordo com Silva (1996b) esse modelo “consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial”. (SILVA, 1996b, p. 30). Assim, a expansão dos complexos agroindustriais intensificou os conflitos pela terra; esse desenvolvimento gerou grandes transformações na organização do espaço rural, de um lado, veem-se inúmeros latifúndios e monoculturas integrados com a mecanização agrícola, e de outro lado os agricultores familiares¹⁴: agregados, meeiros, rendeiros, parceiros e os pequenos proprietários, que continuaram excluídos da política agrícola (FERNANDES, 2000).

Com isso, ao final do período (1985-1989), o compromisso do novo governo era assentar 1,4 milhão de famílias, entretanto, foram assentadas apenas 85 mil famílias, conseqüentemente, nessa época aumentou significativamente o êxodo rural. A partir de

¹⁴Conceituações das diferentes categorias de lutas pela terra são: *Agregados*: Lavrador pobre, não proprietário, que se estabelece na propriedade de outro em troca de alguma espécie de pagamento. *Meeiros*: Sistema de parceria agrícola em que o produto da exploração é dividido igualmente entre o proprietário da terra e o camponês meeiro. *Rendeiros*: Contrato em que o proprietário de um imóvel passa para uma pessoa ou empresa (o arrendatário) o direito de uso e exploração do mesmo durante certo tempo, em troca de determinada soma paga geralmente em dinheiro, mas também em produto ou em trabalho. *Parceiros*: Tipo de associação comum na agricultura em que o proprietário fornece a terra e algum adiantamento de capital (semente, mudas, adubos, preparação do terreno etc), enquanto o lavrador participa com o trabalho e a administração do negócio. O lavrador paga o aluguel da terra ao proprietário com parte da safra ou com o equivalente em dinheiro, na proporção estipulada e de acordo com normas contratuais. *Pequenos proprietários rurais*: São aqueles que atuam em sua terra, geralmente com mão-de-obra familiar. A produção gerada na propriedade é destinada ao abastecimento da própria família e o excedente é comercializado no mercado local (SANDRONI, 1999).

1990, no governo Collor, o panorama de famílias assentadas agravou-se ainda mais, não atingindo as metas estipuladas. Durante o impeachment, o programa de assentamentos foi paralisado, ao passo que não ocorreu nenhuma desapropriação de terra para fins de reforma agrária. O presidente Itamar Franco assumiu o governo (1993-1994) e pode-se afirmar que, durante esses dois mandatos pouco se fizeram pela reforma agrária, sendo apenas regularização de títulos de posse e execução de menos de 10% das metas de assentamentos previsto (MATTEI, 2012).

O MST [...] “na década de 1990, sob a vigência das políticas neoliberais, transformou-se no movimento social popular mais atuante do país” (SOUZA, 2009, p. 66). A pressão dos trabalhadores sem terra impulsionou o governo a efetivação de políticas concretas para os assentamentos rurais, nessa perspectiva o maior número de assentamentos foi implantado na década de 1990, durante o governo FHC.

No governo FHC, a concepção de reforma agrária foi para além da produção agrícola, com destaque também para o aumento da geração de renda, sustento e emprego nas áreas rurais. Com essas medidas pretendia-se substituir a antiga visão da questão fundiária por um conjunto inovador e articulado de políticas públicas. O compromisso assumido por este governo foi assentar 280 mil famílias durante os quatro anos de seu primeiro mandato (1995-1998). Já para o segundo mandato (1999-2002), a proposta política não apresentava metas de assentamentos, nesse viés, aparecia o termo “nova” reforma agrária, sinalizada pelos mecanismos de mercado. Neste contexto irão ganhar destaque os programas Cédula da Terra e Banco da Terra (MATTEI, 2012).

No final dos anos de 1990, foi implantada uma reforma agrária com apoio do Banco Mundial ¹⁵, designada pelos movimentos da luta pela terra por uma contrarreforma ou Reforma Agrária de Mercado- RAM. Sobre a reforma agrária do governo FHC, Martins (2003b) ressalta que, essa política teve por objetivo realizar uma mudança na questão agrária e ao mesmo tempo instituir a normalidade do conflito, isto é, definir as bases institucionais dos conflitos por terra, fazendo do Estado o mediador e gestor das soluções.

¹⁵ A proposta *do Market Oriented Land Reform* elaborada pelo Banco Mundial nasce do reconhecimento da distribuição da terra no processo de crescimento econômico e diminuição das desigualdades sociais propondo, a efetuação dos mecanismos de crédito fundiário. Por essa razão, foi criado o Banco da Terra, realizado pelo mercado, tratando-se de um recuso público canalizado por instituições. Dessa maneira o Banco da Terra procura evitar ou diminuir os desvios típicos do processo de desapropriação apoiando-se na existência de um mercado de terra (GUANZIROLI, 2001).

O espaço rural nordestino, palco inicial para implantação dessa reforma, destinou-se a esta política pelo fato da maior concentração do contingente de população estar em condições de pobreza em relação a outras regiões do país. Assim, foram incorporadas novas estratégias de implantação de assentamentos pelo Banco Mundial-BIRD.

Já no Governo Lula (2003-2011), a continuidade desse modelo partiu da criação e execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário- PNCF, esse programa integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA, criado em 2003, como um instrumento complementar a desapropriação. Essa política é um mecanismo de acesso à terra através do financiamento do imóvel rural e de investimentos básicos aos beneficiários do programa (BRASIL, 2004).

Através do II PNRA foi ampliado o direito de acesso à terra, de modo a garantir que homens e mulheres trabalhadores (as) rurais, além da geração de renda na terra, tivessem garantido também o direito e acesso à saúde, educação, energia e saneamento. A abrangência do plano é tradutora de uma intervenção fundiária de desenvolvimento territorial, através do reconhecimento da diversidade dos vários segmentos sociais presentes no espaço rural como as comunidades tradicionais, populações ribeirinhas e aquelas atingidas por barragens (BRASIL, 2004).

Desse modo, os assentamentos rurais representam a principal manifestação das políticas de reforma agrária no país. O conceito de reforma agrária na atualidade deve levar em conta os diversos tipos de assentamentos e as distintas territorialidades. Os tópicos a seguir irão discutir sobre as modalidades de assentamentos e as políticas de acesso à terra, enfatizando a discussão no contexto geográfico.

1.2 Políticas de acesso à terra e as diferentes modalidades de assentamentos

Para compreensão da reforma agrária no Brasil, é relevante considerar a heterogeneidade dos movimentos e os conflitos que se formaram no país. Há de se pontuar que houve na dinâmica da luta pela terra diferentes momentos e características distintas que foram representativos para evolução do processo fundiário como: os movimentos de ocupações, acampamentos e assentamentos.

Nesse contexto, Fernandes (2001) destaca que:

No Brasil, a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Nas últimas décadas, ocupar latifúndios tem sido a principal ação da luta pela terra. Por meio das ocupações, os sem-terra espacializam a luta, conquistando a terra e territorializando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.[...] Ao apresentar a ocupação como forma de acesso à terra, compreendo-a como uma ação de resistência inerente à formação camponesa no interior do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2001, p. 1).

As ocupações dão origem aos acampamentos que são formas de mobilização extensiva do MST, cujos acampamentos são um importante instrumento de estratégia de luta pela terra, e que fazem referência a um aglomerado “de barracos de lona”. Já os assentamentos correspondem à conquista da terra através da organização e luta social do camponês sem terra, esse foco é a principal resposta do Estado à pressão exercida pelos movimentos sociais demandantes por uma reforma agrária (CALDART, 2004).

A partir da década de 1970, ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se o primeiro passo para reivindicar a reforma agrária, seja pelos movimentos sindicais, MST e outras tantas organizações existentes no meio rural. Anterior ao período militar, as ocupações não possuíam as mesmas características e amplitude de demanda pela reforma agrária (SIGAUD, 2004).

Nos anos de 1980, o país passou por mudanças significativas de ordem econômica, política, social e demográfica. A intensa concentração da propriedade fundiária concomitante à expulsão do trabalhador rural (pequenos proprietários, posseiros, etc) ou à perda da terra, acarretou grandes mudanças no campo, ocasionadas pelo crescente êxodo rural (SANTAGADA, 1990).

A expansão do MST veio conjuntamente com a demanda por uma política de assentamentos, o que resultou, em 1985, na criação do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária-PROCERA. Na década de 1990, o PROCERA foi ampliado e substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ampliando as linhas de financiamentos e condições específicas de acesso aos créditos para os assentamentos rurais e agricultores familiares de modo geral (REZENDE, 1999; NORDER, 2004).

Segundo Norder (2004), as políticas governamentais para os assentamentos, na década de 1990, foram marcadamente estáveis e sujeitas a diferentes regulamentações e rupturas administrativas. A heterogeneidade das condições e origens dos mais diversos

assentamentos, relacionados aos fatores de formação reafirmaram a importância da análise histórica do contexto local, regional e nacional.

As formas de obtenção dos territórios dos assentamentos rurais estão relacionadas com as particularidades e definições que o governo executa sobre a reforma agrária. A jurisprudência legal sobre as políticas de ordenamento e reconhecimento territorial é verificada pela demarcação e homologação das terras indígenas, titulação/reconhecimento dos remanescentes de quilombos e a criação das reservas extrativistas (LITTLE, 2002, p.2-3 apud BROMLEY¹⁶, 1989).

A luta pela terra e os mais dinâmicos desdobramentos no campo brasileiro ainda prosseguem marcados pelos conflitos, elemento mobilizador para a inexistência de uma política pública destinada a reforma agrária. Sobre a reforma agrária e as diferentes formas de obtenção da terra, Coca e Fernandes (2009) apontam que:

A forma de obtenção dos territórios dos assentamentos rurais está relacionada com a concepção de reforma agrária do governo que a executa. As diferenças entre estas concepções diferem no plano prático quanto à potencialidade em desconcentrar a estrutura fundiária da área onde a reforma agrária é implantada (COCA e FERNANDES, 2009, p. 1).

As modalidades de assentamentos são caracterizadas de acordo com a diversidade regional, bem como as formas de criação, legislação e a incorporação de projetos fundiários, originados por diferentes políticas de obtenção de terras, conforme a tabela 2.

¹⁶ BROMLEY, Daniel W.. Property relations and economic development: The other land reform. World Development 17(6): 1989. p. 867-877.

Tabela 2 – Mecanismos de acesso à terra no Brasil

Mecanismo de obtenção	Características	Legislação
Adjudicação	Ato judicial em que tem por objetivo a transmissão da propriedade de uma determinada coisa de uma pessoa para outra. Esta terá todos os direitos de domínio e posse.	Arts. 708, 714 a 715 do Código de Processo Civil.
Arrecadação	<i>Arrecadação de terras devolutas</i> : é o ato de incorporar ao patrimônio público as terras devolutas não cobertas por título de domínio particular. <i>Arrecadação sumária</i> : terras públicas identificadas como devolutas.	Art. 28 da Lei 6.383/76
Cessão	Transferência dos direitos de uso da terra pertencentes ao Poder Público, a fins de reforma agrária.	Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966.
Compra e venda	Adquirir imóveis rurais, por compra e venda para fins de reforma agrária.	Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992 • Artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964.
Confisco	Apoderamento do patrimônio alheio por apreensão ou adjudicação, quando o ex-proprietário é destituído de seus bens, sem nenhuma indenização.	Art. 243 da Constituição Federal Art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.
Desapropriação	A desapropriação de terras para fins de reforma agrária se aplica aos imóveis rurais que não cumprem com sua função social.	Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal, Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962, Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003.
Discriminação	Procedimento utilizado para identificar terras sob o domínio público e terras sob o domínio particular.	Art. 18 da Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976.
Doação	Contrato de uma pessoa, física ou jurídica, (doador), transfere um bem de seu patrimônio para o de outra (donatário).	Arts. 538 e seguintes, do Código Civil (Lei 10.406/2002).
Incorporação	Ocupante de imóvel da União sem assentimento da mesma.	Arts. 513, 515 e 517 do Código Civil.
Reconhecimento	Medida adotada pelo governo federal para projetos de assentamentos criados pelos governos estaduais e municipais.	DATALUTA • II PNRA
Transferência	Ato de transferir o direito de propriedade de um imóvel, para pessoa física ou jurídica, por leis aceitáveis e reconhecidas.	Sem informações
Reversão de Domínio	Devolução, reversão de um direito. Regresso a um primitivo estado.	Instrução Normativa/ n.º 2, de 20 de Março de 2001.
Financiamento	Condições de financiamentos para obtenção do imóvel rural	Banco da Terra (BT): Lei complementar nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998, Programa Cédula da Terra (PCT): empréstimo nº 4.147BR; O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003 que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

Fonte: COCA e FERNANDES, 2009.

Adaptação: SILVA, 2017.

A tabela 3 aborda a espacialização e territorialização dos projetos de assentamentos implantados no Brasil organizado em distintas modalidades. As tipologias de cada de assentamento representam características singulares e políticas direcionadas a cada especificidade.

Tabela 3– Assentamentos rurais pelo INCRA

Projetos de Assentamentos	Modalidades	Características
Projeto de Assentamento Federal (PA)	Atual GF	<ul style="list-style-type: none"> • Área destinada à reforma agrária, integradas ao desenvolvimento territorial, regional e dos recursos naturais; • Parcelamento do projeto e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA; • Legislação: (Instrução Normativa n° 15, de 30 de março de 2004, Art.3°).
Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Atual GF	<ul style="list-style-type: none"> • Explorações de áreas extrativas, economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis; • Obtenção da terra aporte de créditos, infraestrutura básica, titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade), INCRA; • Legislação: Portaria/INCRA/P/n° 268 de 23 de outubro de 1996.
Projeto de assentamento florestal (PAF)	Atual GF	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar, comunitária, e também à formação de plantios, com espécies nativas; • Obtenção da terra aporte de créditos, infraestrutura básica, titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade), INCRA; • Legislação: Portaria/INCRA/P/ N°. 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e Portaria /INCRA/P/n°- 215, de 6 de junho de 2006.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	Atual GF	<p>Modalidade de projeto destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, aporte de recursos de crédito, infraestrutura básica, titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) é de responsabilidade do INCRA. Legislação: Portaria/INCRA/P n°. 477, de 04 de novembro de 1999.
Projeto de Assentamento Municipal (PAM)	Atual EMP	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios, os recursos de crédito e infraestrutura tem participação da União;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do INCRA viabilizando o acesso aos direitos básicos estabelecidos no PNRA; Titulação de responsabilidade dos municípios. Legislação: Norma de Execução INCRA n°. 37, de 30 de março de 2004.
Projeto de Assentamento Casulo (PCA)	Atual EMP	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento criado pelo município ou pela União com a participação de recursos para a obtenção de recursos fundiários; • Aporte de Créditos, infraestrutura básica é de responsabilidade do Governo Federal esse último entra a participação do município; • Titulação de responsabilidade do município; • Legislação: Norma de Execução INCRA n°. 37, de 30 de março de 2004.
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	Atual EMP	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito e infraestrutura é de responsabilidade das Unidades Federativas (UF);</p>

Continua

		<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do INCRA estabelecido no PNRA, legislação: Norma de Execução INCRA nº. 37, de 30 de março de 2004.
Projeto Fundo de Pasto (PFP)	Atual EMP	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos criados pelo Estado ou Municípios sob responsabilidade da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA); • Reconhecimento do INCRA estabelecidos no PNRA; • Legislação: Convênio entre o INCRA na Bahia, a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura (FATEC) e a CDA.
Território Remanescente de Quilombola (TRQ)	Atual EMP	<ul style="list-style-type: none"> • Aporte de obtenção de terra, crédito e infraestrutura feita pela União, integrada a Fundação Palmares e outras instituições; • Projeto criado pelo Estado ou Municípios, o INCRA viabiliza a acesso a linha ao PRONAF.
Florestas Nacionais (FLORA)	Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Competência do IBAMA são UCs de uso sustentáveis reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias PNRA; • Legislação: Criação: Lei 9985/200 e Decreto 4340/2002, e à portaria das Resex.
Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB)	Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Competência dos empreendedores, o INCRA reconhece como beneficiário do PNRA, direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental -ATES e Pronera, legislação: Portaria/ INCRA nº687/2004.
Reserva Extrativista (RESEX)	Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Competência do IBAMA são UCs de uso sustentáveis reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do PNRA; • A obtenção de terras INCRA, e por outros órgãos; • Legislação: Lei 9985/200 e Decreto 4340/2002, reconhecimento: Portaria Interministerial nº 13, de 19 de setembro de 2002.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Competência do IBAMA, são UCs de uso sustentável reconhecida o pelo INCRA como beneficiárias do PNRA; legislação: Criação, Lei 9985/200 e Decreto 4340/2002, e à portaria das Resex.
Projeto de Assentamento Conjunto (PAC)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação: Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto de Assentamento Dirigido (PAD)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação: Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto de Assentamento Rápido (PAR)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação: Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto de Colonização Oficial (PC)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação: Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto Especial de Colonização (PEC)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação: Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto Integrado de Colonização (PCQ)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação: Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Fonte: DATALUTA, 2008; INCRA, 2017.

Adaptação: SILVA, 2017.

As Modalidades de projetos de assentamentos criados pelo *INCRA*, de acordo com a tabela 3 subdividem nos termos: Atual Governo Federal (Atual GF), Fora de Vigência (FV). As Modalidades de projetos de assentamentos reconhecidos pelo

INCRA são os (Beneficiários) da reforma agrária que englobam os assentamentos RAM; modalidade de projetos de assentamentos criados por Estados, Municípios e empresas de colonização particular (Atual EMP) (ROCHA e FERNANDES, 2008).

Apresentamos a relação dos diferentes programas de assentamentos, criados e reconhecidos pelo PNRA, descrito sob a jurisdição e atuação das Superintendências Regionais do INCRA. Os processos técnicos administrativos da criação e reconhecimento dos assentamentos estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008.

No processo de implantação dos assentamentos pela reforma agrária, a lógica de acesso à terra tem o foco nos movimentos sociais. A distribuição da terra é mediante modificação na estrutura fundiária, a fim de amenizar os conflitos, considerando-se os fundamentos de justiça social e renda para o campo. Já nos assentamentos criados pelo financiamento da terra através da RAM, prevalece a lógica de mercado, não se apresenta participação de movimentos sociais, sendo enfatizado também o uso social da terra.

A diferença é que no primeiro assentamento a influência desempenhada pelos movimentos inauguram o processo e o Estado, por sua vez, regulariza a obtenção da terra, em análise a maior parte dos assentamentos é proveniente da luta/ocupação/conquista do território. No segundo programa de assentamento, no qual o Estado é o principal fomentador, a implantação dessa política dá-se pela seleção de famílias beneficiadas no processo.

Os assentamentos rurais são criados como resultado da pressão dos movimentos sociais, as implantações dos programas de assentamentos e as diferentes modalidades representaram uma nova realidade para as questões agrárias no Brasil (OLIVEIRA, 2002). Norder (2004, p.61) faz uma referência ao fato de que “os assentamentos teriam sido conquistados pelos trabalhadores rurais e não exatamente “implentados” pelo Estado”.

O acesso à terra para a política de reforma agrária pode ser feita pela desapropriação, em casos cuja área seja superior a 15 módulos fiscais¹⁷ ou também pela compra do imóvel. A desapropriação pelo INCRA é acompanhada pela vistoria¹⁸, essa visita resulta no valor do imóvel, para realização da compra (INCRA, 2017). Conforme

¹⁷ A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município (INCRA, 2017).

¹⁸ Para informações favoráveis é realizado um Estudo da Capacidade de Geração de Renda do imóvel (ECGR), como a vocação agropecuária da propriedade, a capacidade para abrigar famílias, a disponibilidade hídrica, a viabilidade socioeconômica e produtiva e também a organização espacial através do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) (INCRA, 2017).

Alentejano (2004), a desapropriação e compra de terras pelo governo é resposta à pressão dos movimentos sociais como maneiras de evitar a propagação de conflitos no campo.

Os assentamentos rurais desdobraram-se em novas maneiras de produção, renda, moradia, condições de vida e de trabalho. Esses espaços são alternativos e de desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, que se formaram através de novas estruturas familiares e trabalhadores de organização familiar (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

É notável considerar que a reforma agrária, contida na luta pela distribuição mais equitativa das terras por parte dos movimentos sociais, foi destaque como movimento de luta, no entanto, outros setores assim destacados ficaram despossuídos da sociedade, encurralados em confrontos ainda em horizonte próximo (LITTLE, 2002).

O debate atual dessa política está centrado nas necessidades reformuladas sobre o contexto da demanda atual dos enfrentamentos e os desafios presentes no espaço rural. Diante de todo quadro da diversidade de assentamentos, com as diferentes formas de acesso à terra, destacam-se as inúmeras contradições e dificuldades que essa política apresenta na contemporaneidade.

Nas questões atuais, essa abordagem traz uma análise sobre o uso e aplicação do Sistema de Informação Geográfica (SIG) na implantação de projetos de reforma agrária, com o propósito de melhor planejar as áreas para criação de assentamentos com preparação do ambiente favorável e incorporação de perspectivas sustentáveis. Nesse quesito, o uso das geotecnologias mostra-se bastante evidente e apropriado, pois, além de servir como suporte à gestão do território, favorece a implantação de políticas públicas e planejamento territorial.

A precária política de assentamentos rurais parte de inúmeras razões como: ausência de apoio técnico e creditício com medidas que fomentem as famílias condições efetivas de produção, comercialização, melhoria das condições de vida, obras de infraestruturas produtivas e sociais (ALENTEJANO, 2004).

Para que haja mudança nesse sentido, ressalta-se que os assentamentos devem ser criados sobre normas de planejamento que precedem a assistência técnica, linhas de créditos para produção familiar, implantação de escolas e atendimento em saúde dentro da área do assentamento, ocasionando boas condições para permanência e não evasão das famílias nos lotes. Outro fator é a educação do campo, que deve ser trabalhada na

realidade local; no entanto, o que vemos são nucleações de escolas rurais, que tem como consequência, cada vez mais, o distanciamento da realidade local do educando.

Portanto, muito se discute sobre os números de assentamentos, porém há poucos dados sobre os resultados e perspectivas, por isso debater e discutir a necessidade, e o real sentido da reforma agrária é um exercício cada vez mais urgente.

1.3. Geografia dos assentamentos rurais e a construção de novas territorialidades

Estudar um movimento social sob as abordagens e conceitos abarcados nas categorias geográficas é epistemologicamente fundamental para produção científica, teórica e metodológica. A luta contida nos movimentos sociais que culminaram na formação dos assentamentos rurais é um espaço territorial dinâmico e multidimensional.

A questão agrária no Brasil pode ser analisada em variáveis dimensões a depender da linha de trabalho e as abordagens dos diferentes aspectos da realidade do país. Na ciência geográfica, essa expressão é interpretada para explicar como a sociedade apropria-se da natureza e da terra e a ocupação do homem no território (STÉDILE, 2011). Entender a reforma agrária e os assentamentos rurais sob o prisma da Geografia é analisar as dimensões espaciais dos fenômenos, os territórios e as territorialidades.

Nos tópicos em que se inserem a compreensão da política de reforma agrária e os assentamentos rurais, faz-se uma análise sobre a importância efetiva da Geografia enquanto ciência da terra e da sociedade que se preocupa em desvendar os fenômenos que norteiam as relações entre homem/natureza, integrado ao espaço/território. É importante salientar que espaço e território são categorias distintas, apesar disso, ao estudar o território é necessário compreender as dinâmicas socioespaciais. Nessa concepção, Raffestin (1993) destaca que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original"; o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

A abordagem do território é evidenciada por diferentes concepções e estudos. A relação entre poder, território, espaço e sociedade, são conceitos que embora apresentem autonomia de significados, são trabalhados sob a óptica integrada e conjunta trazendo consolidação ao conceito de território.

Os assentamentos são espaços plurais que trazem no contexto a ressignificação do lugar, essas características dos assentamentos enquanto novos elementos rurais modela o espaço a partir da dinâmica da territorialização. Conforme Fernandes (2005), o espaço, o território, o lugar, as relações sociais e as escalas de ações são elementos que remetem à compreensão dos tipos de movimentos ¹⁹ socioespaciais ou socioterritoriais e seus processos geográficos, isolados, territorializados ou espacializados.

A concepção de territorialidades refere-se, a um território engendrado por relações sociais, manifestando-se em diversas escalas geográficas. As territorialidades são caracterizadas por aspectos sociais, valores imateriais e materiais-simbólicos, que variam no tempo e no espaço de acordo com a evolução da sociedade. Esses conceitos estão associados com as relações culturais e a ligação com a identidade regional de cada sujeito.

Nos últimos anos, os estudos sobre assentamentos têm ocupado espaço de pesquisas e debates no meio acadêmico, para tanto, repensar o conceito de espaço rural e os contrastes evidenciados leva em consideração uma série de fatores e elementos. O processo de luta pelos trabalhadores rurais tem contribuído pela dinâmica e reestruturação do espaço agrário brasileiro.

A Geografia Agrária, dentre as demais ciências humanas, tem contribuído para interpretação profícua dos movimentos sociais no campo. Um dos principais temas debatidos entre os pesquisadores e estudiosos neste ramo está relacionado à luta pela terra, às injustiças no campo, à vulnerabilidade da população rural, e à luta constante para concretização da reforma agrária.

O espaço rural é dinâmico e apresenta constantes transformações. De acordo com Schneider (2010), quatro fatores são importantes para esse desenvolvimento: o

¹⁹ Os movimentos socioterritoriais têm o território como palco essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. Os movimentos socioterritoriais atuam em um determinado espaço, consideramos esse movimento como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito (FERNANDES, 2005).

primeiro está relacionado à trajetória das discussões em torno da agricultura familiar com destaque para o potencial produtivo, social e econômico.

O segundo refere-se à crescente influência do estado, através de políticas de apoio à agricultura familiar e ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. Já o terceiro gira em torno das mudanças no âmbito político e ideológico no espaço rural, por um lado, as elites agrárias e por outro lado o universo de produtores da agricultura brasileira. E o quarto fator está relacionado ao desenvolvimento rural com o tema da sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2010).

Em análise, os debates em torno do desenvolvimento do espaço rural, pautados nos avanços e transformações, tiveram grande destaque através da implantação de políticas públicas, como o caso específico do PRONAF, com valorização da agricultura familiar integrada ao sistema agroecológico, e também com a criação de diversas modalidades de assentamentos rurais.

Na perspectiva do desenvolvimento, os assentamentos devem ser analisados sobre a inserção local/regional, com a inclusão de políticas públicas, cumprimento da função social da terra e a implantação de infraestrutura básica nos PAs, permitindo à permanência do trabalhador rural na terra. Sobre as políticas públicas e as questões sociais no território, Santos e Saquet (2010) destacam que:

O território é metamorfoseado, transformado e reorganizado por agentes sociais, econômicos, políticos e culturais envolvidos, de maneira geral, pelo movimento de expansão do modo capitalista de produção. [...] Este recria relações de produção centrada na mecanização e na utilização de insumos químicos. Processo mediado pela atuação do Estado que define políticas de incentivo peculiares como a de crédito rural (SANTOS e SAQUET, 2010, p. 217).

Os movimentos sociais efetivam o território, a partir do espaço geográfico, marcados pelas territorialidades e temporalidades dos indivíduos que formam territórios hibridizados e dinâmicos. Nesse processo, solidificam-se territorialidades e interesses de predomínio econômico, político e cultural que dão significados, formas e conteúdos multidimensionais aos territórios (SAQUET, 2011).

Nesse sentido, “os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais” (FERNANDES, 2005, p. 27). Sendo assim, os territórios são marcados pelas relações simbólicas e também pelo campo de forças e conflitualidades. A luta pela terra e a criação de assentamentos rurais são formas de recriações de novos territórios. Segundo Little (2002), as territorialidades humanas e as

multiplicidades de expressões produzem amplos tipos de territórios com identidades e particularidades socioculturais dos diversos grupos sociais, nos respectivos ambientes biofísicos.

A reforma agrária tem o sentido de nova organização do território e novo formato ao espaço agrário brasileiro. O MST²⁰ tem sido responsável por constantes dinâmicas na organização e reestruturação do espaço rural. Os territórios formam-se a partir da apropriação do espaço concreto ou abstrato, essa dinâmica ocasiona a territorialização do espaço (RAFFESTIN, 1993). Logo, as diversas modalidades de assentamentos rurais constituem um processo a ser entendido a partir da análise da produção e reprodução do espaço.

O espaço geográfico de uma nação formam os diferentes territórios e as multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004). A divisão do assentamento em propriedades e lotes em áreas individuais e coletivas é definida por limites/fronteiras e culturas resultantes de conflitos e também de lutas sociais que simbolizam novos sentimentos de pertencimento da terra e do território. De acordo com Cleps Jr. (2010), para compreender a organização do território nos mais diferentes tipos, é preciso considerá-lo na sua totalidade e multidimensionalidade, organizado em diferentes escalas e usos.

Os conflitos pela terra e pelo território no meio rural não se definem apenas pela concentração fundiária, mas também nos conflitos por demarcação das terras indígenas, expulsão dos camponeses, povos tradicionais, extração devastadora de recursos naturais, expansão do agrohidroterritório, dentre outros inúmeros problemas que atravessam essas questões de debate (MONTENEGRO, 2010).

De acordo com Andrade (2004), para refletir sobre o problema do território no país, o estudo evidenciado parte da análise das relações existentes entre a delimitação do espaço geográfico e o processo de administração pelos limites/fronteiras dotado de poder sobre o território. Segundo Ratzel (1990), a concepção clássica do território, esteve baseada no domínio, conquista de áreas ou colônias, focada nas descobertas de novas terras e dominação do território. Essa discussão remete ao domínio do Estado e às novas relações de posse sob as abordagens da Geografia Política ou Geopolítica.

²⁰ A participação das entidades representativas dos movimentos sociais de luta pela terra na indicação de áreas é prevista pelo Decreto 2.250/97, que também garante a presença de representante técnico dos movimentos durante a realização da vistoria do INCRA (INCRA, 2017).

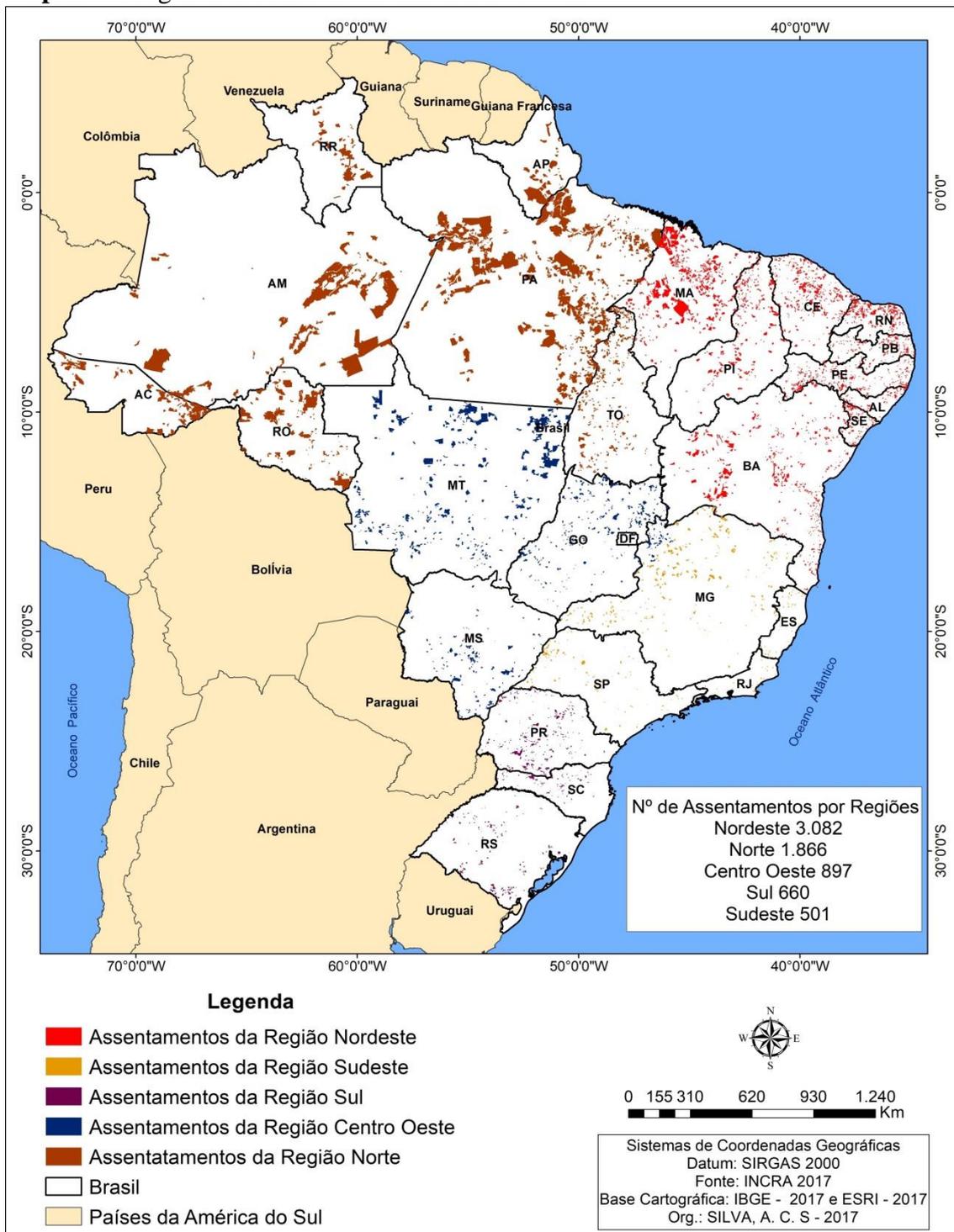
Andrade (2004) ainda aponta que

A análise histórica é indispensável à compreensão da formação do território, da forma que se apresenta hoje. Na verdade, a paisagem e o tipo de exploração do território e de organização das suas relações vão indicar os seus antecedentes e o processo de sua formação; a compreensão desse processo é fundamental para a compreensão do estágio que está sendo percebido (ANDRADE, 2004, p. 14).

A compreensão do território e seus diversos conceitos parte da dimensão material que diz respeito à área de domínio, poder, fronteira, apropriação do sujeito no território e também da dimensão imaterial atribuída pelas ações, representações, ideologias, manifestações e movimentos do sujeito no espaço social. Dessa maneira, “o espaço tornou-se uma categoria que acentua a constituição atual dos lugares dedicando uma atenção especial às redes de valores e de significados materiais e afetivos” (GOMES, 2011, p.317).

Os assentamentos rurais são espaços constituídos através de um novo modo de vida, articulado pela organização do trabalho, da produção, das relações familiares e do espaço de vizinhança. O cerne das reflexões acerca da construção das territorialidades parte da história e origem dos indivíduos, bem como das condições de migração para o acesso à terra, definições que trazem novos traços identitários e influências de acúmulos culturais, políticos e econômicos constituídos e consolidados pelas famílias assentadas.

O mapeamento dos diferentes espaços dos PAs contribui para uma leitura geográfica sobre a distribuição regional, através de representações cartográficas dos assentamentos em determinada localidade da superfície e seus diferentes aspectos. O Mapa 3 traz uma abordagem dos assentamentos rurais em nível nacional, segundo o banco de dados do INCRA (2017), através do acervo fundiário pelo software i3geo.

Mapa 3 - Geografia dos assentamentos rurais no Brasil

Org.: SILVA, 2017.

De acordo com o mapa, os maiores focos de assentamentos concentram-se na região nordeste do país, com um total de 3.082 (três mil e oitenta e dois) assentamentos, seguido das regiões Norte com 1.866 (hum mil oitocentos e sessenta e seis), Centro-Oeste com 897 (oitocentos e noventa e sete), Sul com 660 (seiscentos e sessenta) e Sudeste com 501 (quinhentos e um) assentamentos rurais criados pelo INCRA.

A construção do assentamento é cotidiana e processual, desse modo, compreende-se o território a partir das múltiplas dimensões sociais. De acordo com Fernandes (2005), a territorialização é um processo geográfico entendido como “o resultado da expansão do território, contínuo ou ininterrupto” (FERNANDES, 2005, p. 29); enquanto a territorialidade é “a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2005, p. 29).

Os territórios rurais dos assentamentos possuem, como ponto de partida, o agricultor familiar que compõe distintas características de produção. A heterogeneidade de valores que acumula um território das diversas regiões do país apresenta potencialidades e características individuais de cada população que luta cotidianamente.

A agricultura familiar e os assentamentos rurais em Minas Gerais, mais especificamente na mesorregião Norte de Minas, são propiciados pelas diferenças internas e demandas regionais, a respeito da produção familiar, acesso à terra e a escassez de água (fator que limita a produção e desenvolvimento socioeconômico). A discussão a seguir trará uma análise sobre a dinâmica da reforma agrária na região norte-mineira e acerca da questão agrária no município de Francisco Sá- MG a partir dos assentamentos rurais.

CAPÍTULO II: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS: QUESTÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

Historicamente, a questão agrária na mesorregião Norte de Minas, é marcada pela concentração de latifúndios, os quais fazem parte do quadro histórico do país. A formação territorial de Minas Gerais configura-se por duas gêneses de ocupação, uma pela frente mineradora e a outra pela pecuária. As fazendas de criação de gado ocupavam extensões de terras e os proprietários eram grandes políticos da região que em posse das terras devolutas dominavam o território ocupado.

A Geografia dos assentamentos no espaço rural norte-mineiro pode ser bem compreendida a partir da espacialização e territorialização das diferentes políticas de acesso à terra no município de Francisco Sá. Essas considerações e reflexões são pontuais para temática que acirra essa discussão.

2.1 Ocupação de Minas Gerais: a luta pela terra e a reforma agrária na mesorregião Norte de Minas

Em termos de caracterização o Estado de Minas Gerais está localizado na região sudeste do Brasil. A divisão geográfica do Estado foi agrupada em 12 mesorregiões que, por sua vez, foram subdivididas em 66 microrregiões, totalizando 853 municípios.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010) a população de Minas Gerais no último censo apresentou 19.597.330 hab. e estimativa para o ano de 2017 com 21.119.536 hab. A densidade demográfica correspondeu a 33,41 hab/km² e uma grande área territorial equivalente a 586.520,732 Km², sendo o maior Estado em extensão da região sudeste (Vê o Mapa 4, localização das mesorregiões de Minas Gerais com destaque para o Norte de Minas).

Mapa 4 -- Mesorregiões de Minas Gerais

Org.: SILVA, 2017.

A geografia de Minas Gerais e a produção dos espaços, regiões e paisagens foram construídas pela expansão de territórios, através da penetração de bandeirantes, seguindo trilhas e estradas. Tupynambá (2001) descreve as características físicas das quais emanou o espaço mineiro:

Desbravados os caminhos do ouro, outras rotas se fizeram a partir do início do século XIX, desta vez por franceses, ingleses e alemães que, passando pelos campos e serras codificaram nosso solo, traçaram nossa cartografia, fizeram anotações sobre os costumes, o povo, a flora e fauna que caracterizam Minas Gerais. Saint-Hilaire foi um desses visitantes e, entre os caminhos que percorreu, está o que fez em busca das nascentes do Rio São Francisco, passando por montanhas, campos, fazendas, vilarejos e vales, anotando suas impressões geográficas e humanas (TUPYNAMBÁ, 2001, p. 6).

A configuração espacial e o diversificado painel regional de Minas Gerais são resultantes de uma heterogeneidade sob os aspectos físicos, econômicos, culturais e sociais carregados de complexidade e potencialidade. Assim, “O território mineiro apresenta diferentes graus de desenvolvimento, dinamismo agrícola e agroindustrial

resultantes da intensa modernização ocorrida a partir do final dos anos 1970 (CLEPS JR, 2014, p. 3)”.

Nessas palavras, Cleps Jr (2014) ainda apresenta que compreender a questão agrária em Minas Gerais é uma tarefa muito complexa, visto que as regiões que compõem o Estado, além de apresentar grandes diferenças socioespaciais nos aspectos naturais, econômicos, sociais, demográficos, culturais, urbanos e rurais, apresentam também grande diversidade que reflete sob a natureza dos conflitos, movimentos de luta e resistência no campo.

No estado de Minas Gerais, em 2014, o Índice de Gini²¹ retratou que a estrutura fundiária da região ainda apresentava grandes índices de concentração fundiária, podendo variar de 0,322 a 0,994, sendo que os valores mais próximo de 0 correspondem à menor concentração e mais próximo de 1 à maior concentração (INCRA-DF NERA/LAGEA, 2016). Essa relação traz uma análise sobre as disparidades de acesso à terra, desencadeadoras dos conflitos agrários.

O MST²² reproduz em cada estado os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Os focos de ocupações representam uma ação inicial do movimento com manifestação em espaços de luta e resistência. Em Minas Gerais, o MST originou-se nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, a iniciativa ultrapassava a espera por uma política de governo. A construção do MST mineiro trouxe novos desafios integrados à Comunidade Eclesiais de Base (CEBs), que buscava a territorialização do movimento nas comunidades, comissões municipais e em todas as regiões do Estado (FERNANDES, 2000).

A questão agrária foi militarizada²³, logo, “o MST denunciava a ação conjuntiva da polícia e da União Democrática Ruralista- UDR, de modo que a repressão policial contra os sem-terra aumentava na mesma proporção que os trabalhadores intensificavam suas ações (FERNANDES, 2000, p.137)”. Entre os anos de 1985 a 1990, o MST territorializou-se em todas as regiões do estado, na luta por direito e enfrentamento de

²¹ O índice de Gini é utilizado para medir o grau de concentração de um atributo (renda, terra, etc.). Os dados do índice servem de instrumento de combate à grilagem, e subsídios para as ações dos órgãos ligados à reforma agrária no Brasil (INCRA, 2017).

²² Sobre a “História da luta pela terra e o MST”, em Minas Gerais vê mais (MORISSAWA, 2001) nas páginas 195-196.

²³ A polícia militar de Minas Gerais criou duas armas a fim de serem usadas no confronto com os sem-terra. *Aruega* e *Sapezinho* eram as nomenclaturas das ferramentas em alusão as primeiras ocupações. A *Aruega* é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em “V”, utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O *Sapezinho* é um haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatar foices e enxadas (FERNANDES, 2000).

negociações, assumindo como a única forma e exigência para a democratização da terra (FERNANDES, 2000).

Nesse período o cercamento das terras pelos fazendeiros era dado em extensão e sem limite. Com a vigência do Estatuto da Terra, vários fazendeiros norte-mineiros caracterizavam os moradores ao entorno da propriedade como parceiros na produção, o que estrategicamente facilitava a expulsão e domínio das terras (COSTA, 1997; DAYRELL, 2000).

Os conflitos²⁴ e a formação do espaço rural mineiro revelam o processo de ocupação do território, dominado pela força política e pela elite. As desigualdades de terras trazem à tona os latifúndios em exclusão às pequenas propriedades e os trabalhadores sem terra, bem como os diversos conflitos agrários em busca de direitos. Para Ariovaldo Oliveira “Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifúndios, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas” (OLIVEIRA, 1991, p.26).

Assim como a colonização do Brasil, a ocupação do território mineiro foi baseada na exploração e concentração de terras. Nessas palavras, Moreira (2010) ressalta que “agindo assim, obscureceram o fato de que Minas Gerais é fruto da conjugação entre a sociedade mineradora nas entranhas da Serra do Espinhaço e a sociedade pastoril disseminada pelas chapadas que se espalham pela bacia do rio São Francisco” (MOREIRA, 2010, p. 18). Nesse contexto, Carneiro (1999) salienta que:

A história da ocupação e formação do território mineiro se confunde com a história do ouro no Brasil, até o fim do século XVIII. As primeiras incursões ao interior do país por bandeirantes baianos, em meados do século XVI, ocorreram em faixas de terras que hoje fazem parte do território mineiro, [...] a ocupação efetiva das terras de Minas só se deu na Segunda metade do século XVII e no decorrer do século XVIII, com a expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco, pelas correntes de povoamento vindas do norte, com descoberta do ouro e do diamante, pelos bandeirantes paulistas, vindo do sul, além de inúmeros aventureiros e desbravadores de vários pontos do país, que penetravam e conquistaram seus espaços em busca de riquezas (CARNEIRO, 1999, p. 31).

²⁴ Um exemplo cita-se o conflito de Cachoeirinha que começou em setembro de 1964, em plena ditadura militar, num cenário de extrema repressão às classes sociais. Os camponeses de Cachoeirinha englobam três gerações de posseiros, que ocuparam a região norte de Minas Gerais desde o início do século XX. Esses posseiros tiveram as terras tomadas por grandes fazendeiros e constantes ameaças dos latifundiários. Atualmente, 50 anos depois do maior conflito agrário do Norte de Minas, a região do Cachoeirinha, concentra o maior número de áreas de reforma agrária do estado de Minas Gerais. Há 18 áreas, entre acampamentos e assentamentos: Santa Clara, Vitória, Verde Água e Brejo dos Crioulos, Caitité, União, Boa Esperança, Arapuá, Arapuim, Verde Minas, Betânia, Serrana, Bom Jardim, Lagoinha, Volta da Serra, Bom Sucesso, Modelo e Nova Esperança; sendo a área total desses assentamentos correspondente a, aproximadamente, 20% da área total do município de Verdelândia (BRASIL, 2015).

Sobre a ocupação do território norte-mineiro, corroborando com Costa (1997), Carneiro (1999), salienta que os baianos e os paulistas foram capitaneados, por Matias Cardoso e Fernão Dias Paes. O desbravamento na região demandava a busca de pedras preciosas, dizimação de indígenas²⁵, e a constituição de grandes fazendas dedicadas à criação de gado.

A ocupação do território seguiu de três formas: a mineração nas regiões de Grão Mogol, Itacambira, Jequitaiá e pequenos aglomerados no Vale do Rio Jequitinhonha; a extensão de criatório de gado nas grandes fazendas e também a prática da agricultura familiar entre os sitiantes, posseiros, parceiros, etc. As atividades econômicas do Norte de Minas eram conjugadas à mineração e exploração agropecuária, tanto por grandes fazendeiros quanto por camponeses (COSTA, 1997).

Conforme apontam estudos, “o desenvolvimento do sertão mineiro foi marcado pela grande propriedade, obtidas pela doação de vastas sesmarias, ela contribuiu para configuração de uma estrutura fundiária concentrada na região” (RIBEIRO, 2000, p. 60). Ressalta-se ainda que “a apropriação/conquista da região do Norte de Minas deve ser entendida como parte do processo de expansão do colonialismo mercantil português” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p.19).

Com a modernização do Estado e a revolução burguesa de 1930, os grandes proprietários da região apropriavam-se por vínculos de parentela, relações de vizinhanças, compadrios com os agregados, sitiantes e posseiros, firmando alianças com sindicatos dos fazendeiros (COSTA, 1997).

Destaca-se que, na vigência da Lei de Terra de 1850, grande maioria das terras norte mineiras não foram cadastradas. Em Minas Gerais, o processo de divisão das terras ocorreu sem resolver definitivamente a titulação daquelas pertencentes ao Estado. Essas divisões eram contratadas por fazendeiros e cidadãos a fim de afazendar, ou seja, enriquecer através da aquisição de fazendas. Por meio desse processo, deu-se a formação de imensos latifúndios, transformando os posseiros em agregados²⁶, esse fato levou esses trabalhadores sem-terra a migrarem para outras regiões em busca de “terras de ninguém” (COSTA, 2011).

²⁵ Os Cataguás, os Kayapó do Sul, os Guayaná, os Akoróá e os Xakriaba foram os principais grupos indígenas encontrados pelos colonizadores europeus no Sertão Mineiro (RIBEIRO, 2000, p. 75).

²⁶ O agregado é um trabalhador que mora na propriedade do fazendeiro, juntamente com sua família. A relação de trabalho entre esses sujeitos são orientadas sem vínculos empregatícios e direitos trabalhistas.

As grandes fazendas de gado, de acordo com Fausto (1995) foram as “regiões que se caracterizaram por intensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista, [...] um grande fazendeiro chegava a possuir mais de 1 milhão de hectares”. (FAUSTO, 1995, p.84). Essa hegemonia é registrada na configuração do domínio de terras na região e de outro lado gradativamente vê-se a produção familiar dos geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros e outros importantes povos, por meio dos quais se configura o perfil sócio-geográfico-cultural do povo mineiro (PORTO-GONÇALVES, 2000).

Diante de tais problemas, os camponeses (meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados e assalariados) aderiram ao MST. Dessa forma, essas categorias de trabalhadores rurais sem-terra, em diferentes condições, agrupavam-se; assim, o vínculo que unia essa classe em uma única identidade que era lutar pela terra (FERNANDES, 2000).

No embate norte-mineiro sobre essas questões que inquietam a problemática e gestão de conflito por terra, Porto-Gonçalves (2000) salienta que “a apropriação da terra na região do Norte de Minas teve as marcas do latifúndio do período colonial. O vale do São Francisco foi palco dos maiores latifúndios da história” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 24).

A estrutura social do território norte-mineiro tem a base do personalismo determinado desde a Península Ibérica, organizada pela sociedade de fazendeiros e camponeses. Essa divisão traz a figura do coronel detentor de grandes propriedades e dos pequenos proprietários, união caracterizada segundo o autor por sociedade sertaneja (COSTA, 1997).

A sociedade sertaneja foi construída tendo em vista alianças que fizeram entre si grupos diferenciados de atores sociais: por um lado os grandes fazendeiros que se construíram como fator de aglutinação de população dentro e ao redor de suas propriedades; por outros, grupos sitiantes, parceiros e agregados que se organizaram solidariamente entre si através da organização familiar e buscaram, na figura do coronel, a resolução de suas questões (COSTA, 1997, p. 93).

Em decorrência das relações de poder estabelecidas no território com a presença do fazendeiro, depois denominado “coronel”, os camponeses eram submetidos à interdependência de trocas e compadrios (COSTA, 1997). Já “Em certos casos, o fazendeiro e a esposa apadrinhavam os filhos dos posseiros; em contrapartida, os

posseiros recebia o posto de jagunços na eventualidade de um conflito” (DAYRELL, 2000, p.220).

No bojo das relações sociais no espaço geográfico das regiões do Norte de Minas, localizam-se as comunidades e os sujeitos “[...] homens, mulheres e seus pequenos pedaços de terra estruturalmente cercados por latifúndios, reflorestadoras, mineradoras, grandes criadores de gado e pelas monoculturas de exportação (CARNEIRO, 1997, p.19)”.

Na década de 1970, as terras devolutas foram concedidas para empresas reflorestadoras, o que contribuiu para o aumento de fluxo migratório e para o êxodo rural. Os números de proprietários de terras no Norte de Minas produziram a desestruturação da pequena propriedade; paralelamente ao reflorestamento surgiu a modernização da agropecuária, irrigação, agroindústria, contemplando através de projetos da SUDENE, as grandes unidades produtivas (PAULA, 2003). Ocorreu também que o desmatamento dessas áreas para plantio de monocultura de eucalipto passou a ser disputado por empresas e empreiteiras de carvão (DAYRELL, 2000).

A expansão capitalista, orientada pelas políticas de incentivo e subsídio para o investimento, provocou o rompimento das bases de subsistência da agricultura familiar. Gradativamente as grandes empresas modificaram o modo tradicional das regiões, seja no nível ambiental, socioeconômico ou cultural. Desse modo, as faces eram bastante contraditórias, de um lado a expansão dos latifúndios e empreendimentos e de outro a exclusão econômica e social dos necessitados pela terra (CARNEIRO, 1997).

A modernização dos latifúndios e a incorporação das pequenas propriedades às novas grandes áreas agropastoris ou de reflorestamento, além de promover a paulatina transformação da estrutura produtiva norte-mineira, contribuiu para a expulsão do camponês do seu território. Conseqüentemente, as áreas devolutas, que antes eram ocupadas pelas populações tradicionais, foram invadidas pelas empresas de reflorestamento em um processo de grilagem (MOREIRA, 2010).

A expansão da fronteira agrícola e a pecuária extensiva trouxe uma nova configuração para a paisagem norte-mineira, pois esses fatores intensificaram a problemática fundiária, levando a expropriação de povos e comunidades tradicionais (SANTOS et al, 2011). Sobre os conflitos de terras, destacam-se também as lutas indígenas, quilombolas e de diversas outras comunidades tradicionais presentes no Estado que lutam constantemente pela conquista de territórios.

Os latifúndios considerados improdutivos por lei transformaram-se em empresas rurais, permanecendo a mesma estrutura agrária. Os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal foram colocados à disposição de empresários, essa modernização conservadora justificou ainda mais a concentração nas mãos de poucos. As terras públicas das chapadas dos sertões do Norte de Minas tornaram-se particulares, seja pelas mãos do Estado, ou através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de eucaliptos (PORTO-GONÇALVES, 2000).

As transformações causadas pela modernização no sertão mineiro deixaram marcas, tanto nas questões ambientais, com o desaparecimento da fauna e flora como também na concentração de terras, o que levou à expulsão das populações camponesas do seu espaço e lugar de vivência (CARNEIRO, 1997). Nesse sentido DAYRELL (2000) destaca que:

Essa retirada dos antigos moradores da terra tinha, muitas vezes, um caráter de expulsão violenta. Em outros casos, era um processo negociado, onde o fazendeiro fornecia um lote ou uma casa na sede do município para eles. Sem opção muitos optavam a oferta, com a expectativa de encontrar estudos para os filhos ou de empregar em “firmas”. As empresas de reflorestamentos estavam chegando, abrindo postos de trabalho. Era o ano de 1975 (DAYRELL, 2000, p. 225).

Especificamente, na mesorregião Norte de Minas, a modernização²⁷ e a concentração fundiária ocasionou o surgimento da luta pela terra em diversos municípios. A partir da nova configuração do espaço rural, intensificam-se os conflitos de terras através dos grandes empreendimentos e modernização do campo. Importa ressaltar que “[...] tal processo produziu intensas transformações na paisagem regional, influenciando diretamente a vida das populações rurais” (FEITOSA e BARBOSA, 2006, p. 171).

O avanço dos movimentos sociais, em parceria e apoio dos sindicatos locais, ONG's, pastorais católicas e organizações que indiretamente contribuíram pela democratização do acesso à terra na região, transformou esse cenário de luta em mobilização em todas as regiões do Estado. Nesse contexto, são analisadas as políticas de reforma agrária, com a formação de assentamentos em diferentes formas de obtenção de terras (CLEPS JR, 2014).

²⁷ A modernização da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria. A constituição dos “Complexos Agroindustriais” – CAIs, incentivados pelo Estado, modernizou a agricultura, mas consequentemente aumentou a concentração de terras, contribuindo para o êxodo rural (PAULA e CLEPS JR, 2002).

Nesse período, gradativamente começaram diversas lutas de resistências e ocupações isoladas em todas as regiões de Minas. Em 1985, os movimentos sociais articularam-se, em nível estadual, na busca de fortalecimento e luta. No Encontro Estadual das Mesorregiões reuniram-se em Belo Horizonte os representantes do Vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha e Zona da Mata; nesse momento foram relatadas pelos trabalhadores as diferentes ocupações isoladas, formadas principalmente por posseiros (FERNANDES, 2000).

A respeito das lutas em diferentes frentes, predominava a concepção do apoio às resistências, tendo em vista inúmeros assassinatos que cresciam sequencialmente no estado, no período de 1983 a 1985. No encontro regional em Teófilo Otoni, em 1987, o MST deliberou a ocupação de terra como forma de avançar a luta. O impacto político foi imediato e o latifúndio prontamente articulou a UDR da região; as ocupações de terras eram alvos de ação policial e impedimentos pelos jagunços (FERNANDES, 2000).

O caráter extensivo e descontínuo da apropriação das terras pelos fazendeiros foi devido à compra dos direitos de posse dos posseiros. A Ruralminas²⁸ regularizou a posse de terras de centenas de posseiros, entretanto, o reconhecimento foi definido somente para os terrenos fechados dos quintais²⁹ e das roças³⁰, ignorando a ocupação da área de “solta³¹”, manejada secularmente pelos camponeses (DAYRELL, 2000).

Os grandes proprietários da região, assim como em todo país, romperam com seus agregados, parentes e compadres, e passaram a privilegiar a aliança de disputa. A expulsão de milhões de camponeses do espaço rural determinou um grande esvaziamento e exploração demográfica do campo (COSTA, 1997).

Diante disso, “As populações camponesas passaram a perder os seus espaços, e conseqüentemente, um processo cruel de esvaziamento do campo se iniciou (CUNHA, 2012, p.2).” A questão agrária, de modo geral, manifestou-se em diferentes formas e intensidades. Todavia, apesar das transformações sociais e econômicas do país, o cerne

²⁸ Fundação Rural Mineira (Ruralminas) órgão do governo do estado encarregado de dar tratamento às questões fundiárias, em particular às relacionadas como os terrenos são devolutos (DAYRELL, 2000, p. 228).

²⁹ O quintal é o espaço em torno da casa. A produção de alimentos neste ambiente é compartimentada pelo aproveitamento do espaço com a diversificação produtiva e geração de renda para o trabalho familiar.

³⁰ A roça define a plantação e a criação de animais distante da casa.

³¹ A pecuária de solta é praticada em pastagens e plantas nativas. Essa técnica de manejo são práticas locais comum no cerrado mineiro.

das problemáticas atuais ainda continua sendo a matriz de um padrão de propriedade de terras arcaico (BUAINAIN, 2008).

O desenvolvimento da região norte-mineira, concomitante a modernização proposta pelo Estado, decresceu a oferta de trabalho rural e aumentou os empregos temporários. A forma de organização produtiva explica a subordinação dos trabalhadores ao capital em condições precárias de vida. A estrutura fundiária agravou a situação de opressão e “escravidão” dos trabalhadores do campo, e, assim, o espaço rural passou a ser palco de conflitos entre grileiros, posseiros e trabalhadores sem terra (PAULA, 2003).

Nas palavras de Feitosa e Barbosa (2006), esse cenário serviu de pano de fundo para a intensificação da luta³² pela terra e justiça social no campo, travado por dois conflitos agrários, a saber, o conflito de Cachoeirinha, em Verdelândia (MG) e o conflito da fazenda Tapera, em Riacho dos Machados (MG). As reivindicações caracterizam-se pela resistência de posseiros à tentativa de expulsão de suas terras, logo, esses dois exemplos retratam a transformação do espaço agrário na região até início dos anos 1990, baseada nos movimentos sociais, especificamente pelo o MST.

As profundas dinâmicas sociais, ambientais e econômicas no Norte de Minas apontam para execução de análises mais específicas quanto à natureza dos conflitos existentes na região. Nesse cenário, uma das realidades é a modificação dessa paisagem, apresentada por complexas mudanças nas estratégias de reprodução socioeconômica e cultural em que se inserem as comunidades rurais impactadas espacialmente pelas atividades de monocultura (BARBOSA et al, 2014).

O Censo Agropecuário 2006 trouxe um conjunto de temas e reflexões sobre a ocupação do espaço agrário e o acesso às políticas públicas. Os resultados do Censo apontaram um elevado índice de desigualdade de acesso à terra, fato que merece atenção e estudo (HOFFMANN e NEY 2010). Conforme os autores, todas as grandes regiões brasileiras apresentam uma alta desigualdade na distribuição da posse de terra.

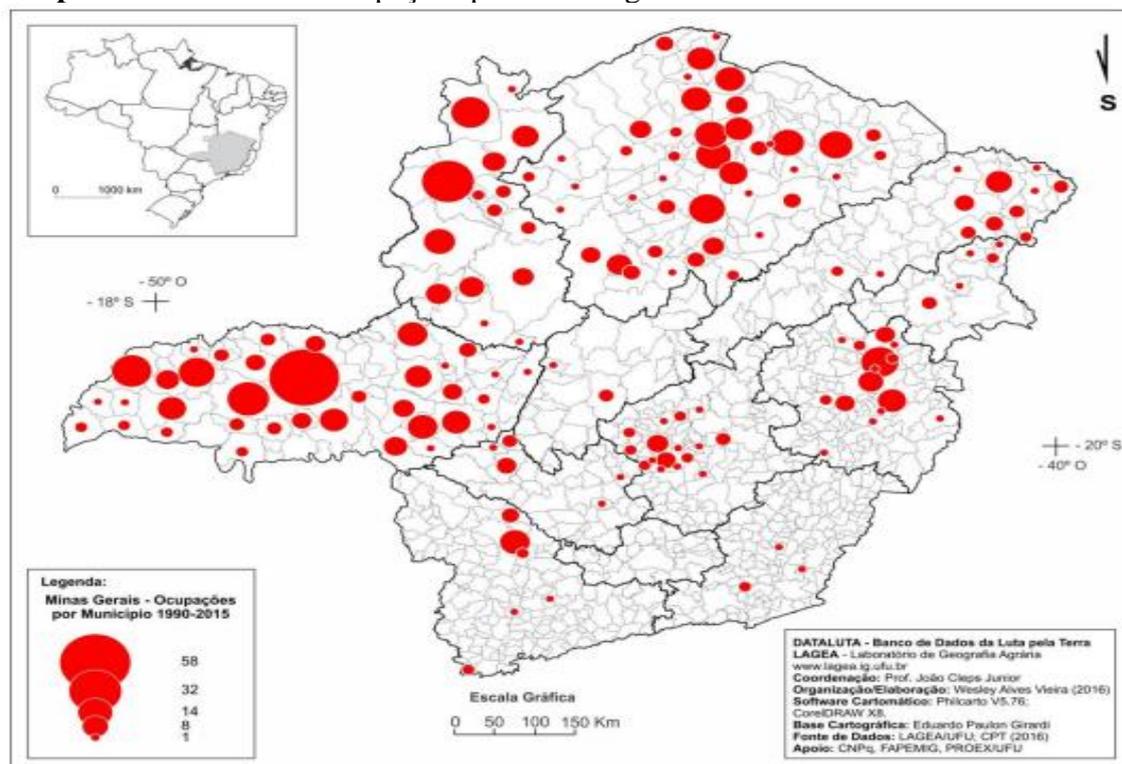
Os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), reunidos no Boletim Informativo (2015), evidenciam a extrema concentração de terras e as proporções do latifúndio em cada Unidade Geográfica do país. Em Minas Gerais, os 33,05% de imóveis cadastrados equivalem a 10.934.682 ha dos 33.083.503 ha previstos, isto corresponde a um terço do

³² Sobre as principais áreas de conflitos na luta pela terra no Norte de Minas, ver mais FEITOSA et al (2006) no livro “Debaixo da Lona: Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil”.

total, de 158.060 propriedades. Na média, cada imóvel detém 69,18 ha, o que implica a metade da média nacional, em porcentagens das terras cadastradas.

A atualidade da questão agrária em Minas Gerais mostra, conforme o Mapa 5, o quanto ainda são presente, o número de ocupações de terras no período de 1990 a 2015.

Mapa 5 – Minas Gerais: ocupações por mesorregiões- 1990 a 2015



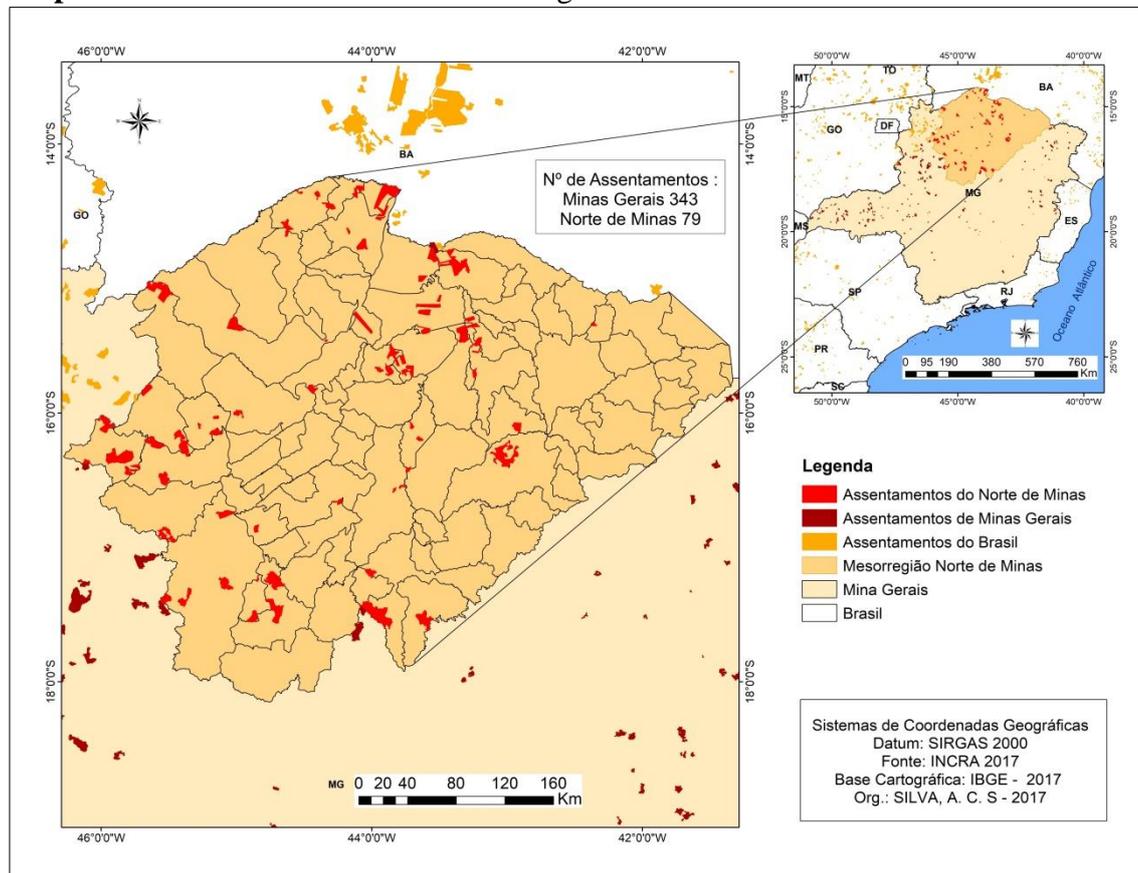
Fonte: DATALUTA; LAGEA, 2015.

O processo de luta pela terra, que ocorre há décadas em Minas Gerais, está diretamente associado ao desenvolvimento socioeconômico do estado. A concreticidade da solução política para as ocupações e acampamentos é promover a criação de assentamentos. Nesse sentido, Brandão (2006) aponta que:

Quando passamos dos acampamentos de lona preta para os assentamentos rurais, aí, então, o valor do que foi a duras penas conquistado, precisa ser avaliado com mais atenção, pois, nestes assentamentos, na aparência – e apenas na aparência – ‘menos produtivos’ do que as ‘conquistas’ do agronegócio, toda uma vida solidária de trabalho dos acampamentos de lona preta se consolida e diversifica. E se não nos prendermos apenas aos indicadores econômicos de produção-e-productividade, veremos que ali se gera e produz algo bem mais valioso: uma experiência local e coletiva de reprodução de modos de vida que poderiam fazer nada mais e nada menos, do que este milagre: devolver a vida ao campo brasileiro (BRANDÃO, 2006, p.19).

Desse modo, compreende-se que os assentamentos têm um impacto positivo para alteração e modificação da realidade socioeconômica do Norte de Minas. O Mapa 6 apresenta o número de assentamentos disponibilizados pelo banco de dados do acervo fundiário do INCRA.

Mapa 6- Assentamentos rurais da mesorregião Norte de Minas



Org.: SILVA, 2017.

Considerando a relevância social representada pelos assentamentos rurais nos municípios norte-mineiros, é importante destacar a diversidade dos programas e modalidades de assentamentos que trouxeram para o espaço rural novas espacialidades e territorialidades distintas.

Para isso, torna-se necessário distinguir as diferentes políticas e mecanismos de acesso à terra existentes no estado como, por exemplo, o modelo de reforma agrária a partir das relações de compra e venda como meio de adquirir a terra, preconizado pelo Banco Mundial (BIRD) que será melhor discutida no tópico a seguir.

2.2 A reforma agrária na conjuntura de “mercado”: uma leitura sobre o novo viés de acesso à terra no Norte de Minas

Sob o impulso das reformas neoliberais, ao longo da década de 1990, emergem novas políticas pró-mercado de terras principalmente nos países na América Latina, Ásia e África. A implantação do programa nesses países seguiram em comum os problemas da alta concentração de terras, altos índices de pobreza no espaço rural, processos de reforma agrária e, as constantes lutas pela democratização da terra (PEREIRA e SAUER, 2006).

Fernandes (2004) destaca que nessa nova conjuntura política, os ruralistas subjagam a tática da questão agrária do país transferindo o território da política (campo dos direitos dos trabalhadores) para o território do mercado, onde os trabalhadores são subalternados. Um dos preceitos do pensamento neoliberal é descrito como que a superação do conflito de terra no Brasil é possível via mercado. Contudo, o autor aponta que, na verdade, esse argumento evidencia uma relação de dependência e dominação, sob a visão linear de um processo desigual e explícito na questão agrária.

Nessa difusão, a instituição de fomento foi o Banco Mundial, composto por organizações do BIRD, que auxiliou na efetuação de empréstimos a países em desenvolvimento mediante a concessão de financiamentos, doações e auxílio “não financeiro”. Na política fundiária, o BIRD ajustou-se à plataforma neoliberal, com os países articulados no eixo da promoção acelerada de transações mercantis de arrendamento e compra/venda de terras com propostas de base para o aumento da produtividade agrícola e o alívio da pobreza rural (PEREIRA e SAUER, 2006).

Sistematizada pelo BIRD, no triênio 1996-1998, o projeto neoliberal para a América Latina e para o Caribe estabeleceu como prioridade a implementação de três estratégias: 1ª “reforma do estado” através de medidas políticas e econômicas, 2ª estratégia para “combate a pobreza” na criação de programas e projetos sociais, e 3ª no avanço para liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito com mudança na legislação vigente (PEREIRA, 2006).

A “reforma agrária” do Banco Mundial frente às políticas de terras impõe sobre os ajustes neoliberais através de projetos de financiamentos e de infraestruturas. As medidas estruturais dessa instituição financeira internacional passaram a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural (RAMOS FILHO, 2009).

Dessa forma, Esteves (2012) destaca que:

A agenda de políticas agrárias do Banco Mundial pode ser agrupada em suas principais linhas de atuação: i) incentivo às relações de arrendamento e compra e venda de terras; ii) privatização e individualização de direitos de propriedade (coletivas ou estatais); e iii) privatização de terras públicas e comunais. Essas frentes de atuação requerem mudanças nas legislações agrárias, permitindo condições legais e administrativas para fomentar o mercado de terras (e atração de capital para o campo), incluindo nesse conjunto de medidas aquelas que envolvem o cadastro, registro e demarcação de terras (ESTEVES, 2012, p. 3).

Um dos componentes da agenda de reforma do BIRD é a liberação dos mercados de terra, nesse sentido Pereira (2006) indaga que:

“O que levou o BIRD a assumir uma posição de protagonismo, frente às demais organizações internacionais, na elaboração e na implementação de uma agenda de políticas agrárias ao longo da década de 1990? Afinal, por que o BIRD passou a enfatizar a necessidade de desconcentração da propriedade da terra, num contexto em que o tema “reforma agrária” parecia coisa de um passado já superado? Uma explicação possível é a de que o BIRD se viu diante de um conjunto específico de oportunidades e necessidades (PEREIRA, 2006, p. 18).

Diante das indagações, pode destacar-se que uma das causas seria: os problemas associados à concentração fundiária, formação de grandes latifúndios, criação de mecanismos para amenizar os conflitos agrários e a pobreza rural. Diante disso, caberia ao BIRD, então, tratar de maneira técnica as tensões sociais no meio rural provocadas pela política neoliberal (PEREIRA, 2006).

O modelo dessa política proposta pelo Banco Mundial (BIRD) encontrou no Brasil condições propícias para sua implementação, uma das características evidentes é o interesse do Estado em diminuir gastos sociais e descentralizar atribuição de compromisso e também a criação de políticas governamentais capazes de amenizar a pressão social advinda das lutas históricas por acesso à terra (PEREIRA e SAUER, 2006).

As mudanças estruturais dessa política apontam para as nações que apresentam maiores concentrações de terra e um retardamento nas taxas de crescimento econômico e também baixo investimento no meio rural. Esses investimentos são destinados para articular as reduções ou alívio da pobreza (RAMOS FILHO, 2009).

Um dos itens dessa agenda é a chamada “Reforma Agrária de Mercado” - RAM, programa de governo que funciona por esquemas de financiamento e compra da terra pelos trabalhadores rurais. Supostamente, essa política foi aplicada por ser politicamente

viável na distribuição fundiária e alívio da pobreza rural em regiões altamente desiguais. Esse processo ocorreu em larga medida através do apoio das articulações internacionais versus os movimentos sociais da luta pela terra (PEREIRA e SAUER, 2006). As tabelas 4 e 5 fazem uma abordagem e descrição dos programas de assentamentos criados pelas modalidades PCT, BT e PNCF.

Tabela 4– Assentamentos rurais pelo financiamento da terra

Projetos de Assentamento-RAM	Modalidades	Características
Projeto de Cédula da Terra (PCT)	Fora de Vigência	<ul style="list-style-type: none"> •Obtenção da terra, através da compra e venda; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União;
Banco da Terra (BT)	Fora de vigência	<ul style="list-style-type: none"> • LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998
Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF) ↓ Linhas de financiamentos <ul style="list-style-type: none"> •Combate à Pobreza Rural (CPR) •Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) •Nossa Primeira Terra (NPT) 	Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> •Criado pela União com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS; Os recursos proveem do Fundo de Terras e da Reforma Agrária; •Obtenção da terra, através da compra e venda, a seleção dos beneficiários é pelo Governo Federal.

Fonte: DATALUTA, 2008.

Adaptação: SILVA, 2017.

A experiência brasileira na política do plano internacional girou em torno das razões da sua magnitude financeira e social. O surgimento, trajetória e resultados da RAM, programa implementado pelo governo FHC a partir de um empréstimo do BIRD, fazem um balanço político do caso brasileiro, englobando as continuidades e descontinuidades operadas pelo governo do presidente Lula, inclusive as mudanças no Fundo de Terras e a situação da política fundiária (PEREIRA e SAUER, 2006).

Na formação socioespacial do assentamento, o Estado é o órgão que exerce a função de elo entre essa política e os agentes envolvidos, que são proprietários fundiários demandantes de terras aderentes ao programa (ESTEVEZ, 2012). A aprovação da aquisição da terra tem o prazo de pagamento de 20 (vinte) anos mais três de carência. Para operação do programa, o INCRA abre convênios com o Banco e agências regionais.

Tabela 5–Política e descrição dos assentamentos pela modalidade “RAM”

	Projeto Cédula da terra	Banco da Terra	Programa Nacional Crédito Fundiário
Abrangência	CE, PE, MA, BA e Norte de Minas.	Nordeste, Sul, Sudeste + GO, MS, MT, TO e RO.	Nordeste, Sul + MG e ES.
Público alvo	Trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra, organizados em associações.	Trabalhadores rurais, pequenos agricultores e filhos de trabalhadores e agricultores rurais.	Trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra, minifúndios incluído jovens e mulheres
Vigência	De 1997 a 2002	De 1998 a 2002	Apartir de 2003
Orçamento total previsto	US\$ 150 milhões	R\$ 928.273.178,00	R\$300 milhões por ano (em sete anos)
Nº de famílias beneficiadas	15.267	51.808	50 mil (até 2006) 190 mil (até 2010)
Condições de pagamento	1º fase: Juros de 4% a.a. carência de 3 anos e prazo de até 10 anos; 2º fase: Juros de 2 a 6% a.a carência de 3 anos e prazo de 20 anos.	Juros de 2 a 6% a.a. podendo ir até 12% a.a. carência de 3 anos e prazo de até 20 anos	Prazo de pagamento é de até 20 anos, com 36 meses de carência.
Crédito não-reembolsável	R\$ 1.300,00	Zero	Apoio inicial a instalação e fomentação de linhas de créditos.
Fontes de recursos	BIRD, governos federal (fundo de terras), estaduais e associações comunitárias.	BIRD, governos federal (fundo de terras), estaduais e associações comunitárias.	BIRD, governos federal, estaduais e associações comunitárias; Linha de financiamento: Combate a Pobreza Rural, Consolidação da Agricultura Familiar, Nossa Primeira Terra.
Estrutura de funcionamento	MDA, Unidade Técnica de Estadual, municipais e comunitárias.	Conselhos, agências estaduais, municipais e associações .	CONDRAF, CNDRS, CEDR, CMRS, UTN, CONTAG, Federações dos trabalhadores rurais e associações

Fonte: Brasil, Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar (1999 a 2002-MDA-INCRA); Desempenho Banco da Terra (2002-MDA), Relatório Preliminar de Avaliação do Projeto Cédula da Terra (1999-UNICAMP/NEAD/MDA). **Adaptação:** SILVA, 2017.

Na década de 1990, a intervenção do BIRD no Norte de Minas manifestou-se nos investimentos nas vias de transporte, comunicação, energia, maquinários, suplementos agrícolas e agricultura irrigada, essas obras arremeteram no “desenvolvimento regional” e integração nas dinâmicas econômicas do país (MOURA, 2016).

O BIRD foi umas das agências financeiras para implantação de projetos de irrigação no Norte de Minas como, por exemplo, a construção do projeto de irrigação Jaíba, com infraestrutura para os assentamentos e irrigantes como também a instalação de empresários na área do projeto financiados pela União, governo de Minas e o Banco Mundial (SANTOS e SILVA, 2010).

A legislação mineira e a política de investimento para a região dispõem sobre o decreto 44097, de 29/08/2005 e institui o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em municípios do Norte de Minas e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Já o decreto 45467, de 09/09/2010, dispõe sobre o projeto de parceria para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais, recursos financeiros do BIRD. Logo o decreto 45872, de 30/12/2011, vem instituir, no âmbito do estado, o Programa Água para Todos (Ementa com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 46.512, de 19/5/2014) (BRASIL, 2005).

O BIRD atua em projetos de investimentos sociais na região do Norte de Minas, Mucuri e Jequitinhonha, através dos recursos do Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais (PCPR/MG³³). Para acompanhar e avaliar o desempenho do PCPR, o BIRD visitou em 2010 alguns municípios mineiros como: Francisco Sá, Grão-Mogol, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Cristália, Gameleiras, Manga e Pedras de Maria da Cruz (BRASIL, 2010).

Ao analisarmos a política do BIRD implantada no estado, faz-se necessário descrever a abrangência desses programas, especificamente na mesorregião Norte de Minas e apontar as características adotadas nos programas de acesso à terra e a formação de assentamentos norte-mineiros, inscritos nos programas: PCT, BT e PNCF, que serão discutidos nos subitens que seguem.

2.2.1 Concepção sobre o Programa Cédula da Terra (PCT) no Norte de Minas

A atuação do BIRD no Brasil teve sua primeira proposta em 1996, no Estado do Ceará³⁴, a política deu origem ao projeto São José, implantado em 177 municípios. Em 1997, a ampliação desse projeto seguiu sobre a implantação do projeto-piloto Cédula da Terra, nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais

³³ O PCPR _ parceria entre o Governo de Minas e o Banco Mundial, coordenado pela Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (Sedvan) e pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). O programa visa à redução da pobreza no espaço rural, de acordo as especificidades e demanda de cada região (BRASIL, 2010).

³⁴ A articulação da política no Ceará começou com a *Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas (ICID)*, (Fortaleza, jan-fev1992), a criação de um programa de entidades públicas e privadas atuantes por agencias nacionais e internacionais para elaboração de políticas e estratégia para o desenvolvimento para o semiárido nordestino através do Projeto Árido (IICA, 1993).

(VASCONCELOS, 2016). Os demais Estados foram contemplados pelo programa Banco da Terra³⁵, e, a partir de 2003, os programas supracitados foram substituídos pelo PNCF (RAMOS FILHO, 2008).

A proposta de criação do programa surgiu para diminuir o nível da pobreza rural e para acesso à terra as populações mais carentes e demandantes de recursos. Para execução dessa política, o Estado adquire empréstimos do BIRD, através da compra da terra de latifundiários, o repasse aos trabalhadores é feito pelo financiamento em agências do Banco do Brasil ou Banco do Nordeste. Nesse processo, a desapropriação como princípio da função social da terra é contraditória à lógica de mercado, a partir da seleção dos beneficiários.

Em Minas Gerais, os primeiros assentamentos designados nessa modalidade foram implantados pelo PCT ou (PARATERRA³⁶) no ano de 1998, nas gestões do presidente FHC e do governo de Minas, Eduardo Brandão de Azeredo. De acordo com Silva e Cleps Jr (2012), as propostas dos assentamentos surgiam em detrimento às ocupações no campo.

Entre os anos de 1997 e 2002, o PCT beneficiou cerca de 15 (quinze) mil famílias, entretanto, esses números evidenciados permitem apenas mensurar o desempenho do projeto em termos quantitativos, sem esclarecimentos sobre os reais impactos de implantação do programa (BARBOSA et al, 2007).

A construção dos assentamentos rurais direcionados pelas diretrizes do Banco Mundial, entre outras medidas, exige a constituição de um novo sujeito no Norte de Minas. O desenvolver dos assentamentos são criados para acolher trabalhadores que lutam permanentemente pela terra, mas que não aderem aos movimentos de desapropriação por alguma questão ou também pela má influência que a mídia transmite a sociedade.

Os beneficiários do PCT no Norte de Minas construíram um novo espaço de reprodução do trabalho e geração de renda familiar. A inserção das famílias nessa modalidade de assentamento pode ser analisada mediante as particularidades e diversidade regional, que sejam nos aspectos socioeconômicos e físicos geográficos. O PCT beneficiou, na região, trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, que não era suficiente para produção e autoconsumo familiar.

³⁵ Lei complementar nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998 institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, regulamento (Vide Lei nº 11.775, de 2008) (BRASIL, 1998).

³⁶ Paraterra, nome dado à versão mineira do Programa Cédula da terra (ROCHA, 2001).

2.2.2 A proposta do programa Banco da Terra (BT)

A partir da experiência implantada pelo PCT, o projeto Banco da Terra (BT), instituído pela Lei Complementar nº. 93, de 1998, foi regulamentado pelo Decreto Nº 3.475, de 19 de maio de 2000. O programa foi criado para promover o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Sobre a abrangência, o BT destacou-se com maior número de assentamentos na região Sul do país. A concepção dessa política de acesso à terra empregada na continuidade do PCT complementou o espaço da reforma agrária e proporcionou maior desenvolvimento econômico aos agricultores familiares (CAMARGO, 2003).

Os assentamentos financiados pela política do BT são incorporados por grupos de associações de trabalhadores rurais, os quais são beneficiados com recursos que garantem a infraestrutura básica para moradia das famílias selecionadas. Além disso, também são disponibilizados recursos de custos cartoriais e serviços de medição e topografia do terreno.

Essa política de aquisição de terras permite que o trabalhador rural sem-terra ou com pouca terra passa a obter um imóvel rural através de um financiamento, contudo, o paradigma do capitalismo agrário passa a ocupar um espaço político decisivo no governo. Logo, essa transferência teve a finalidade de mudar a reforma agrária do campo da política para o do mercado (FERNANDES, 2013).

Os argumentos sobre a implementação do BT apresentam ideias contraditórias e favoráveis, sendo a primeira subjugando que sua aplicação não representa uma reforma agrária de fato, posto que a intervenção do Estado deixaria de priorizar as desapropriações de terras em detrimento a uma maior atuação via mercados. Os defensores do BT reagem às críticas afirmando que essa política representa uma ação complementar à reforma agrária (CAMARGO, 2003).

O objetivo do BT é a aquisição do financiamento e a execução de obras de infraestrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de vinte anos. No período de duração, o BT contratou 17.886 projetos, que contemplaram 34,5 mil famílias e foi responsável pela liberação de cerca de R\$ 731 milhões em todo Brasil. Aproximadamente 54% dos recursos do programa foram aplicados na região Sul, que atendeu 48% dos beneficiários (SRA/MDA, 2005) (BRASIL, 2011, p.28).

Em 2003, foi aprovada uma nova regulamentação do Fundo de Terras, através do Decreto n. 4.892, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003). A partir desse

decreto interromperam-se as contratações do BT, questionado pela carência na participação social, desvio de dinheiro público e falhas no controle de gestão. Em concomitância a essa modalidade de acesso à terra, neste mesmo ano foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)³⁷, para atender as exigências da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), a gestão do Fundo de Terras da Reforma Agrária e também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (VASCONCELOS, 2016).

2.2.3 Abrangência do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado em 2003, pela Conferência da Terra, em Brasília-DF, apresentou um cenário de discussão sobre a questão agrária no Brasil e a urgente pauta da reforma Agrária, tendo em vista aos inúmeros conflitos no campo, forte demanda por terra, superação da desigualdade e exclusão social da população rural (BRASIL, 2005).

O PNCF, criado a partir da Lei Complementar número 93/1998, incorporou as famílias do PCT e BT (BRASIL, 1998) e o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária tendo como órgão executor as UTEs, intermediada pela gestão do MDA pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (VASCONCELOS, 2016).

As estratégias de implantação³⁸ do PNCF estão baseadas nas descentralizações dos participantes como os Estados, os municípios e a formação de associações dos beneficiários. O governo atua para assegurar moradia, estradas, eletrificação, abastecimento de água, e o acesso à programas de créditos. Para assegurar a participação e o controle social atribuiu-se ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- CMDRS (BRASIL, 2005).

Nesse viés, foram examinadas as instituições que representam interesses dos trabalhadores rurais dentro do PNCF em MG:

³⁷ Decreto n. 6.672, de 2 de dezembro de 2008, regulamenta o art. 6º da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2008).

³⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável –CONDRAF, Resolução Nº 95 De 08 De Julho 2013, Art. 4º para a execução do PNCF são observados os seguintes princípios, conforme disposições do Decreto nº 4.892, de 2003 e do Decreto nº 6.672, de 2008. Publicada no DOU, Seção 1 Páginas 73 a 77 de 09/07/2013 (BRASIL, 2013).

- a) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), em nível nacional;
- b) o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG), com sua respectiva Câmara Técnica de Políticas Agrárias e Ambientais (CTPAAM);
- a) a ingerência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Minas Gerais no Brasil (FETRAF-BRASIL), em âmbito nacional;
- b) da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); e
- c) da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Minas Gerais (FETRAF-MG), em âmbito estadual e seus respectivos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, como movimentos sociais primordiais para a efetividade do programa (VASCONCELOS, 2016, p.40-41).

A proposição do financiamento externo para execução do Projeto de Crédito Fundiário e o Combate à Pobreza Rural teve início em 1998, através do Aviso Ministerial encaminhado pelo MDA ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) (VASCONCELOS, 2016). A autorização dos contratos para operação dos créditos do programa são destinados ao Combate à Pobreza Rural, recursos apoiados pelas UTEs e convênios firmados com o MDA. Sobre o regulamento operativo do fundo de terras destinado à reforma agrária, a lei abaixo descreve o subprograma de combate à pobreza rural:

Art. 1º O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) reúne as ações e programas de reordenação fundiária de que trata a Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998 que, por intermédio de mecanismos de crédito fundiário, almeja qualificar a redistribuição de terras e consolidar as propriedades rurais da agricultura familiar, visando a um justo compartilhamento fundiário, conforme disposições do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003. Art. 2º O Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído pelo art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 e regulamentado pelo Decreto nº 6.672, de 02 de dezembro de 2008, tem a finalidade conceder aos trabalhadores rurais apoio à instalação de suas famílias, infraestrutura comunitária e capacitação e assessoria técnica, com vistas à consolidação social e produtiva dos projetos de instalação das famílias na terra, regendo-se pelo mencionado decreto e por este Regulamento. Art. 3º O PNCF é financiado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, fundo especial de natureza contábil, criado pela Lei Complementar nº 93, de 1998, além dos recursos do Subprograma de Combate à Pobreza Rural (BRASIL, 2013).

O PNCF é uma política pública de promoção do acesso à terra aos trabalhadores rurais. A inserção dessa política é contemplada pelo: PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa Arca das Letras Programa Luz Para Todos; etc. Em outros casos são implantadas políticas específicas como, por exemplo, o

Programa Cisternas no Semiárido Mineiro, específico para a região mais seca, como o Norte de Minas (VASCONCELOS, 2016). Dados mostram que “entre 2003 e março de 2010, o PNCF atendeu 76.406 famílias em 32.308 projetos, por meio das linhas Combate à Pobreza Rural (CPR), Nossa Primeira Terra (NPT) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) (BRASIL, 2011. p.21)”.

Em Minas Gerais, a execução do PNCF esteve sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA)³⁹, e atualmente o programa ficou sob o gerenciamento do MDA, vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. A Câmara Técnica de Políticas Agrárias e Ambientais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF-MG) apreciava as informações técnicas para aprovação do beneficiário.

O PNCF e o conjunto de linhas de financiamentos, juntamente com os programas PCT e o BT, encontram-se entre as políticas que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar, com o objetivo de financiar projetos de reordenação fundiária e criação de assentamentos rurais (VASCONCELOS, 2016). O PNCF, no panorama político, justifica-se pela alternativa de complemento da reforma agrária, em condições de 0,5% a 2% ano. A tabela 6 traz uma análise sobre as linhas de financiamentos do PNCF.

Tabela 6–Painel de indicadores gerenciais do PNCF

Linhas de Crédito	Taxas de Juros (ao ano)	Renda anual	Patrimônio	Formas de acesso	Recursos Infraestrutura básica e produtiva
Combate à Pobreza Rural (CPR) (CAD-Único)	0,5%	Até R\$ 9 mil	Até R\$ 30 mil	Coletivo	Não reembolsável
				Individual	Reembolsável
Nossa primeira Terra (NPT)	1,0%	Até R\$ 30 mil	Até R\$ 60 mil	Individual	Reembolsável
Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)	2,0%	Até R\$ 30 mil	Até R\$ 60 mil	Individual	Reembolsável
Limite de Crédito	R\$ 80 mil por beneficiário				
Prazo de Financiamento	Até 20 anos com 3 anos de carência				

Fonte: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

Org.: SILVA, 2017.

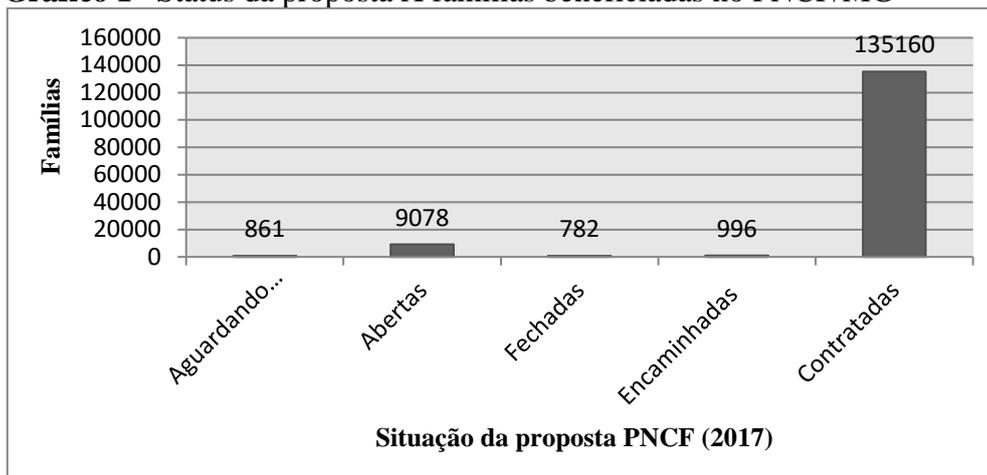
³⁹ Designado para executar o PNCF em Minas Gerais. Legislação Mineira Decreto Lei nº 21.693, de 26 de março de 2015, (SEDA) Superintendência de Crédito Fundiário e Regularização Fundiária Rural: (1) Diretoria de Destinação de Terras; (2) Diretoria de Crédito Fundiário; (3) Diretoria de Georreferenciamento Rural.

Para participar do PNCF é necessário ser cadastrado no Número de Identificação Social (NIS) e estar atualizado no sistema. Este programa de acesso à terra apresenta três linhas de financiamentos: Combate à Pobreza Rural (CPR) (CAD-Único), Nossa primeira Terra (NPT) e a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).

A linha CPR foi destinada para atender as famílias rurais em condições de vulnerabilidade social e que estão inscritas no Cadastro Único. Os recursos podem ser usados na aquisição da terra e em projetos de infraestrutura básica e produtiva, sendo custeados na modalidade coletiva ou individual. Já a linha NPT foi criada para promover o empoderamento dos jovens e incentivar a sucessão no campo. Os critérios consistem em atender aos jovens rurais com idade entre 18 e 29 anos, que sejam filhos (as) de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural. Enquanto a linha CAF atende aos agricultores que geralmente já estão na terra ou pretendem aumentar sua produção na área. Os recursos desse projeto podem ser utilizados tanto para aquisição da terra, quanto para investimentos básicos (BRASIL, 2017).

A FETAEMG é uma grande parceira do PNCF em Minas Gerais, a demanda do programa é orientada pelos STRs e encaminhada para a UTE/MG. O papel dos STRs para criação dos assentamentos do PNCF no Norte de Minas tem firmado um grande apoio para execução do programa na região, inclusive na divulgação e seleção das famílias que se enquadram no programa.

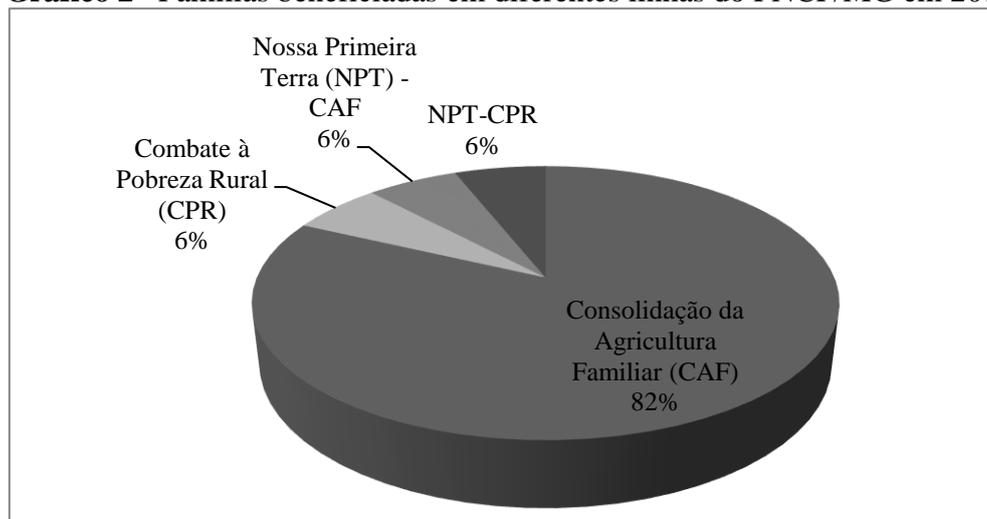
Os gráficos a seguir de modo geral trazem uma abordagem sobre a situação e distribuição do PNCF, material disponibilizado pelo Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF via FETAEMG/Montes Claros. O gráfico 1 aborda o número de beneficiários por status atual e situação de contratos de terra do PNCF_2017.

Gráfico 1 –Status da proposta X famílias beneficiadas no PNCF/MG

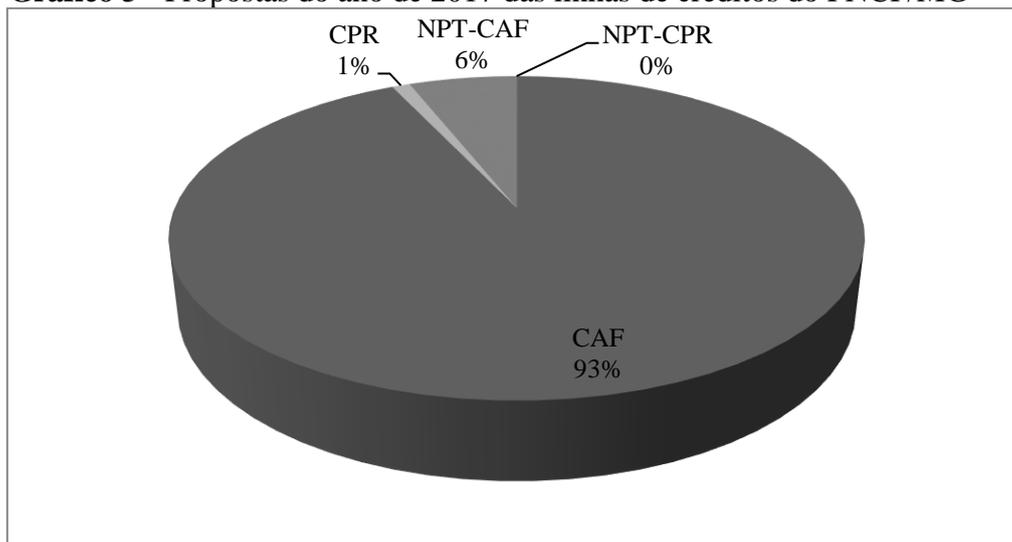
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF
Org.: SILVA, 2017.

Segundo os dados, durante a evolução do PNCF verifica-se maior número de terras contratadas, essas propostas evidenciam na aprovação e execução do programa, para seleção dos beneficiários para criação do assentamento nesta modalidade de financiamento.

Os gráficos 2 e 3 demonstram que a Consolidação da Agricultura Familiar -CAF foi a linha de financiamento do PNCF que beneficiou um maior número de famílias. O contrato de terra com o projeto de consolidação da agricultura familiar é um dos grandes destaques na região Norte de Minas.

Gráfico 2 –Famílias beneficiadas em diferentes linhas do PNCF/MG em 2017

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF
Org.: SILVA, 2017

Gráfico 3—Propostas do ano de 2017 das linhas de créditos do PNCF/MG

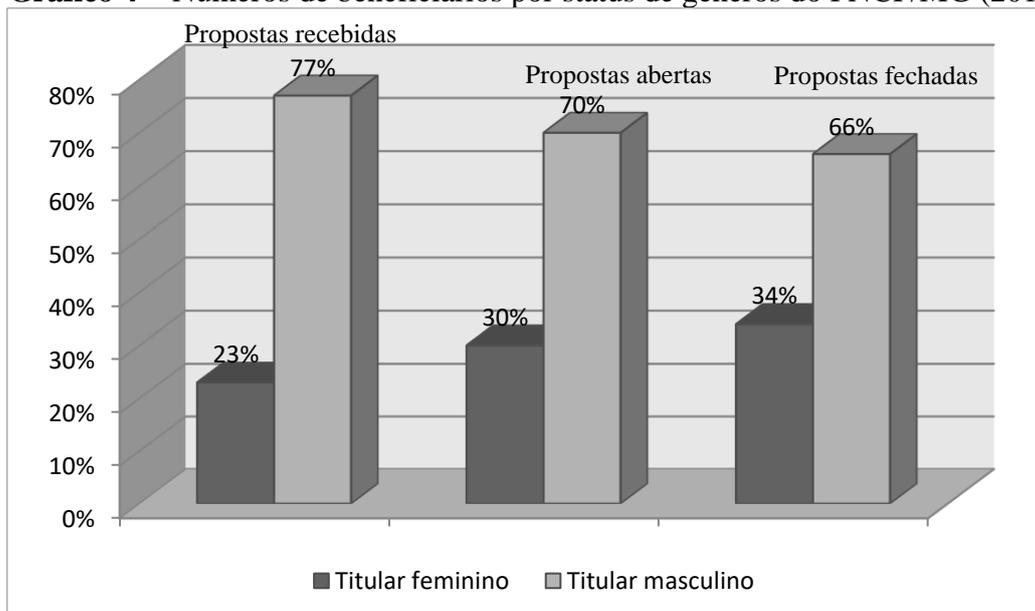
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF

Org.: SILVA, 2017.

O PNCF é um incentivo financeiro para aquisição de imóveis rurais, disponíveis para reprodução e consolidação da agricultura familiar. O programa dispõe de linhas de créditos que beneficiam famílias inscritas no sistema de Cadastro Único que ainda não têm acesso à terra ou aquelas que necessitam de ampliar a propriedade, disponibilizando também o alinhamento da unidade produtiva e da recuperação ambiental.

Os dados obtidos no SIG/CF, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do sistema de armazenagem, possibilitam um conjunto de informações de contratos cadastrais e das áreas contratadas pelo Crédito Fundiário. A abrangência do PNCF se dá pela atual vigência do programa, com a apresentação de maiores detalhes em relação ao PCT e o BT.

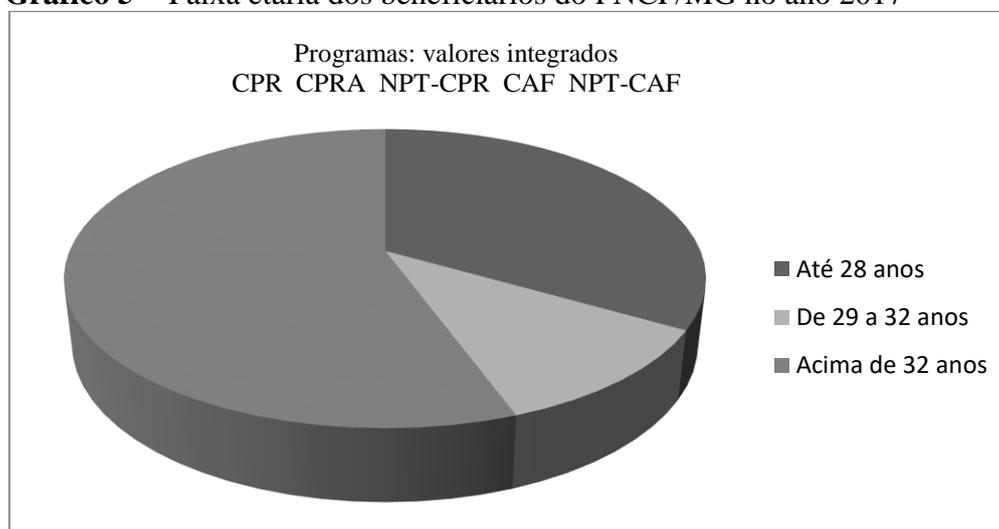
Sobre as propostas do PNCF, conforme o gráfico 4, o nível de contratos de terras de títulos femininos subdivide-se em: propostas recebidas 23%, propostas abertas 30% e propostas fechadas com 34%. Essas porcentagens são menores em relação aos títulos masculinos sendo que as propostas recebidas foram 77%, as propostas abertas 70% e as Propostas fechadas 66% de contratação.

Gráfico 4-- Números de beneficiários por status de gêneros do PNCF/MG (2017)

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF

Org.: SILVA, 2017.

Os gráficos 4 e 5 trazem a reflexão de que o maior número de terras contratadas é para o gênero masculino, e a faixa etária dos beneficiários é acima de 32 anos.

Gráfico 5-- Faixa etária dos beneficiários do PNCF/MG no ano 2017

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF

Org.: SILVA, 2017.

No detalhamento do gráfico 5 as linhas de acesso ao PNCF foram apresentadas em valores integrados, nessa análise, a faixa etária dos beneficiários acima de 32 anos apresenta maior abrangência de contratação de terras.

A implantação dos assentamentos das modalidades PCT, BT e PNCF no Norte de Minas foi criada na ótica política como forma de amenizar os problemas sociais e agrários na região, na visão dos movimentos sociais, esta maneira representa uma mercantilização do campo pelo financiamento e dívida da terra. Nesse contexto, a discussão a seguir, tem a finalidade de caracterizar o município de Francisco Sá, como recorte espacial deste estudo.

2.3 Histórico e desenvolvimento de Francisco Sá-MG: questões agrárias e assentamentos rurais

O município de Francisco Sá foi constituído em 1704, nas expedições do capitão Antônio Gonçalves Figueiras⁴⁰, organizadas com fins de unificar as fazendas da região do Gorotuba aos currais da Bahia. Ao percorrer a região, os desbravadores chegaram às proximidades da serra do Catuni, na nascente de um ribeirão, denominando este local por Cruz das Almas das Caatingas do Rio Verde. Em 1867, esta região tornou-se distrito de Montes Claros com o nome São Gonçalo do Brejo das Almas. No ano de 1923, foi elevado à categoria de município denominado Brejo das Almas. Em 1938 em homenagem ao engenheiro local e ministro de Viação e Obras Públicas a cidade foi renomeada com o nome de Francisco de Sá⁴¹ pelo decreto-lei Estadual n.º 148, de 17-12-1938 (IBGE, 2017).

Geograficamente, o município de Francisco Sá está situado entre o paralelo de 16° 28' 33" de latitude sul, 43° 29' 18" de longitude a oeste de Greenwich, com altitude de 656m. Este município está inserido na bacia do rio São Francisco, pertencente à área do Polígono da Seca e encontra-se no sopé da Serra Geral. O clima da região é caracterizado como tropical, com variação entre semiúmido e semiárido e predominância do bioma cerrado e caatinga. De acordo com a Köppen e Geiger, a

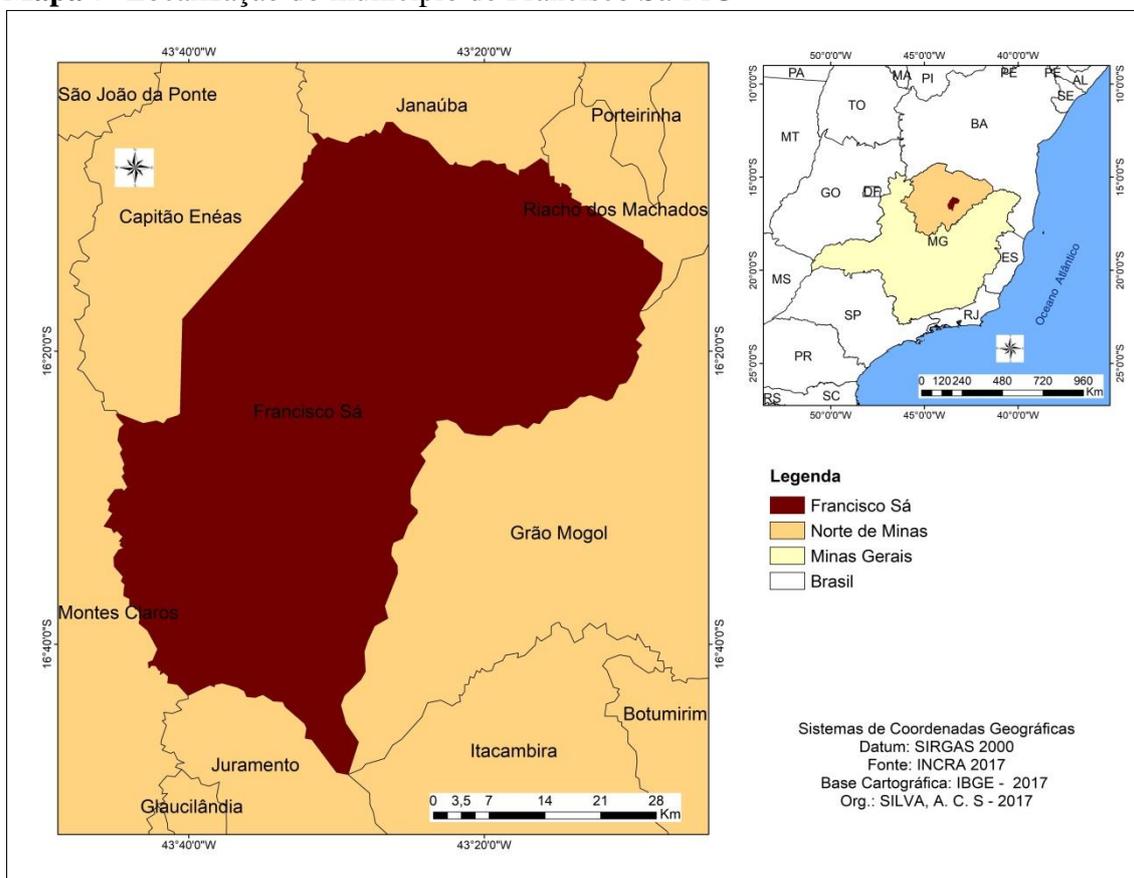
⁴⁰ Antônio Gonçalves Figueira fez parte das expedições chefiada por Fernão Dias Paes. O objetivo dessa bandeira era encontrar tesouro de jazidas de esmeraldas. Ao percorrer o Norte de Minas as impressões das terras férteis levou-o a fixar nessa região, explorando-as na criação de gado (BRASIL, 1983).

⁴¹ Francisco Sá em 1884 formou em Engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais foi Diretor do Serviço de Terras e Colonização, Ministro de Aviação, cujos períodos construiu trechos da estrada de ferro, linhas telegráficas, e obras de combate a seca (BRASIL, 1983). A influência do ministro Francisco Sá na região foi enfatizada pela atuação frente à implementação da ferrovia por isto feito foi homenageado o “grande filho do Norte Mineiro” e o “ilustre amigo de Montes Claros” (PORTO, 2007).

classificação do clima é Aw. 22.3 °C, com pluviosidade média anual de 981 mm a 229 mm.

O município está situado na distância de 52,3 km a Norte-Leste da cidade de Montes Claros via BR-251 e 475,4 km da capital mineira via BR-135 (IBGE, 2010). O município de Francisco Sá limita-se a norte com Janaúba, nordeste com Riacho dos Machados, a noroeste com Capitão Enéas, a sudoeste com Montes Claros, ao sul com Juramento, a sudeste com Itacambira e a leste com o município de Grão Mogol. O mapa 7, apresenta a localização do município.

Mapa 7- Localização do município de Francisco Sá-MG



Org.: SILVA, 2017.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu e atingiu uma taxa média anual de 0,65%. Nesse período, a taxa de urbanização do município passou de 45,38% para 55,98% (PNUD; IPEA; FJP, 2013), conforme aponta tabela 7.

Tabela 7- População total: rural e urbana de Francisco Sá – MG

População	População (1991)	% do total (1991)	População (2000)	% do total (2000)	População (2010)	% do total (2010)
População urbana	11.343	45,38	13,191	55,98	14.897	59,80
População rural	13.650	54,62	10,371	44,02	10,015	40,20
População total	24.993	100,00	23.562	100,00	24.912	100,00

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

Org.: SILVA, 2017.

Do ano 1991, 2000 e 2010, o IDHM do município passou de 0,358, 0,480 e 0,654, respectivamente. A dimensão cujo índice que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,424), seguida por longevidade e por renda (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Tabela 8- Renda, pobreza e desigualdade social de Francisco Sá – MG.

	1991	2000	2010
Renda per capita	154,35	199,65	344,32
% de extremamente pobres	33,74	25,15	11,22
% de pobres	71,42	57,20	31,55
Índice de Gini	0,51	0,54	0,53

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

Org.: SILVA, 2017.

A renda per capita média de Francisco Sá cresceu 123,08%, se comparar 1991 a 2010, com taxa média anual equivalente ao crescimento de 4,31%. A renda domiciliar per capita foi inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 71,42%, em 1991, para 57,20%, em 2000, e para 31,55%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesse período pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,51, em 1991, para 0,54, em 2000, e para 0,53, em 2010 (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

O município de Francisco Sá pertence à microrregião de Montes Claros. No ano de 2017, foi apresentada pelo IBGE a nova Divisão⁴² Regional do Brasil; as unidades

⁴² O objetivo da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas é subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas e disponibilizar recortes de dados estatísticos e geocientíficos. As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2017).

mesorregionais e microrregionais propostas pela resolução PR-51 de 31/07/89, agora com a nova regionalização recebem respectivamente os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas.

Vale destacar a importância de Montes Claros para região norte-mineira, visto que esta cidade é caracterizada como polo de serviços. A inter-relação Montes Claros e Francisco Sá, e toda a região norte-mineira e sul da Bahia monopoliza a importância do município em integração inter-regional. A ligação entre essas cidades facilitam as migrações pendulares de estudantes, serviços de táxi, ônibus coletivo, atendimento de saúde através do Consórcio Intermunicipal de Saúde- SIS, comércios e serviços em geral.

A construção da ferrovia no Norte de Minas contribuiu para o surgimento das cidades como Francisco Sá, Capitão Enéas, Janaúba, dentre outras. A Estrada de Ferro foi inaugurada em 1926, em Montes Claros, assim como em outras áreas situadas na região do semiárido, foram entroncamentos ferroviários chamadas de “bocas de sertão” e “pontas de trilho” (MAIA, 2017).

O desenvolvimento econômico do município de Francisco Sá está centrado essencialmente nas atividades ligadas à agropecuária e produção leiteira. Na década de 1990, a região apresentou destaque na produção de algodão e também foi considerada polo no cultivo de alho, chegando a ser denominada a “capital nacional do alho”. A produção foi em larga escala, o que possibilitou a criação, no ano 2000, da primeira cooperativa chamada “COOPERALHO”.

Todavia, no decorrer dos anos a produção do alho entra em declínio devido à concorrência, queda na qualidade das lavouras, assistência técnica, ausência de política, e linhas de créditos para assegurar o custeio da produção, dentre outros fatores. Em 2010, foi introduzida a bananicultura, que não obteve bom êxito, em decorrência das condições climáticas e a falta de investimentos. Ressalta ainda que a agricultura familiar em Francisco Sá possui grande destaque na produção de olericultura⁴³ nas pequenas propriedades.

Em relação à degradação ambiental, há predominância no município a presença de queimadas, poluição do rio São Domingos (curso d’água que percorrem a cidade e

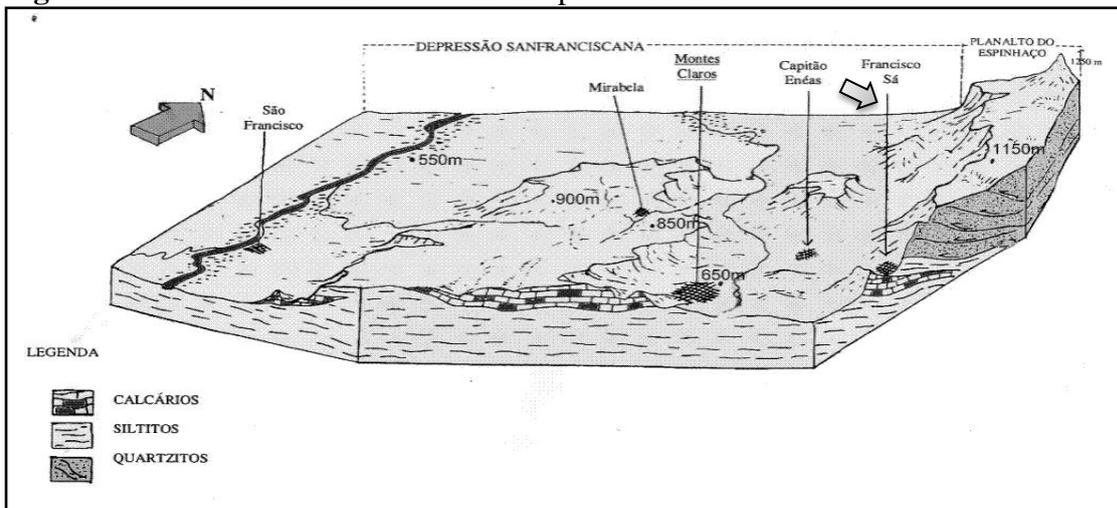
⁴³ O termo olericultura deriva do *latim* (*oleris* =hortaliças + *colere* = cultivar) é definido como o ramo da horticultura que estuda a produção das culturas oleráceas ou hortaliças. As hortaliças são grupo de plantas que apresenta, em sua maioria, as seguintes características: consistência tenra (não-lenhosa); ciclo de vida curto; exigência de tratos culturais intensivos; áreas de cultivo menores em comparação às grandes culturas (MELO, 2013).

segue em direção ao rio Verde Grande, principal marco divisório entre os municípios de Francisco Sá e Montes Claros) e também a retirada da vegetação natural para monocultura do eucalipto, cultivado há décadas em área de nascente e recarga do rio Gorutuba.

O município de Francisco Sá ocupa o ranking dos 20 maiores municípios produtores de carvão vegetal do Estado de Minas Gerais. A quantidade produzida é de 71 500(t), com 1,3% de participação relativa e 49,3% acumulada (IBGE, 2013). A produção do carvão mineral é destinada à comercialização, sendo escoada pela malha rodoviária da BR 251 trecho que liga Montes Claros a BR-116 (Rio-Bahia).

Em evidência, o município de Francisco Sá, destacado na figura 2, está localizado em trechos planos no chapadão do Catuni, na Serra do Espinhaço, também chamado de Serra Geral, e apresenta um relevo ondulado e montanhoso, com altitudes de 600 a 1200 m de formação geológica do grupo Espinhaço (quartzitos, filitos e xistos).

Figura 2- Características físicas do município de Francisco Sá- MG



Fonte: VALADÃO⁴⁴, 1997 apud LEITE, 2003.

As características físicas da região detalhadas no bloco-diagrama, mostra os aspectos relativos à Geologia e Geomorfologia do Norte de Minas. Em escala regional há depressões e planaltos, de formação geológica antiga, representada pelos calcários e

⁴⁴ VALADÃO, Roberto Célio. geógrafo, desenvolveu estudos de aperfeiçoamento em geomorfologia e sedimentologia pela UFMG. Em 1997, Valadão elaborou o bloco-diagrama em uma aula ministrada na Unimontes no 3º módulo do curso de especialização *Lato Sensu* em “Geografia do Brasil e de Minas Gerais.

siltitos da Formação Jacaré, do subgrupo Paraopeba constituído basicamente de siltitos do Proterozóico Superior e arenitos da Formação Urucuia, do período Mesozóico. Logo, no Planalto do Espinhaço aparece o Grupo Macaúbas, também do Proterozóico Superior, formado por quartzitos, metapelitos e metadiamicititos (LEITE, 2003).

No que se refere à Geografia Cultural do município, destacam-se como marca identitária do povo brejeiro, as festividades que acontecem anualmente no mês de setembro, acompanhadas por tradições religiosas, cortejos, levantamentos do mastro, procissões, reinados em elevação aos santos e apresentações de artistas regionais.

A diversidade étnica e cultural da população francisco-saense é formada pela integração da pluralidade regional que compõe o patrimônio do município. As abordagens reflexivas e as transformações sociais no espaço rural são importantes para compreender a dinâmica espacial da região de Francisco Sá.

As ruralidades dos pequenos municípios são características marcantes do Norte de Minas, definido pela marca significativa da população que compõe a área rural. Esses agentes são importantes protagonistas que retratam o verdadeiro significado da vida no campo, carregada de valores, tradições, costumes e práticas sociais.

O rural norte-mineiro, geograficamente, é um espaço heterogêneo que se expressa nos distintos territórios, a partir das diversidades dos núcleos produtivos representados pela agricultura familiar.

A integração natureza e homem no espaço rural propõe maior conciliação no uso e manejo da terra, com o desenvolvimento de atividades agropecuárias, na produção de alimentos como, milho, feijão, frutas, legumes, a criação de animais (pecuária, suínos, equinos, dentre outros) e com o extrativismo (pequi, coquinho azedo, araticum-do-cerrado (popularmente chamado de cabeça-de-negro) maracujá nativo, mangaba, coco macaúba, araçá, muricí, umbu, dentre outros).

A multifuncionalidade da propriedade e a pluriatividade do agricultor familiar na região Norte de Minas dizem respeito à dinâmica produtiva e as múltiplas funções da agricultura nos aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

O desenvolvimento da agricultura familiar e os pequenos povoados e comunidades rurais espalhadas pelo município de Francisco Sá representam um conjunto de populações constituídas pelos laços de vizinhança. São eles: aposentadoria rural, assentados, reassentados, acampados, geraizeiros, posseiros, agregados,

quilombolas⁴⁵, arrendatários, meeiros, e parceiros que, de formas diversas, trazem novos significados e revalorização do espaço rural como lugar de trabalho, modo de vida, que se expressam pela permanência na terra e luta diária.

O acesso à terra é uma das condições básicas para o desenvolvimento e democratização social. É nesse sentido que o estudo da questão agrária vinculada a um conjunto de condições de regularização fundiária e programas de assentamentos vem promover mudanças no ambiente institucional em escala local e regional. Os movimentos sociais, vinculados aos grupos de diferentes origens regionais desenvolvem uma história de resistência e luta pela terra, conquistada pela lei no estabelecimento da Constituição Federal de 1988. Diante disso, Loch (1988) destaca que:

Sendo o município, a menor unidade política do país, torna-se necessário utiliza-lo como referência quando se pretende trabalhar em termos de planejamento regional [...]. Analisando o problema da estrutura fundiária ha alguns anos, percebe-se cada vez mais a situação caótica em que se encontram os dados que os órgãos governamentais dispõem quanto à realidade da propriedade da terra no Brasil (LOCH, 1988. p.78).

A estrutura agrária e a expansão da agricultura são compostas por dinâmicas heterogêneas e desigualdades nas relações sociais, provocadas pelas formas diferenciadas da expansão do capitalismo no campo, que se apresentam como um processo contraditório de expropriação e exploração (GRZYBOWSKI, 1990).

Através da SEDA, o município de Francisco Sá recebeu audiência pública, no ano 2017, sobre regularização⁴⁶ fundiária rural para a posse de terras devolutas. A primeira etapa do processo foi informativa, sobre a garantia de direitos dos posseiros a adquirir o título de proprietário registrado em cartório. O trabalho foi realizado em parceria com a EMATER-MG, prefeitura e o Sindicato de Francisco Sá.

O processo de regularização foi feito através do recadastramento das famílias de agricultores familiares que há anos estão à espera do título de posse da terra. Os procedimentos para titulação da terra foram realizados mediante análise de documentos, medição, georreferenciamento do imóvel e certificação no cartório do município. A regularização da terra garante ao agricultor familiar o acesso a várias linhas de créditos

⁴⁵ A comunidade quilombola de Francisco Sá denominada de Poções, localiza-se no distrito de Cana Brava. Essa população tradicional é descendente de escravos da Família Sá, oriunda de negros procedente da Bahia e mestiços da Fazenda Brejo Luís do Distrito de Santo Antonio do Gorutuba, ha uma grande concentração desse grupo na região de proximidade e relação de parentesco (Cedefes, 2016).

⁴⁶ Para regularização fundiária o governo de Minas atua nas áreas urbanas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU). E na área rural por meio da SEDA Medida Provisória 759/2016, que atualiza a Lei nº 11.952/2009 (BRASIL, 2017).

como, por exemplo, o PRONAF, programas sociais e outras garantias (BRASIL, 2017).

Para regularização da terra são necessários:

Para quem mora em um terreno de até 50 hectares, há mais de 5 anos, que tem na terra devoluta sua principal fonte de renda e que não seja proprietário de nenhum outro imóvel. O título não custa nada. A lei permite legitimar apenas um imóvel, lembrando que de 100 a 250 hectares, é necessário ação discriminatória e autorização da Assembleia Legislativa. E todo mundo tem direito, menos aqueles que a lei proíbe, como autoridades públicas e servidores vinculados ao sistema de política rural do Estado (BRASIL, 2017, p. 11).

É possível verificar que muitas famílias que ocupam terras públicas ainda vivem sem o reconhecimento legalizado e a política de regularização fundiária é um passo normativo de valorização para os trabalhadores rurais, seja do ponto de vista econômico, social, cultural e político.

Para execução da reforma agrária, os imóveis rurais podem ser classificados, de acordo com tamanho da extensão e da área, a partir dessa variável é considerada a dinâmica fundiária do município. A estrutura fundiária corresponde à distribuição das terras no território, podendo ser concentradas em grandes latifúndios, em posse de poucos proprietários ou não.

A tabela 9 apresenta-se o módulo fiscal e outros critérios da estrutura fundiária do município de Francisco Sá; esse sistema é utilizado pelo INCRA através do Sistema Nacional de Cadastro Rural- SNCR⁴⁷ e outras dimensões nas instruções especiais INCRA n.º 20 / 80.

⁴⁷O SNCR é um sistema utilizado pelo INCRA para conhecer a estrutura fundiária das diversas regiões do país e informações sobre o uso e a posse da terra do meio rural brasileiro a fim de assegurar o planejamento de políticas públicas. As informações contidas na figura se desmembram em: **Zona Típica de Módulo – ZTM**, regiões com características homogêneas nos aspectos ecológicas e econômicas fundamentado na divisão microrregional do IBGE - **Microrregiões Geográficas – MRG**. A ZTM embasa nos tipos de exploração e os municípios estão classificados de 1 a 9 (Instrução Especial INCRA/Nº 50, de 26.08.97, aprovada pela Portaria MEPF/Nº 36, de 26.08.97, que altera a Portaria MIRAD nº 32/89). A **Zona de Pecuária – ZP** são as áreas destinadas à exploração pecuária referente aos respectivos índices de rendimento. Os municípios são classificados entre os índices de 1 a 5 e corresponde para aferição dos rendimentos no Grau de Utilização da Terra - GUT e o no Grau de Eficiência na Exploração - GEE do imóvel rural. O **Módulo Fiscal-MF** é uma unidade de medida, expressa em ha, para cada município, estabelecida pela Lei n.º 6.746/1979, que leva em conta: tipo de exploração, renda e propriedade família. Atualmente, o MF em conformidade com art. 4.º da Lei n.º 8.629/93, serve de parâmetro para a classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão. A **Fração Mínima de Parcelamento – FMP**, área mínima que a lei permite desmembrar, para criação de um novo imóvel rural, temos Art 8º, da Lei nº 5.868/72. A Instrução Especial INCRA nº 50/97 propõe as novas ZTM, amplia a FMP nas Portarias MIRAD nº 32/89 e MA nº 168/89 (INCRA, 2017).

Tabela 9- Módulo fiscal do Município de Francisco Sá-MG

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL- SNCR									
ÍNDICES BÁSICOS DE 2013									
Unidade Geográfica		ZP	Mod. Fisc. (ha)	ZTM IE 50/97	FMP (ha)	Limite (ha)	Situação Cadastral		Extensão (Km ²)
Nome do Município	MRG						Imóveis	Área (ha)	
Francisco Sá	007	4	50	A2-2	2	30	2.089	257.44 3,9	2.747,3

Fonte: INCRA, 2017.

Org.: SILVA, 2017.

O Módulo Fiscal é determinado pela divisão da área aproveitável do imóvel rural, nos termos do art. 50 do Estatuto da Terra, Lei Nº 4.504/64, de acordo com a redação dada pela Lei nº 6.746/79 (BRASIL, 1964). Por sua vez, o Módulo Fiscal de cada município, medido em hectares, é definido de acordo com o tipo de exploração predominante, sendo o resultado da divisão da área aproveitável.

A abordagem da reforma agrária em Francisco Sá segue em torno das diferentes políticas e modalidades de assentamentos, que foram implantadas no município a partir da grande demanda das famílias sem acesso à terra. A tabela 10 refere-se aos primeiros assentamentos criados no município de Francisco Sá. Já na tabela 11 abordam-se os demais assentamentos, atualizados na plataforma conforme o Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF, dados FETAEMG.

Tabela 10- Assentamentos⁴⁸ rurais de Francisco Sá- MG não inseridos no sistema atual SIG/CF

Nome do assentamento	Modalidade	Fam. Assent.	Área (ha)	Ano
Associação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Francisco Sá/Fazenda Serrador	PCT	30	386,71	1999
Sol Nascente ⁴⁹	PA	39	1145.3447	2005
Araras	Reassentamento	33	2694.39	2005

Fonte: STRs-Fco Sá, FETAEMG-Polo Regional Norte e INCRA, 2017.

Org.: SILVA, 2017.

⁴⁸ Além dos assentamentos descritos acrescentam-se a Associação de Serafim, Assentamento Santo André, ambos criados pelo PNCF.

⁴⁹ Código MG0324000 PA Sol Nascente, município de cadastro Capitão Enéas (com instalação de 10 famílias) e Francisco Sá (com instalação de 29 famílias).

Tabela 11- Assentamentos do município de Francisco Sá-MG inseridos no Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário SIG/CF

Ano	Razão Social	Grupamento	Entidade	Agente Financeiro	Qt.Benef.	Valor Contratado	Área (há)	Programa
2002-MG-B00135	SIATER	FERREIRA, G.T	Departamento de Crédito Fundiário	Banco do Brasil	1	R\$ 14.999,00	41,00	BT
2002-MG-B00136	SIATER	FERREIRA, J.M	Departamento de Crédito Fundiário	Banco do Brasil	1	R\$ 14.999,00	41,00	BT
2002-MG-B00137	SIATER	DURAES, P. M	Departamento de Crédito Fundiário	Banco do Brasil	1	R\$ 27.351,00	41,00	BT
2002-MG-B00138	SIATER	Associação Comunitária dos Moradores Produtores Rurais	Departamento de Crédito Fundiário	Banco do Brasil	20	Família R\$ 14.999,20 Proposta R\$ 299.984,00	484,00	BT
2007-MG-P0894	SIATER	Fazenda Riacho dos Carneiros	Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais	Banco do Brasil	7	Teto do município Família R\$ 28.000,00 Proposta R\$ 196.000,00		CPR
2016-MG-N1009	SILVA, A.P		Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais	Proposta: Status Abertas	1	SAT Família R\$12.742,57 Proposta R\$ 89.198,00	R\$ 0,00	CAF

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário- SIG/CF, banco de dados FETAEMG.

Org.: SILVA, 2017.

O início do PCT no município de Francisco Sá ocorreu em 1997, por meio de intermediações dos órgãos federais, estaduais e municipais. O marco inicial para execução do programa foi a criação da associação para instalação dos futuros beneficiários do programa. Os trabalhadores rurais, a partir da necessidade de obter um lote de terra para morar e trabalhar, cadastram-se na seleção a fim de concorrer no processo, após a aprovação foi feita a negociação com o proprietário da fazenda para assentar as famílias.

A Associação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Francisco Sá ou Fazenda Serrador foi o primeiro assentamento criado em 1999, através do PCT, executado no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. O desenvolvimento do assentamento não apresentou nenhuma relação com o MST, pois foi realizado por grupos independentes e movimentos sindicais.

Já a história do assentamento Sol Nascente está ligada à ocupação do MST na Fazenda Sanharó, localizada no município de Montes Claros. A manifestação pela terra teve a atuação da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas (LCBN) CPT e o MST.

O Reassentamento Araras foi criado para alocação das famílias atingidas pela construção da UHE Irapé, pertencente à Companhia Energética de Minas Gerais- Cemig instalada no rio Jequitinhonha (MG). Para reassentar as famílias a Cemig realizou vistoria em várias fazendas no Estado de Minas Gerais.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Sá-MG, FETAEMG, Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), EMATER e outros órgãos foram importantes instituições que contribuíram para que essa política acontecesse no município.

De modo geral, a formação dos assentamentos rurais em Francisco Sá seguiram um novo formato de acesso à terra, através do crédito e financiamento para a compra da propriedade. Entre os assentamentos apenas 1 (um) é constituído pela desapropriação, criado pelo INCRA. As estruturas dos lotes desses assentamentos podem variar entre agrovila como também a construção das casas na organização internas dos lotes.

As diferenças e correlações entre os programas de acesso à terra, via mercado (famílias assentadas pelo PCT ou PNCF), como descrito na figura 11, são instrumentos complementares aos assentamentos criados pelo INCRA, (no caso das famílias assentadas pelo PA). No que tange aos reassentamentos para construção de barragens, a implantação compete aos empreendedores, essas áreas são reconhecidas pelo INCRA e

apresentam os mesmos direitos dos demais assentamentos no acesso à linha de crédito, Assistência Técnica Social e Ambiental- ATES e também acesso ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA.

No estudo dos assentamentos, as combinações entre quantidade de hectares para execução da reforma agrária devem ter como resultados a qualidade incorporada ao acesso às políticas públicas. Nesta conjuntura, a análise da eficiência da ação governamental pode ser feita a partir da realização dos diagnósticos e resultados dos assentamentos para formulação e definição das prioridades e necessidades pelo ritmo de crescimento do programa de modo geral.

É evidente verificar um maior número de assentamentos adquiridos através do financiamento da terra, quando se compara aos PAs/ INCRA no município de Francisco Sá. Com base nesta realidade, os programas de assentamentos e as políticas de acesso à terra, destacam-se duas modalidades de projetos, sendo um criado pelo INCRA, com os assentamentos da Reforma Agrária e a outra reconhecida pelo INCRA, através do financiamento da terra.

Cabe ressaltar que a política agrária e a formação de assentamentos ainda não são suficientes para atender toda demanda de trabalhadores sem-terra no município. Os fatores de desigualdades no campo contribuem para ocupações e acampamentos de barraco de lonas em terras suscetíveis à reforma agrária, como é o caso, por exemplo, da ocupação da Fazenda Redenção, localizada às margens da BR MGC-122, próximo à Francisco Sá, conforme figura abaixo:

Figura 3- Acampamento às margens da BR MGC-122 em Capitão Enéas



Fonte: SILVA, 2017.

Destaca-se que os conflitos de terra na zona rural de Francisco Sá e na região ao entorno ainda são frequentes. Um exemplo disso foi atuação do MST na ocupação de cerca de 120 famílias na Fazenda Redenção.

A ocupação é uma estratégia para o exercício de cumprimento da função social da terra realizada pelos movimentos sociais. Essa ação é um passo para produtividade agrícola e social, baseando-se na criação de políticas para assentamentos rurais e concessão de políticas públicas para a implementação de créditos, atribuindo o desenvolvimento da produção familiar.

De modo geral, a política de assentamentos rurais no município de Francisco Sá, apesar da distinção na forma de acesso à terra, apresenta características particulares, no entanto, as dificuldades assemelham-se ao acesso às políticas públicas para evolução e desenvolvimento das famílias assentadas.

CAPÍTULO III: UMA ANÁLISE SOBRE OS ASSENTAMENTOS: SOL NASCENTE E FAZENDA SERRADOR

As discussões aqui apresentadas remetem-se aos programas e modalidades de assentamentos. A pretensão da pesquisa é contribuir para a análise da reforma agrária e das diferentes maneiras de acesso à terra, nos assentamentos Fazenda Serrador e Sol Nascente, localizados em Francisco Sá-MG.

As diferentes maneiras de acesso à terra e os processos sociais que deram origem aos assentamentos são analisados a partir dos PAs instituídos pelo INCRA e pelo PCT. O assentamento Sol Nascente é resultante de um processo histórico de movimentos sociais na luta pela terra pelo MST. Já o assentamento Fazenda Serrador é decorrente da política de financiamento a partir do PCT.

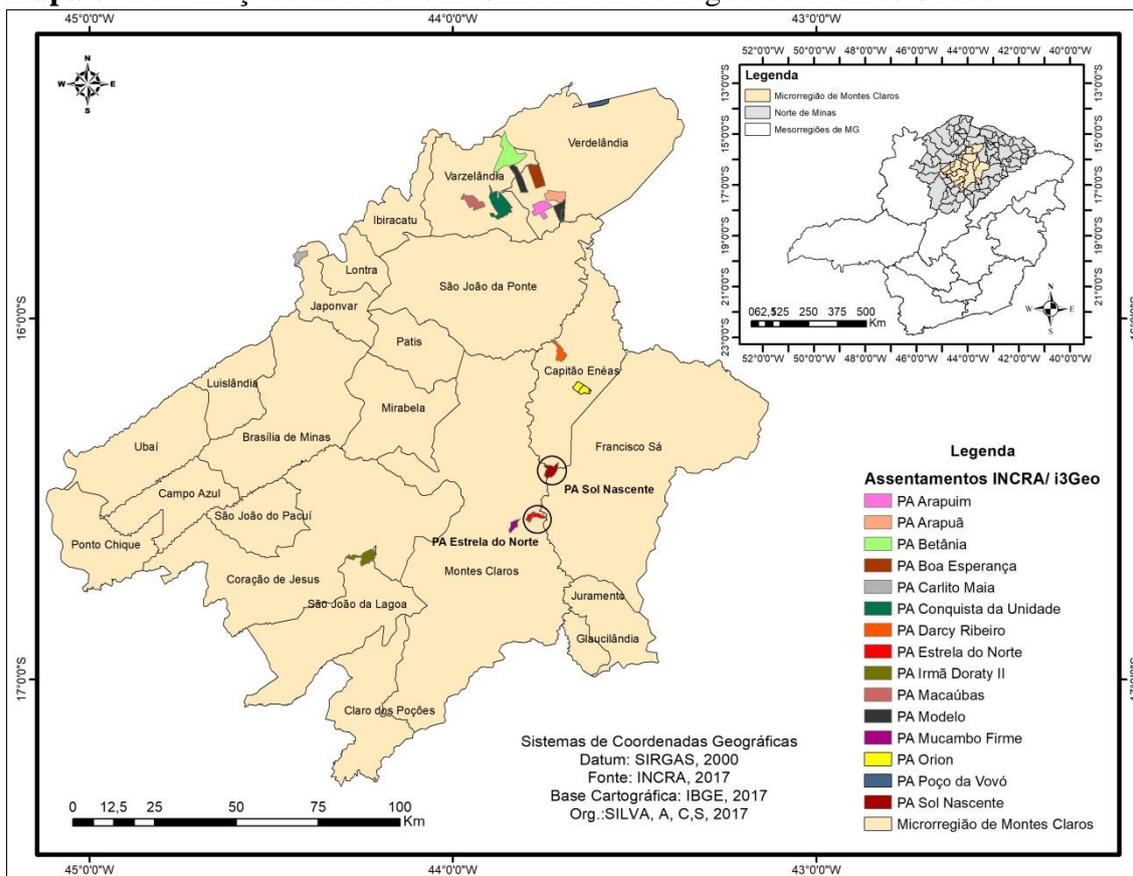
Os assentamentos constituídos pelos PAs ou instituídos pelo PCT são territórios de reprodução familiar. Os lotes e as agrovilas são espaços dinâmicos, marcados pelas relações coletivas e individuais. A construção de novas territorialidades a partir dos assentamentos representa a formação de novos núcleos familiares com características e potencialidades distintas.

3.4 A trajetória do assentamento Sol Nascente e o histórico da luta pela terra

A formação do assentamento Sol Nascente teve ligação com a ocupação da Fazenda Sanharó, atual PA Estrela do Norte, localizado em Montes Claros-MG às margens da Estrada da Produção (Rodovia Estadual LMG-657). De acordo com os dados da Superintendência Regional do INCRA (SR/06) de Minas Gerais, o PA Estrela do Norte foi criado em 18/05/2005, com capacidade para 31 famílias e uma área de 763,2283ha.

O mapa 8 apresenta a localização dos assentamentos da microrregião⁵⁰ de Montes Claros, com destaque para os PAs abordados acima. Entretanto, ressalta-se que a base cartográfica do acervo fundiário disponibilizado pelo INCRA através do software i3geo não apresenta *shapefile* com delimitação de todos os assentamentos da região.

⁵⁰ O novo recorte regional das Regiões Geográficas incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas, a partir de duas escalas: as *Regiões Geográficas Intermediárias* e as *Regiões Geográficas Imediatas*, que anteriormente eram conhecidas como Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, respectivamente (IBGE, 2017).

Mapa 8- Localização dos PAs do INCRA na Microrregião de Montes Claros

Org.: SILVA, 2017.

A Fazenda Sanharó pertenceu à Família Proença. A chegada do MST rompeu a cerca do latifúndio, símbolo do coronelismo e latifundiários na região Norte de Minas. O assentamento Estrela do Norte é um exemplo positivo de luta pela reforma agrária, organizado por um intenso processo de resistência, cujas famílias passaram por cinco reintegrações de posses,⁵¹ o que representa a espécie de perda, desapossamento total ou parcial do bem em disputa.

A ocupação e a formação de um assentamento para abrigar famílias, são exemplos relevantes que contribuem positivamente para elevação da agricultura familiar e produção na terra, contribuindo para a realização da reforma agrária.

A tese de Soldati (2013) aponta que a ocupação da Fazenda Sanharó marca a primeira atuação das lideranças do MST no Norte Minas. Em meio às ocupações, a

⁵¹ Relato do frei Gilvander Luís Moreira, da CPT, na entrevista com Samuel, da coordenação do MST/MG e do setor de educação, 2016. YouTube. Frei Gilvander entrevista Samuel. Assentamento Estrela do Norte, do MST, em Montes Claros, MG; exemplo de luta pela terra. 11/07/16. Vídeo (8min44s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SdwVhDXUqW>. Acesso em 07 de Março de 2018.

ideologia do movimento foi repassada aos militantes através de reuniões perante parceria com a Via Campesina.

A existência de grilagens e a concentração de terras no Norte de Minas são fatores indicativos para atuação do MST, que busca a democratização, justiça social, qualidade de vida e acesso à terra aos trabalhadores rurais. A questão agrária no município e o levantamento das propriedades improdutivas é um passo necessário para organização e ocupação das famílias.

O histórico do PA Sol Nascente foi reproduzido em forma de poesia⁵², narrativa escrita em versos. As vozes que narram a história do assentamento, no decorrer das estrofes, revelam uma construção verídica, cujos personagens são os próprios assentados. Para melhor didática e embasamento, a poesia na íntegra foi fragmentada e distribuída ao longo da discussão.

A apresentação da poesia, como documento histórico inicial do PA Sol Nascente remete à ocupação da Fazenda Sanháro. As estrofes que seguem é uma expressão da luta daqueles envolvidos na busca pelo direito e acesso à terra. Com base nessas premissas, procede a seguir a poesia em forma evolutiva e gradual:

Agora para meus vances
Com poesia década
Começou em 2001 uma história de luta
Feroz e quase encarniçada
Na Fazenda Sanharó
Com o pessoal da estrada.

Eles reuniram na cidade
Tomaram uma decisão
Vamos acampar na BR
Da Estrada da Produção
Em frente à fazenda Sanharó
Reivindicar um pedaço de chão
(Histórico e história dos Sem Terra_ Grupo Sebastião Pereira, 2006).

A história de luta começou em 2001, entretanto, a efetiva ocupação⁵³ da Fazenda Sanharó foi em 2002, marcando a consolidação dos acampamentos em 2003. As famílias envolvidas no processo tinham o objetivo de conquistar um pedaço de terra para trabalhar, mas muitas tiveram os barracos incendiados pelos jagunços por ordens do fazendeiro. A organização coletiva dos trabalhadores em associações foi

⁵² Com objetivo de fundamentar e comprovar o embasamento no decorrer da pesquisa, vide anexo o documento na íntegra do histórico do PA Sol Nascente escrito em 2006 em forma de poesia.

⁵³ A origem do assentamento Sol Nascente localizado na Fazenda Calumbys remete a ocupação da Fazenda Sanharó atual assentamento Estrela do Norte.

imprescindível para o processo de constituição do MST na região (PEREIRA, 2016).

Segue a contextualização descrita pelos assentados:

A fazenda tava desdechada
Assim falou seu Jerônimo
Eles queriam um pedaço de terra
Pra produzir alimento pra matar a fome
Chegou ali o latifúndio
Dizendo que era o dono.

Começou a perseguir eles
Querendo mandar até na BR
Vocês cai fora daqui senão vai levar ferro
Empurrou um companheiro 50 metros
Com o cano do berro
Dizendo aqui é meu, comprei na Usiferro.

E foi por este latifundiário
Que tudo veio acontecer
Botou fogo nos barracos
Pois o povo pra correr
Atirou num companheiro
Que quase veio a morrer.

A polícia ficou sabendo
Desse tremendo acontecido
Não tomou nem uma providência
Pra prender este inimigo
Por que aqui não existe lei pra rico
E o pobre é desvalido.

Os companheiros voltaram pra cidade
Pensou bem o que fazer
Pedi ajuda dois companheiros
Avilmar e Paulo da CPT
Que foi lá no Noroeste
E trouxe o MST.

Eles fizeram um trabalho de base
E convidaram outros a concorrer
Vamos quebrar galeio dele
Pode até se escrever
24 de Abril de 2003 antes do dia amanhecer
Ocupamos a sede da fazenda
Colocamos também o latifúndio pra correr.
(Histórico e história dos Sem Terra_ Grupo Sebastião Pereira, 2006).

O processo de ocupação da Fazenda Sanharó envolveu mais de 400 famílias, organizadas pelos movimentos sociais, entre eles: a Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas (LCP), vinculada à Liga Operária e o MST. A ocupação da fazenda foi cercada pela Polícia Militar de Minas Gerais e encaminhada para a Vara de Conflitos Agrários do Estado.

Desde o ano de 2002 com a ocupação da fazenda o fato de não poder assentar todas as famílias acampadas, devido à incapacidade da área, os trabalhadores rurais beneficiados com a terra foram assentados em outras propriedades dando origem a novos assentamentos como: Darcy Ribeiro e Orion em Capitão Enéas, Irmã Dorothy em Coração de Jesus e o assentamento Sol Nascente, no limite intermunicipal⁵⁴ entre Capitão Enéas e Francisco Sá⁵⁵. Podemos analisar o descrito abaixo que:

A fazenda era pequena
 Não cabia todo pessoal
 Fizemos um sorteio na combuca
 Aonde muitos se deram mau
 Por que esperavam sua posse ali
 Mais a sorte foi individual.

Só 31 famílias foi sorteada de todo aquele povão
 O INCRA mais que depressa fez a legitimação
 E nós se queremos terra
 Teve que fazer esta ocupação.

No dia 31 de fevereiro de 2005
 Teve uma grande reunião
 O Hip perguntou quem vai ocupar
 Só 5 arribou a mão
 José Vieira, Jerônimo Gomes, Noé Ramos e Antônio do Pilão
 E o outro não lembro mais não.
 (Histórico e história dos Sem Terra_ Grupo Sebastião Pereira, 2006).

Logo, é na luta coletiva pelo direito à terra que os movimentos sociais adquirem força para participar das ocupações. Em razão disso, a formação do PA Sol Nascente teve seus fundamentos pautados na luta e resistência junto ao apoio do MST, CPT e ações concretas em prol do trabalhador rural.

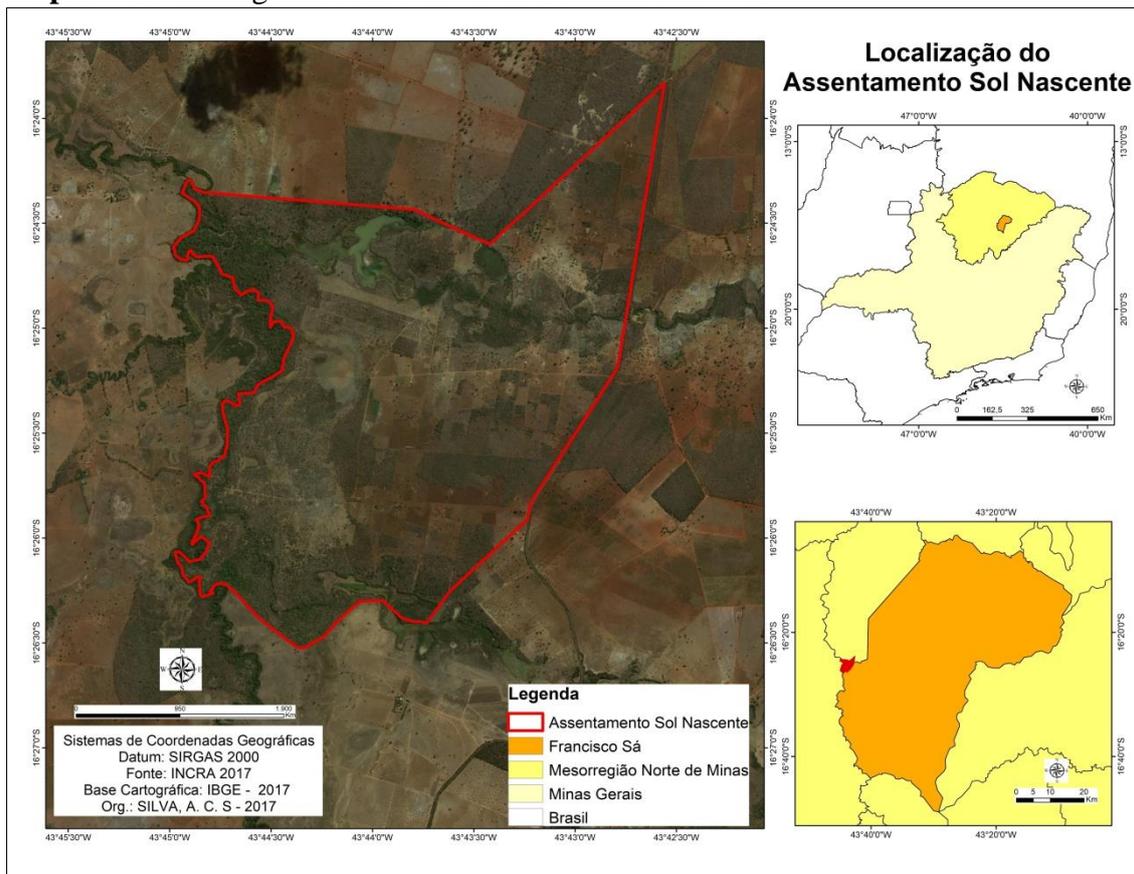
O assentamento Sol Nascente foi criado em 19/12/2005⁵⁶, com capacidade para 39 famílias, com uma área de 1.145.3447ha⁵⁷ (Dados conforme SR/MG 06, INCRA, 2018). O mapa 9 apresenta a localização do Assentamento Sol Nascente-INCRA.

⁵⁴A implantação do assentamento Sol Nascente envolveu dois municípios, sendo 10 famílias pertencentes ao município de Capitão Enéas e 29 em Francisco Sá (Pesquisa direta).

⁵⁵ Relato do frei Gilvander Luís Moreira, da CPT, na entrevista com Samuel, da coordenação do MST/MG e do setor de educação, 2016.

⁵⁶ Conforme descrito no “documento histórico” a ocupação da Fazenda Calumbys ocorreu em 11 de Março de 2005, entretanto a homologação e reconhecimento da área aconteceu em 19 de Dezembro de 2005. Vale destacar também que, segundo o INCRA o assentamento pertence ao município de Capitão Enéas, contudo verificou-se que parte do território pertence ao município de Francisco Sá, diante disso por questões políticas o assentamento foi dividido entre duas associações com mesmo nome de registro.

⁵⁷ De acordo o mapa do assentamento (acervo local), a proposta de parcelamento da área é apresentada por 1.177,2772 ha (vide figura 6 nos croquis 1 e 2).

Mapa 9- Carta imagem do assentamento Sol Nascente-INCRA

Org.: SILVA, 2017.

No fragmento abaixo, segue o detalhamento do início de ocupação da fazenda:

No dia 11 do 03 de 2005
Pensamos bem o que tinha que fazer
Ocupamos a Calumbi já quase ao escurecer
E tudo ocorreu bem graças a Deus e seu poder.

No outro dia de manhã o sol saiu um pouco mais quente
Fizeram uma reunião as preces
Por ordem do dirigente
Discutir em cada núcleo o nome do acampamento.

Os grupos reunidos pensaram ali ligeiramente
Por ser um lugar bonito e plano
Do nascer até o poente
Por isso foi batizado por todos
Acampamento Sol Nascente.
(Histórico e história dos Sem Terra_ Grupo Sebastião Pereira, 2006).

Segundo relato do morador do PA Sol Nascente, a ocupação da Fazenda Calumbys foi pacífica sem a ocorrência de conflitos, diferente da ocupação da Fazenda

Sanharó que foi marcada pelo confronto agrário enfrentado por agressões e ameaças de morte em terras de grileiros, no município de Montes Claros.

Segundo morador do assentamento no parecer de vistoria técnica e avaliação realizada pelo INCRA foi constatado a improdutividade da área, ou seja, a terra era agriculturável, mas se encontrava inexplorável pelo fazendeiro ocupante. Nessa condição, a propriedade torna-se suscetível a desapropriação para fins de reforma agrária, com novas perspectivas de desenvolvimento sob o ponto de vista econômico, produtivo, social e cultural.

O conjunto de famílias do PA Sol Nascente no processo de acampamento tinham em comum a demanda e ações do INCRA para inclusão no PNRA. Os beneficiados do programa acamparam na sede da fazenda até a divisão e obtenção das terras. Já as famílias que vivem no assentamento reclamam da demora do INCRA na liberação de recursos para infraestrutura básica, burocracia para regularização das terras e políticas de créditos para implementação dos lotes. Sobre a documentação da terra, o relato abaixo da entrevistada do PA Sol Nascente evidencia que:

O documento que temos é o CCU⁵⁸, o INCRA não preocupa muito como estamos. Viemos da Fazenda Sanharó pra cá e moramos na lona, sem sequer nenhum custeio para construção das casas, hoje alguns aqui receberam casas do programa habitação rural (*SIC*).

O assentamento Sol Nascente foi beneficiado com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) através de parcerias com o INCRA, Caixa Econômica Federal, EMATER e a Prefeitura. O PNHR integra o Programa Minha Casa Minha Vida e foi criado em 2009, pela Lei Nº11. 977. O objetivo do programa é trazer melhores condições de moradias aos agricultores familiares, assentados e outros trabalhadores rurais do campo.

Este programa tem sido implantado no assentamento, com a construção das casas para as famílias que ainda não foram beneficiadas com o programa. A figura 4 ilustra a condição de moradia do assentamento Sol Nascente.

⁵⁸ O Contrato de Concessão de Uso (CCU) é um documento de título provisório que assegura o acesso à terra e apoio à agricultura familiar. O Título de Domínio (TD) é o instrumento que transfere o imóvel rural de caráter definitivo garantido pela Lei 8.629/93, sobre o cumprimento das cláusulas do contrato de concessão de uso, condições de cultivar a terra e o pagamento do título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais (INCRA, 2018).

Figura 4- Moradia dos assentados no PA Sol Nascente



Fonte: SILVA, 2018.

Fonte: SILVA, 2018.

O crédito rural e o acesso ao PRONAF são políticas de incentivos articuladas a fim de levar desenvolvimento para o campo. Contudo, destaca-se a necessidade de assistência técnica, ampliação de implementos para a agricultura familiar, instalação básica produtiva e habitação rural.

No que diz respeito à infraestrutura do assentamento, a associação de moradores busca discutir a melhoria para a comunidade e o desenvolvimento de projetos. Nesse sentido, vale destacar sobre a fragmentação em duas associações, em que de um lado uma pertence a Capitão Enéas, com 10 famílias e do outro lado a de Francisco Sá, com 29 famílias. A figura 5 mostra um momento de reunião com os membros da associação.

Figura 5- Integração do grupo em momento de reunião



Fonte: NASCIMENTO, 2017

Para pleitear recursos perante os órgãos públicos é necessária a integração dos assentados em reuniões com engajamento social e político. A associação incentiva à

mobilização e a organização dos moradores para agirem coletivamente. Nesse contexto, como forma de agrupamento local, as famílias foram agrupadas em quatro núcleos. A proposta de organização do assentamento teve como objetivo administrar e coordenar a divisão do projeto, o que originou os líderes locais para coordenação de cada núcleo. Conforme mostra a figura 6.

Figura 6- Organização social e atuação do MST no PA Sol Nascente

Agrupamentos (núcleos)	Lote	Tamanho (ha)
Sebastião Pereira	01 ao 11	14.7078 ha
Che Guevara	12 ao 20	14.7078 ha
Guerreiros da Terra	21 ao 29	14.7078 ha
Salete Strozake	30 ao 39	15.9655 ha

Fonte: Pesquisa de Campo.

Org.: SILVA, 2017.

Os quatros agrupamentos⁵⁹ orientados pelo MST foram denominados pelos nomes: Sebastião Pereira, Che Guevara, Guerreiros da terra e Salete Strozak. Essa divisão foi articulada sobre ideologia do MST, fundamentada em princípios e valores. Sobre essas articulações dos grupos, segue abaixo melhor detalhamento reproduzido pelos assentados:

Colocamos nomes nos grupos
 Por finalmente, não de carreira
 Sallette Strozak e Che Guevara
 Guerreiro da terra e Sebastião Pereira
 E o nome da Vila da Velocidade quem pôs foi dona Gêra
 E sobre os nossos vizinhos pra nós nem fede nem cheira.

Nós fomos lá pra vila enfrentar mais uma vida dura
 Foi pra tocar um coletivo já preparando para o futuro
 Mas só que não deu certo faltou dinheiro para a estrutura.

O mas foi tudo pacífico
 Não teve nem uma liminar
 Com um ano e um mês já fizemos o PDA
 Agora estamos esperando o IEF liberar.

Nós somos um povo unido
 E vamos ser todos os dias
 Sentimos dentro do coração esta grande maravilha
 É por isso que queremos que assenta as 48 famílias.

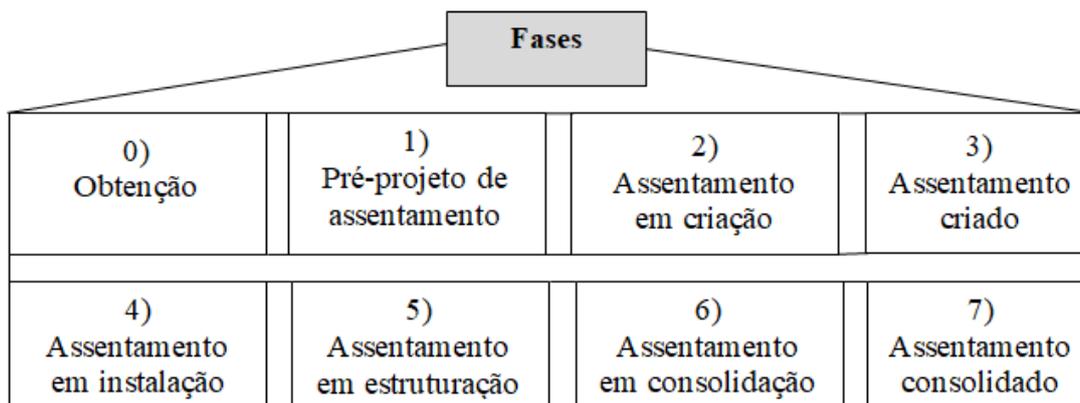
⁵⁹As definições dos grupos foram caracterizadas em guerreiros que lutam em defesa de direitos sociais, nas figuras de: Sebastião Pereira, liderança do grupo denominado pelo MST. O Che Guevara foi um dos líderes da Revolução Cubana e lutou pelas causas sociais, sendo homenageado em assentamentos rurais. E a Iraci Salete Strozak foi uma líder de comunidade no estado do Paraná, representada pela primeira mulher a coordenar uma regional do MST, além disso, ela desempenhou um importante papel como educadora, sendo também homenageada no Assentamento Marcos Freire em Escolas Itinerantes do MST/ PA (IPEA 2016).

Este é o histórico do Grupo Sebastião Pereira
 Que vive lá na vila como simples companheiros
 Água lá não em quem panha é o carroceiro
 Mas espero que um dia vai ter com fé em
 Que é nosso Deus verdadeiro.

Estou entregando o nosso histórico
 Para a equipe do PDA
 Obrigado por ter vindo de tão longe
 A fim de nos ajudar
 E os erros que têm aqui
 Peço pra nos desculpar.
 (Histórico e história dos Sem Terra_ Grupo Sebastião Pereira, 2006).

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Sol Nascente foi realizado em set/2008, pelo INCRA/MG. A elaboração desse plano considera-se como elemento chave a participação das famílias assentadas (INCRA, 2018). Conforme figura 7 as etapas de implementação, dos projetos de reforma agrária apresentam sete fases, como:

Figura 7- Fases de criação de assentamentos rurais pelo INCRA



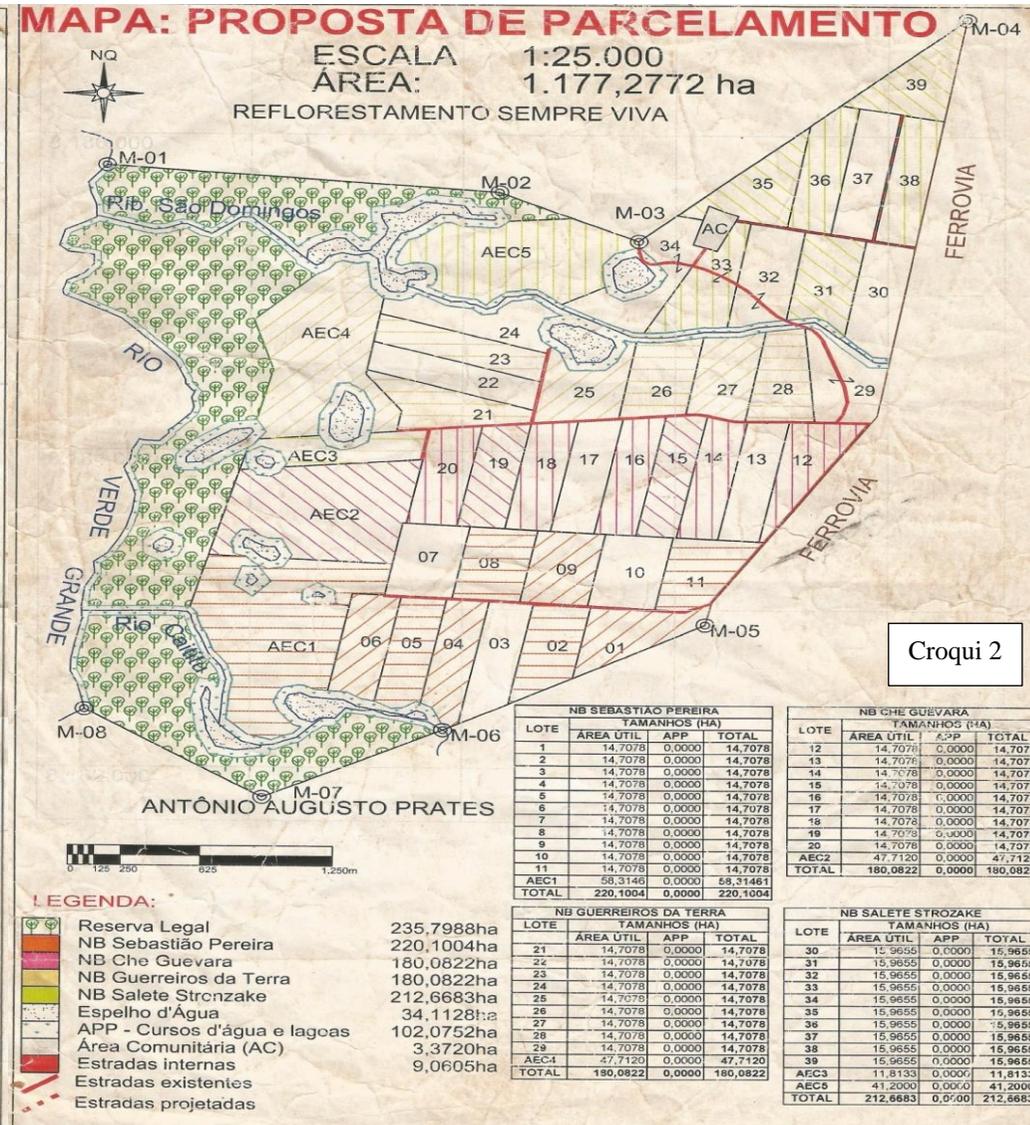
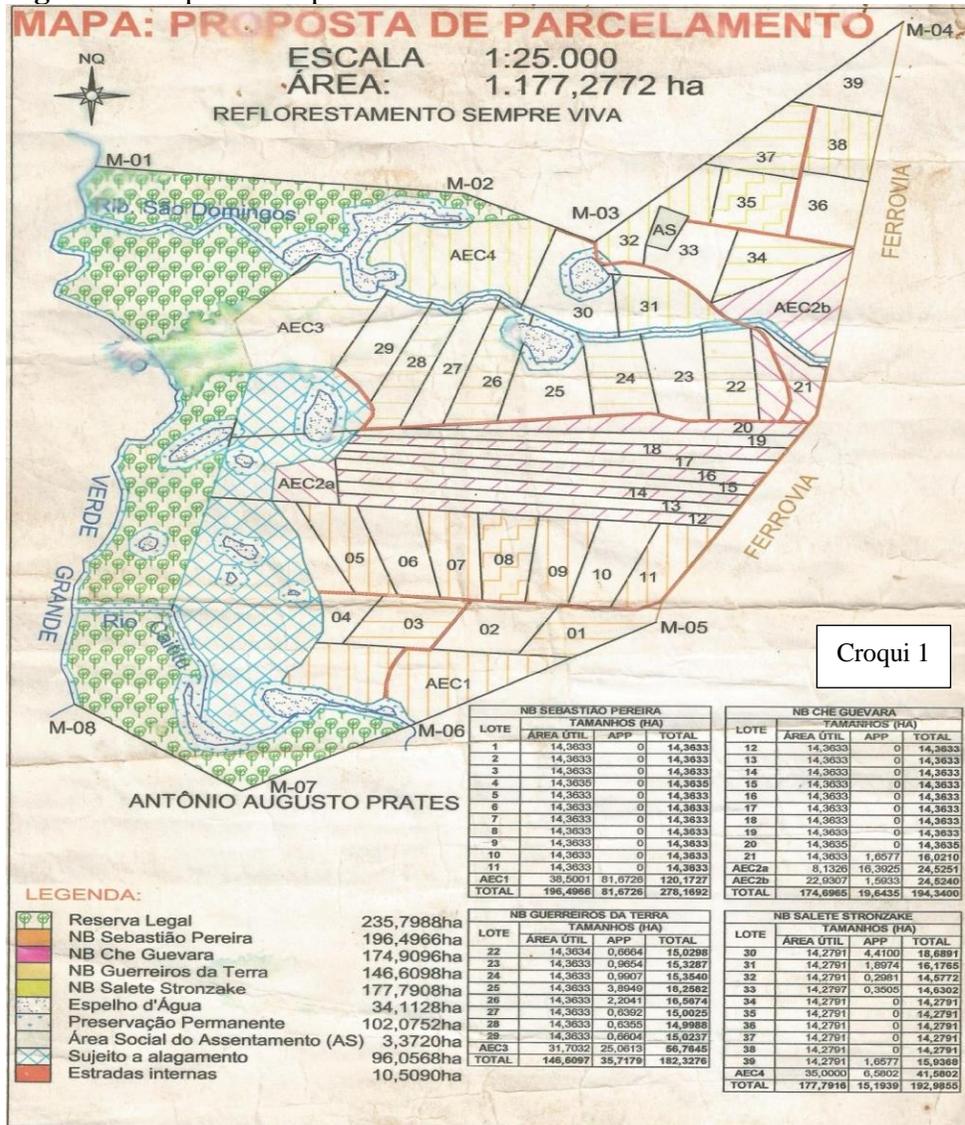
Fonte: SIPRA/SDM, 2010.

Org.: SILVA, 2018.

Diante as etapas de construção dos assentamentos o PA Sol Nascente está na fase 04, na qual utiliza a desapropriação como forma de acesso à terra (Sipra/SDM, 2010). Em relação ao mapeamento, a divisão do assentamento busca acessibilidade de espaços a fim de facilitar acesso aos lotes, estradas, áreas de reservas e características locais, procurando suprir as necessidades e demandas para as atividades rurais.

Segundo o que ilustra a figura 8, a divisão do assentamento Sol Nascente foi apresentada por duas propostas de parcelamentos.

Figura 8- Propostas de parcelamentos e divisões dos lotes no PA Sol Nascente



Fonte: Acervo documental.

A distribuição dos lotes foi sugerida através de desenhos expostos pelos assentados, feito isso a equipe do PDA fez o levantamento topográfico, com as seguintes aplicações: cadastro, coleta de dados para o GIS, medição, divisão do imóvel, identificação dos grupos e o detalhamento geográfico da região. Esse documento propõe a organização do espaço, com definições das áreas para moradia, atividade produtiva, vias de acessos, reserva florestal, recuperação/preservação do meio ambiente, programas sociais e infraestrutura básica.

A proposta de parcelamento aprovada pelo INCRA está apresentada na figura 8, projetada pelo grupo de moradores do “Núcleo Sebastião Pereira” presente no croqui 2. Essa sugestão de mapeamento foi aceita devido a melhor divisão da propriedade em relação ao levantamento topográfico do terreno, tendo em vista a declividade dos lotes.

Partindo do ponto de interseção do croqui e divisão entre os lotes, a proposta de parcelamento (Croqui 1) não foi aceita devido a extensão interna dos terrenos com a probabilidade de ocorrência de inundação. A topografia e a representação gráfica do mapa de parcelamento e divisões dos lotes evidenciam as particularidades e formas do relevo, onde se representam o ambiente físico e também a ação antrópica; tendo em vista que, nesta região há presença de cursos d'água dos rios Verde Grande, Caititu e São Domingos.

Essa rede fluvial presente na área do assentamento representa importantes rios para a bacia do rio São Francisco, contudo, a ação do homem e a estiagem prolongada trazem consequências na diminuição do volume d'água com secamento de rios e córregos. Conforme relato do morador do assentamento, a qualidade atual desses rios é drástica, sendo que o trecho do rio Verde Grande, que percorre a margem direita da fazenda, chega poluído, impossibilitando o consumo. Os reflexos de degradações também são pontuais no curso dos rios Caititu e São Domingos.

A questão da água no assentamento é gerenciada por poços artesianos e pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), conforme ilustração da figura 9 detalhado em 1 e 2 caixa de abastecimento de água via poço artesiano, 3 e 4 cisterna de captação de água de chuva.

Figura 9- A questão da água no PA Sol Nascente



Fonte: SILVA, 2018.

As cisternas de captação de água no assentamento representaram um grande avanço para manutenção das famílias neste espaço. Contudo, o acesso à políticas públicas para incentivar a produção da agricultura familiar, como caso específico do PRONAF ainda é insuficiente, tendo em vista a ampliação de atendimento a todos os moradores.

Como abordagem deste estudo, o tópico a seguir traz a discussão sobre o assentamento Fazenda Serrador, sob o olhar do programa de acesso à terra, através do PCT e os processos sociais de origem.

3.5 O Programa Cédula da Terra (PCT) e a criação do assentamento Fazenda Serrador

O PCT é um mecanismo de acesso à terra criado em (1997-2002), sua implantação e execução foram custeadas pelo Governo Federal, através do Fundo de Terras e concessão de financiamento pelo Banco Mundial. Em âmbito estadual e municipal, o governo e entidades como (FETAEMG, Sindicato, EMATER, entre outras) realizam a seleção das famílias e propostas de análises para aquisição da terra.

A proposta, o monitoramento e a avaliação do programa são critérios realizados pelo sistema eletrônico, de modo que fica o Banco responsável pela contratação. Os recursos de aquisição da terra são reembolsáveis, porém a infraestrutura de implantação não é reembolsável, sendo aplicada para o uso e destinação coletiva.

Os beneficiários do PCT são parte integrante do PNRA com direito às políticas públicas como, por exemplo, a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, destinado à ampliação e fortalecimento da agricultura familiar. Os assentamentos do programa de reforma agrária tem como ponto de partida o acesso à crédito rural articulado à políticas de incentivo para assistência técnica, instalação básica produtiva e habitação.

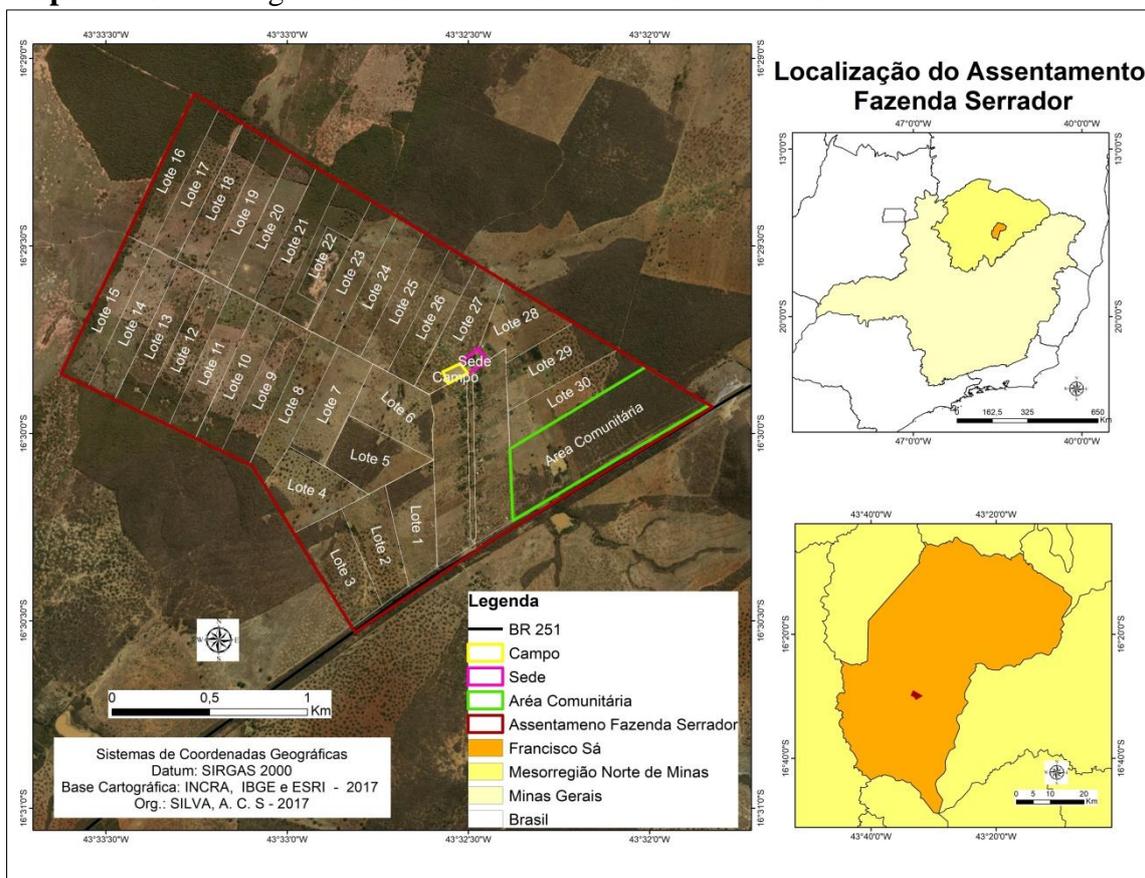
Para execução do PCT, um dos pré-requisitos é organizar os trabalhadores rurais em associações. A compra da terra para assentar as famílias é articulada através da organização dos trabalhadores para aquisição de crédito e custeio. Esse programa permaneceu em vigência até 2002, sendo ampliado e substituído pelo atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O assentamento Fazenda Serrador foi criado pelo PCT ou PARATERRA, nome dado à versão mineira do programa. O primeiro critério para participar do programa foi à fundação de uma associação, para posterior cadastro dos futuros beneficiários, nesse quesito foram cadastradas 300 famílias, das quais foram selecionados apenas 30 inscritos.

A primeira reunião dos membros da associação ocorreu no dia 16/07/1998, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Sá. A assembleia de eleição e posse da diretoria aconteceu com a presença dos 30 trabalhadores, nessa convocação foi elaborado o Estatuto, documento que busca atender as disposições legais e obrigatórias, adequando-as às necessidades da associação.

A associação dos Trabalhadores de Rurais Sem-Terra de Francisco Sá, conforme consta no Art. 1º do Estatuto, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, situada na Fazenda Serrador, BR 251, KM 488, zona rural, município de Francisco Sá-MG (Mapa 10, localização do assentamento Fazenda Serrador). O objetivo da associação é promover a sobrevivência digna de seus associados e atender às necessidades básicas.

Mapa 10- Carta imagem do assentamento Fazenda Serrador-PCT



Org.: SILVA, 2017.

A procura da terra no município de Francisco Sá já acontecia desde 1996. Para seleção do terreno até a execução do programa, foram estabelecidos alguns procedimentos técnico-administrativos para assentar as famílias como: a localização, a extensão do terreno e a qualidade do solo, adequando esses critérios para melhoria social e avanço econômico.

Já a aplicação do PCT estabeleceu-se pelo agrupamento de trabalhadores rurais em associação, para posterior identificação da propriedade e apresentação à Unidade Técnica do Estado. Os beneficiários do programa são autônomos e assumem a gestão das atividades econômicas e sociais do assentamento.

O processo de efetivação da compra da propriedade foi realizado em outubro de 1999, no valor de R\$ 160, 000,00. A vistoria da terra foi feita pela diretoria da associação, técnicos da SUDENOR, EMATER e pelo Sindicato do município.

Após a entrega da terra, os beneficiados receberam um salário de R\$ 120,00 por um período de 12 meses. Os assentados adquiriram a terra junto ao Banco do Nordeste, com três anos de carência e previsão de 20 anos de parcelamento. Contudo, a tabela percentual foi redefinida, conforme o reembolso para o pagamento anual, com alteração do prazo para 17 anos.

A divisão das terras em lotes ocorreu em 2001, totalizando 30 repartições individuais, com a medição de 10,7526 ha mais 1 ha para produção dos quintais. A especificação da área comunitária foi detalhada em: 10 ha para o garimpo de cristais, 30 ha para plantação coletiva, 1 ha para um campo de futebol com metragem de 115, 04 e a sede da fazenda para local de encontros e reuniões.

Para introdução de projetos no assentamento, foram ministradas pela EMATER várias oficinas, a fim de propor diretrizes para elaborar questões sobre as perspectivas locais. Esse trabalho foi desenvolvido com a participação dos moradores, que foram conduzidos a produzir desenhos e mapas temáticos dentro da proposta de planejamento da área. Diante disso, a capacitação de trabalhadores em assentamentos, através de oficinas impulsiona o crescimento econômico e melhor organização do espaço.

A assistência técnica da EMATER articulou a organização dos produtores através de parcerias e associações. O Projeto Biodiesel⁶⁰ foi executado no assentamento, orientando os produtores para o plantio da mamona consorciado com a plantação de feijão.

O projeto de plantação da mamona foi desenvolvido na área comunitária do assentamento, o trabalho foi executado coletivamente com divisões dos lucros e gastos na lavoura. Todavia, este projeto não teve boa saída devido à falta de compradores para o produto, sendo inviável para os moradores.

A organização espacial das casas no assentamento conforme a figura 10 seguiu em forma de agrovilas⁶¹, as trintas habitações foram construídas pelo processo de mutirão e também pela troca de dias de serviço, atividade que envolveu os próprios assentados.

⁶⁰ O plantio da mamona na região do Norte de Minas foi implementado para o fornecimento de matéria-prima para a Usina de Biodiesel da Petrobrás. Esse projeto trouxe para a agricultura familiar uma alternativa de viabilidade econômica e geração de emprego (COSTA et al, 2015).

⁶¹ Agrovila: núcleo habitacional e produtivo construído geralmente em áreas rurais para o desenvolvimento da agricultura e destinado a receber populações que estão sendo deslocadas de outras áreas por razões climáticas ou devido à construção de obras públicas como, por exemplo, barragens que servem como reservatórios para a produção de energia elétrica (SANDRONI, 1999, p. 18).

Figura 10- Agrovila e estrutura das casas no assentamento Fazenda Serrador



Fonte: SILVA, 2018.

Fonte: SILVA, 2018.

A palavra mutirão é uma forma simples de cooperação para realizar uma atividade de benefício individual ou coletivo. Nessa prática, prevalece o compromisso moral de reciprocidade e não a remuneração pelo trabalho. A troca de dias de serviço é uma forma de ajuda mútua tradicional, por meio da qual auxilia o outro; nesse caso, o beneficiado fica devendo a força de trabalho similar à recebida (CARVALHO, 1998).

O trabalho coletivo no assentamento traz o envolvimento da relação conjunta, companheirismo e fortalecimento dos laços culturais. Em entrevista, os moradores relataram que as aproximações das casas possibilitam um maior contato com a vizinhança e socialização das crianças, dos jovens e de todos.

Em 2001, os técnicos do Banco do Nordeste elaboraram o primeiro projeto para acesso ao PRONAF “A”. A aquisição do financiamento no valor de R\$ 12. 000,00 foi destinado para o custeio de atividades para investimentos na pecuária, construção de cercas e pastagens.

Em função do período de longas estiagens, os agricultores tiveram perdas em suas lavouras. Esse fato, dentre outros problemas locais, causou a impossibilidade da quitação da dívida do Pronaf ⁶², solicitando aos agentes financeiros a renegociação pelos vários prejuízos na produção.

Em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em 2009, foram implantadas trinta barraginhas ou bacias de captação de chuva no assentamento (Figura 11). Essa iniciativa trouxe o abastecimento

⁶² O Garantia-Safra é uma iniciativa do Pronaf criado para assegurar a produção da agricultura familiar. A adesão do seguro possibilita o assentado e outros beneficiários da linha de crédito receber no mínimo, 50% pela perda na lavoura em razão de longa estiagem ou excesso hídrico (BRASIL, 2017).

de água para os lotes, auxiliando no manejo da pecuária leiteira. Em 2015, o assentamento foi beneficiado com o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) (Figura 12), essa política pública foi uma iniciativa de interesse social que buscou levar água para várias comunidades rurais do Norte de Minas.

Figura 11- Barraginhas na área coletiva



Fonte: SILVA, 2018.

Figura 12- Cisternas para captação de água de chuva



Fonte: SILVA, 2018.

O abastecimento de água no assentamento é proveniente exclusivamente do poço artesiano comunitário, que abastece a caixa d'água e a distribui para os lotes. O cultivo e a criação de animais são viabilizados por esse recurso, o alto teor de salinidade da água, torna-a imprópria para o consumo humano, então o acesso à água potável é advindo por cisternas de captações de água e também fornecido por caminhões-pipa, que abastecem a zona rural do município de Francisco Sá.

Nos últimos anos, o acesso à água potável em várias comunidades rurais nortemineiras é visto sob a paisagem de programas sociais como é o caso, por exemplo, das cisternas de captação de água de chuva instaladas nas residências.

O quadro atual do Programa Cédula da Terra- PARATERRA, no assentamento Fazenda Serrador é caracterizado pela evasão de beneficiários, com um total de 12 desistências, restando apenas 18 famílias daquelas assentadas no início do projeto. Segundo relato de entrevistados, as evasões ocorrem principalmente por motivos diversos como: falta de trabalho para os jovens, dívidas decorrentes dos financiamentos, problemas de saúde, dificuldades de infraestrutura, dentre outros elementos não elencados.

O esclarecimento é que os novos substitutos que venham ocupar os lotes preencham todos os requisitos definidos, conforme normas do Estatuto da associação,

bem como assumam o compromisso das prestações da compra da terra e parcelas do PRONAF. Em ressalva, os beneficiários que desistirem do programa devem ter a concessão da esposa e constar em livro de ata a assinatura de desistência definitiva, o que poderá impedi-lo de participar de outros PAs. A figura 13 apresenta um momento de reunião entre os membros da associação para discutir sobre a dívida da terra. E a figura 14 é a sede da antiga fazenda, a qual representa um local de encontros coletivos.

Figura 13- Reunião para renegociação da dívida **Figura 14-** Sede da fazenda



Fonte: SILVA, 2018.



Fonte: SILVA, 2018.

O contrato de financiamento da terra foi liquidado em 2017, com bônus de 90% das prestações anuais. Com a quitação dos débitos, as famílias poderão cuidar de novos investimentos na produção e providenciar a emissão das escrituras individuais de cada lote. Esse documento de ordem oficial irá substituir o contrato de financiamento formalizado pela associação.

3.6 Beneficiários da reforma agrária: entrelaçando diálogos entre dois assentamentos rurais

Para participar do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as famílias beneficiadas são selecionadas na categoria de agricultores e agricultoras que sejam: sem terra, posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário e aquele cuja propriedade não seja maior que 01 módulo rural do município. A Lei 13.465/2017 complementa os critérios de procedimentos para distribuições dos lotes, considerando, por exemplo, os agricultores que trabalham em imóveis desapropriados, aqueles em condição análoga à

escravidão, remanescentes de territórios indígenas, quilombolas, áreas de interesse público e famílias em situação de vulnerabilidade social (INCRA, 2018).

Os assentamentos compreendem um conjunto de famílias que vivem e produzem em um determinado imóvel rural. Essa expressão é utilizada para identificar não apenas um lote de terra, mas, também, uma interação heterogênea de grupos sociais constituídos por trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998).

Diante da importância social e econômica no estudo de assentamentos rurais, faz-se necessária a busca de resultados e experiências recentes dos projetos e políticas de obtenção de terras, tomando como foco as características que refletem as diversidades das questões territoriais.

Existem várias pesquisas que discutem a reforma agrária, todavia, ainda são escassos os trabalhos que estudam, em análise conjunta, os assentamentos criados pelo INCRA e o PCT. As dinâmicas que regem os processos de origem e organização dos assentamentos influenciam nas questões sociais e também sobre o papel político.

A experiência da reforma agrária e a discussão de duas políticas de assentamentos rurais aplicada no município de Francisco Sá trazem uma reflexão sobre os diferentes programas, tendo em vista os processos sociais, as dinâmicas regionais e os resultados nos contextos sócio-políticos.

A análise das dimensões econômicas, sociais e políticas entre as duas modalidades de assentamentos representa um diálogo sobre a construção do território e as paisagens da produção rural, de acordo o contexto e com as diferentes realidades.

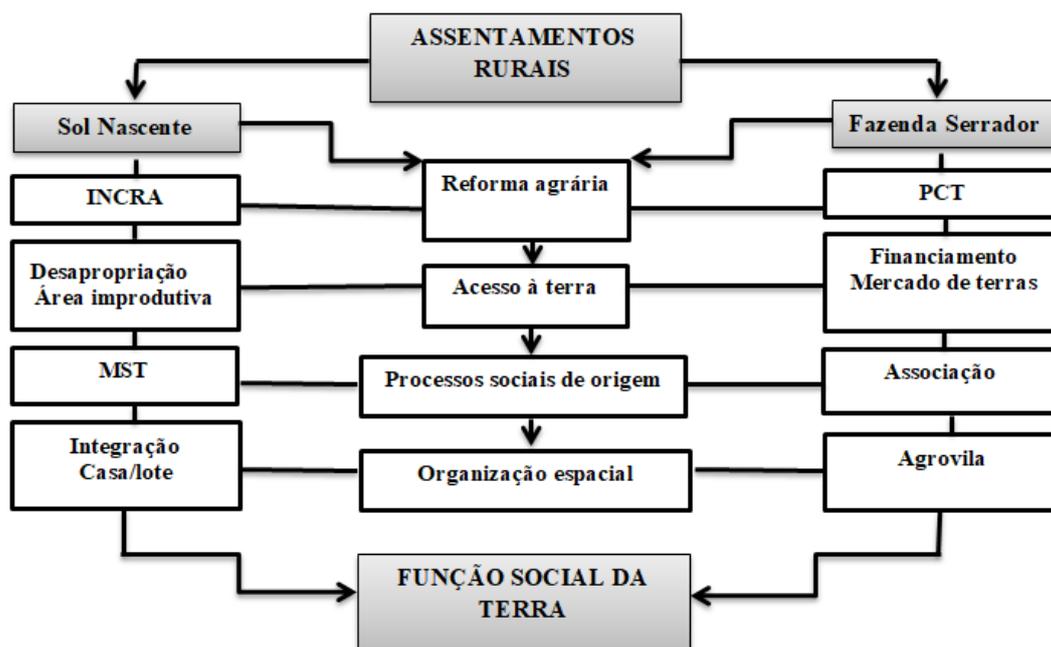
Diante as modalidades de assentamentos no município de Francisco Sá, verifica-se a relação de proximidade entre Montes Claros e Capitão Enéas. Nesse sentido, ressalta-se a importância de Montes Claros como polo regional para atendimento em saúde, educação, trabalho e outros serviços.

A sociabilidade presente nos assentamentos e os fluxos culturais marcados pelas migrações de famílias de diferentes espaços constroem novas territorialidades. Nessas relações aparecem as expressões, como povoado e comunidade, Carvalho (1998) destaca os diferentes significados:

O *povoado*, no entanto, procura expressar um local ou área geográfica onde um conjunto de pessoas e ou famílias mantém domicílio e desenvolve atividades produtivas e ou comerciais. Neste sentido, o povoado abrange não apenas a nucleação das casas de moradia e de prestação de serviços, mas, também, a área rural onde as famílias realizam a produção rural amplo senso. Já a *comunidade* não necessita ter como referência básica um local geográfico. Ela caracteriza-se pela identidade comum e a coesão social entre um grupo de pessoas e ou de famílias a partir da aceitação consensuada de determinados ideais, aspirações, interesses e ou objetivos. (CARVALHO, p.4, 1998).

A relação com o lote e a interatividade é elemento importante para sociabilização e reconstrução social nos assentamentos. O modo de vida das famílias é marcado pela ressignificação de valores e dinamismo agrícola. Conforme mostra a figura 15 no estudo de dois programas de assentamentos, é importante destacar as semelhanças e diferenças que viabilizaram as fases de implantação e as estratégias de desenvolvimento local.

Figura 15– Esquema de estruturação dos assentamentos



Fonte: Pesquisa de Campo.
Org.: SILVA, 2018.

A figura 15 esquematiza a estruturação do estudo, demonstrando as perspectivas de análises e as políticas que se atribuem aos dois assentamentos, e as diferenças no contexto. Nesse caso, o assentamento I é gerenciado pelo INCRA, órgão responsável pela execução, reestruturação da propriedade, seleção dos assentados, etapa de liberação

e a distribuição dos lotes. A divisão da área em lotes e a organização do espaço são demarcadas com a participação das famílias, fator importante para construção do PDA.

As fases de implantação passam por várias etapas, descritas na sequência:

- ❖ Atuação de movimentos sociais;
- ❖ Exercer função social da terra;
- ❖ Identificação de uma área improdutiva;
- ❖ Ocupação;
- ❖ Acampamento;
- ❖ Mapeamento e divisão do assentamento;
- ❖ Políticas públicas no contexto regional;
- ❖ Carência de assistência técnica, social e ambiental;
- ❖ Investimento em atividades produtivas.

O assentamento II caracteriza a estrutura de governança de um programa de assentamento financiado pelo Banco Mundial. Essa proposta de assentamento é uma iniciativa de reforma agrária constituída pelo PCT, incorporado à associação de trabalhadores rurais.

As etapas de implantação do programa estabelecem-se em:

- ❖ Organização de associação;
- ❖ Acesso à terra via financiamento
- ❖ Função social e sua eficácia;
- ❖ Mapeamento e divisão dos lotes;
- ❖ Carência de assistência técnica, social e ambiental;
- ❖ Políticas públicas no contexto regional;
- ❖ Investimento em atividades produtivas.

Conforme realidades dos assentamentos I e II, fica claro que os mecanismos de reforma agrária pelo INCRA e pelo PCT são definidos por regras distintas. De acordo com Silva e Ramos (2013), esses programas aumentaram o acesso à moradia, à infraestrutura básica e elevaram a segurança alimentar.

Sobre essas questões, os depoimentos dos assentados relatam a melhoria de qualidade de vida após o acesso à terra. O entrevistado do PA Sol Nascente relata que:

“A terra pra mim é tudo, aqui eu e minha família plantamos, colhemos e comemos... tudo se tornou mais fácil em relação daquela época que não tinha terra (SIC)”.

O morador do Assentamento Fazenda Serrador ressalta a importância da terra, destacando que:

“Pra mim o que mudou foi poder trabalhar na minha própria terra, apesar da dificuldade, hoje temos comida na mesa, a nossa produção mesmo pequena nos ajuda muito (SIC)”.

A intersecção e assimetria de informações evidenciam-se tanto pelo avanço no ponto de vista do acesso à terra, nas questões sociais como também em ambos os casos. Convém salientar a importância de incremento de políticas agrícolas, que proporcionam a essas famílias condições necessárias para o desenvolvimento rural sustentável. A figura 16 ilustra a importância da terra para o trabalhador assentado.

Figura 16- Valor da terra⁶³



Fonte: Pesquisa de Campo.
Org.: SILVA, 2018.

A reprodução do modo de vida ligado à terra e as relações de territorialidades constroem novos projetos coletivos tomando-se como referência para organização interna, as práticas sociais, as relações de trocas, as diferentes capacidades de cultivar a terra e os sujeitos que produzem a reforma agrária (CRUZ, 2008).

O desenvolvimento do meio rural, através da destinação de terras e produção de alimentos, visa à cidadania no campo, tendo em vista a transição agroecológica, assim

⁶³ Foto tirada durante visita de campo no assentamento Fazenda Serrador, quando a trabalhadora ergue a terra sobre as mãos simbolizando o valor representado.

como a valorização dos produtos cultivados pelos assentados e as potencialidades locais.

Desse modo, o eixo desta análise consiste na busca dos diferentes significados da política de assentamentos rurais, com destaque sobre as perspectivas da construção de um novo modo de vida, envolvendo novos conjuntos de relações e territorialidades distintas.

3.7 Nível de organização e estrutura socioprodutiva

Os assentamentos exercem um importante papel no espaço rural. Essas evidências correspondem à contribuição social e econômica, associadas à geração de emprego, diminuição do êxodo rural, aumento na oferta de alimentos e produtividades. Guanziroli et al (2001) destaca que:

[...] é preciso deixar claro que uma verdadeira reforma agrária tem como objetivo estratégico elevar a agricultura familiar à posição de protagonista do processo de geração e distribuição de riqueza no meio rural [...] o fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária devem caminhar para isso, na mesma direção, dando capacidade, ao meio rural e à agricultura, de expandir sua contribuição para o desenvolvimento nacional (GUANZIROLI et al, 2001, p. 250).

As novas unidades de produção agrícola e a conquista da terra pela reforma agrária contribuem para a melhoria da qualidade de vida, fortalecimento da agricultura familiar e no auxílio para promoção da segurança alimentar e nutricional (SOUZA-ESQUERDO et al, 2013). Dessa maneira o autor destaca que:

Quando se analisa a temática da segurança alimentar e nutricional nos assentamentos percebe-se que a oportunidade de terem uma área para o plantio é condição favorável para a garantia de alimentos à família seja pela produção de autoconsumo seja pelo aumento de renda (SOUZA-ESQUERDO et al, 2013, p.14).

Diante disso, a expansão da agricultura familiar tem na garantia do acesso à terra o alicerce para o desenvolvimento das famílias assentadas. Os lotes produtivos dos assentamentos Fazenda Serrador e Sol Nascente sustentam-se pela dinâmica na produção com a variedades de cultivos. Esses fatores trazem motivação para manter-se no campo, diante das inúmeras vantagens e valores do espaço rural.

Apesar da escassez de água em várias regiões do Norte de Minas, é possível encontrar uma diversidade de produção nos arredores das casas. Nos assentamentos de estudo, a dinamicidade das agrovilas estendem-se aos lotes, esses espaços são divididos para criação de suínos, bovinos, equinos e aves. Os moradores dos assentamentos relatam que:

Na fala do entrevistado do Assentamento Fazenda Serrador, o morador salienta a importância do quintal produtivo, ressaltando que:

Nos últimos anos, a nossa produção diminuiu, tudo ficou mais difícil por conta da água que é pouca, mas mesmo assim todo ano plantamos. Pra te falar a importância do meu quintal, vou te contar uma coisa, hoje aqui na minha casa os ingredientes da comida foi tudo da nossa produção, comemos: feijão de corda, angu de milho verde, abóbora com quiabo e frango caipira (SIC).

Já o assentado do PA Sol Nascente relata o contentamento com o trabalho na terra, quando diz que:

A minha satisfação é poder plantar e comer. Aqui a gente planta milho para nossa alimentação e também para alimentar as criações. Meus filhos moram na cidade, sempre mando pra eles: ovos, leite e tudo que produzimos (SIC).

Planto mandioca para alimentação e fazer farinha. No meu quintal tenho um pouco de tudo (SIC).

Sobre a produção da mandioca, destaca-se a rentabilidade do cultivo. A farinha além de outras utilidades demonstra uma gama de variedades do uso da mandioca. Destaca-se que as lavouras desse cultivo são individuais, nas quais cada agricultor, com auxílio do núcleo familiar, processa as raízes para produzir a farinha. Sobre o valor da produção da mandioca, Pinto (2002) destaca que:

Os múltiplos e variados aspectos que envolvem o seu cultivo e transformação em alimento conferem-lhe considerável importância histórica, econômica e social. Da produção ao consumo final, um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados cujos conteúdos revelam elevado valor cultural (PINTO, 2002).

A figura 17 ilustra o processo de cultivo da mandioca no assentamento Sol Nascente, partindo do plantio familiar (foto 1), trabalho com a enxada para capinar a roça (foto 2) o processo da colheita manualmente (foto 3) para posterior processamento da produção da farinha (foto 4).

Figura 17- Dinâmica na produção da mandioca no PA Sol Nascente

Fonte: SILVA, 2018.

Os quintais produtivos fazem parte da composição da paisagem de uma pequena propriedade baseada na produção familiar, nesses quintais as famílias cultivam diversas plantas que são utilizadas para os usos medicinais, ornamentais e alimentícios. A arborização no entorno das casas permite melhor fertilidade do solo pela decomposição da matéria orgânica proveniente das plantas, animais e vegetais (PEDROSA, 2016).

[...] os Quintais Produtivos é uma produção que segue os princípios da produção agroecológica. A produção agroecológica é fundamentada na utilização de insumos internos produzidos no próprio local de produção como: folhas de árvores, palhadas, cinzas, esterco (aves e bovinos e outros). [...] Todos esses insumos favorecem a ação dos organismos benéficos do solo melhorando a sua composição química, física e biológica. Desta forma as plantas que crescem neste ambiente são plantas saudáveis e terão uma boa produção (PEDROSA, 2016, p.1).

O quintal é um espaço dinâmico para produção de alimentos. Essas atividades nos assentamentos rurais são muitas vezes desempenhadas pela participação da mulher, como colaboradora das atividades realizadas nos lotes e também nas agrovilas.

As várias espécies de plantas no compartimento do mesmo espaço do quintal incluem uma diversidade de produtos, vide descrições abaixo:

Tabela 12- Listagem de algumas produções encontradas nos lotes dos assentamentos

Abacate	<i>Persea americana</i>
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>
Alface	<i>Lactuca sativa</i>
Alho	<i>Allium sativum L.</i>
Andú	<i>Cajanus cajan</i>
Banana	<i>Musa sapientum</i>
Cajá	<i>Spondias mombim</i>
Caju	<i>Anarcadium occidentale</i>
Caxi	<i>Lagenaria communis</i>
Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i>
Ciriguela	<i>Spondias purpúrea</i>
Coco	<i>cocos nucifera</i>
Couve	<i>Brassica oleracea L.</i>
Fava	<i>Vicia faba</i>
Feijão-de-Corda (Feijão-Catador)	<i>Vigna unguiculata</i>
Goiaba	<i>Psidium guajava Myrtaceae</i>
Graviola	<i>Annona muricata</i>
Graviola	<i>Anona muricata</i>
Jaca	<i>Artocarpus heterophylla</i>
Jerimum	<i>Curcubita moschata</i>
Laranja	<i>Rutaceae</i>
Limão	<i>Rutaceae</i>
Mamão	<i>Carica papaya</i>
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>
Manga	<i>Mangifera</i>
Maxixe	<i>Cucumls anguria L.</i>
Milho-Verde	<i>Zea mays</i>
Palma	<i>Nopalea cochenillifera</i>
Pimenta	<i>Capsicum frutescens</i>
Pinha	<i>Duguetia furfuracea</i>
Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i>
Salsa	<i>Petroselinum sativum L.</i>
Tamarindo	<i>Tamarindus</i>

Fonte: Pesquisa de Campo.

Org.: SILVA, 2018.

A agricultura familiar e a organização social das famílias assentadas trazem destaques para inserção econômica, obtenção de renda com o trabalho no campo e integração aos mercados através das feiras. A figura 18 ilustra a dinâmica de produtos cultivados nos assentamentos.

Figura 18- Produção e diversificação dos assentamentos

Fonte: SILVA, 2018.

A diversificação é um importante fator de desenvolvimento da agricultura familiar. As estratégias para produção exigem investimentos e viabilidade no acesso às linhas de créditos, a partir de definições de prazos de carência adequados aos ciclos produtivos de cada região (GUANZIROLI et al, 2001).

Os agricultores do assentamento Fazenda Serrador que comercializam a produção participam das feirinhas em Francisco Sá e vendem seus produtos porta-a-

porta na área do assentamento. A figura 19 retrata a feira da agricultura familiar em Francisco Sá com participação das famílias assentadas.

Figura 19- Feira da agricultura familiar em Francisco Sá-MG



Fonte: SILVA, 2018.

A produção, a comercialização e a geração de renda nos assentamentos estudados foram destacadas em: aqueles que produzem para o consumo familiar, os que trabalham no campo integrado a outros serviços na cidade, aqueles que dependem de aposentadoria rural e também os que comercializam nas feirinhas ao ar livre. Fonseca (2012) destaca que:

A agricultura familiar baseia sua produção de alimentos em produtos utilizados no dia-a-dia para a sua alimentação, como arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças [...]. Esta é a produção que garante o alimento e que permite a comercialização do excedente em feiras livres, verdurões, supermercados etc. Na ausência dessas condições de vida e de trabalho, o homem do campo, da agricultura familiar, migra para os grandes centros (FONSECA, 2012, p.62-63).

Os feirantes instalados na Avenida JK em Francisco Sá foram contemplados com o projeto de apoio as feiras livres destinado à agricultura familiar. Os beneficiados receberam barracas visando melhor espaço para venda dos produtos e o acesso direto aos mercados, sem intermediadores. A agricultura familiar é compreendida como espaço de diversificação e produção no Norte de Minas. Nos assentamentos a alimentação das famílias advém da dinâmica de vários cultivos produzidos no interior dos lotes.

Os agricultores de assentamentos rurais nas diversas modalidades representam um importante destaque na produção de alimentos. A agricultura familiar é concebida como um modo de produção e de vida para os assentados. Conforme Menezes (2014), a produção dos alimentos e os processos culturais que envolvem diferentes territorialidades criam estratégias para reprodução dos mais diversos grupos familiares.

O modo de vida dos agricultores familiares também é marcado pelo cuidado com a terra e relações cotidianas. Essa produtividade propõe a manutenção das famílias nas pequenas propriedades, contribuindo para os aspectos produtivo, organizacional, social e cultural (FONSECA, 2012). A figura 20 ilustra a diversidade produtiva no assentamento Fazenda Serrador.

Figura 20- Quintal produtivo e diversidade na produção no Assentamento Serrador



Fonte: SILVA, 2018.

A figura 21 mostra a produção de pimentas no PA Sol Nascente. Esse cultivo garante renda extra aos agricultores, e corresponde a uma alternativa na agregação de valores para a agricultura familiar, em que processam a pimenta tanto na forma artesanal in natura como também processada para comércio nas feirinhas locais.

Figura 21- Plantação de pimentas no PA Sol Nascente



Fonte: SILVA, 2018.

As famílias assentadas participam das feiras em Francisco Sá e Capitão Enéas. O resultado da produção no assentamento também é articulado através da venda de produtos porta-a-porta na própria comunidade e também na cidade. As proximidades dos lotes proporcionam relações de trocas dos produtos cultivados e relações de vizinhanças.

Sobre os processos sociais e o desenvolvimento produtivo dos dois assentamentos, foi relatado pelos moradores à ineficiência de assistência técnica para nortear as linhas de produção, além disso, outras demandas foram elencadas como a falta de equipamentos para atendimentos sociais como destacado na tabela 13.

Tabela 13- Análise sobre os dois assentamentos de estudos

Aspectos	Assentamentos	
	Sol Nascente ↓	Fazenda Serrador ↓
	↔	
	Variáveis	
SOCIAIS	<i>Saúde</i>	
	Campanha para promoção da saúde e qualidade de vida no campo. Ampliação da Unidade Básica de atendimento primário no povoado de Camarinhas-Francisco Sá.	Melhoria na assistência médica. Controle de insetos, como exemplo, o aparecimento de barbeiro. Alternativas para promover a segurança do trabalho no campo.
	<i>Educação</i>	
	Ausência de escola	Nucleação de escola
	<i>Infraestrutura básica</i>	
	Conserto das estradas para melhor deslocamento de pessoas e escoamento de produção. Melhor acessibilidade dos moradores a cidade. Recuperação e manutenção das estradas em diferentes épocas do ano.	Alargamento da faixa de pedestre da BR 251, em decorrência de vários acidentes fatais. Revitalização de estrada que dá acesso a Francisco Sá, permitindo o deslocamento de bicicletas, cavalos, charretes e carroças.
	<i>Políticas públicas</i>	
Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em vigência PRONAF- Acesso parcial dos moradores Luz para Todos	Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) Projeto de barraginhas Luz para Todos PRONERA PRONAF - Acesso total dos moradores PNAE	
CULTURAIS	<i>Modo de vida</i>	
	Tradição e modo de produção no campo. Território de luta e moradia.	Relações de vizinhança e proximidade. Tradições juninas com fogueira.
AMBIENTAIS	<i>Sustentabilidade</i>	
	Presença de reserva ambiental. Preocupação ambiental pela perfuração de poços artesianos sem licença ambiental. Transição agroecológica.	Presença de reserva ambiental. Cadastro Ambiental Rural (CAR). Problema com grande número de poços artesianos. Insumo orgânico natural/ agroecologia.

Continua

<i>Agricultura familiar</i>				
ECONÔMICOS	Lotes produtivos. Policultivos. Feiras em Capitão Enéas e Montes Claros. Produção de pimentas/ Hortaliças/ Criação de animais. Geração de renda.		Lote e agrovila produtiva. Policultivos. Programa Feira Livre em Francisco Sá. Hortaliças/ Criação de animais. Relações de trocas de produções e alimentos entre vizinhos.	
POLÍTICOS	Atuação do MST. Criado pelo INCRA. Acesso à terra: Desapropriação. Fase de instalação: 4.		Atuação do STRs, FETAEMG e EMATER Reconhecimento do INCRA. Acesso à terra: Financiamento.	
<i>Resultados</i>				
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
	Permanência na terra. Segurança alimentar e nutricional. Reprodução social no território conquistado.	Falta de Assistência técnica. Recurso para produção. Estrutura das casas.	Valor de pertencimento. Segurança alimentar e nutricional. Novos grupos sociais.	Venda dos lotes. Dívida da terra. Problemas com a falta d'água.

Fonte: Pesquisa de Campo.

Org.: SILVA, 2018.

Nos relatos dos moradores dos dois assentamentos, foram expostas as seguintes questões: na saúde foi pontuada a necessidade de uma ambulância para associação, melhor assistência pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS), atendimento médico, acompanhamento dos idosos, das crianças, das pessoas hipertensas e diabéticas.

Na educação, foi questionada a falta de incentivo do poder municipal para as escolas no campo, uma vez que esses estabelecimentos funcionavam em locais sem infraestruturas, organizados em salas improvisadas e multisseriadas. Outra questão levantada foi a nucleação das escolas, fator visto como obstáculo para o deslocamento das crianças, em razão da péssima condição das estradas, seguida da falta de infraestrutura e segurança dos ônibus escolares.

Já sobre a infraestrutura básica, integrando os itens transporte, telecomunicações, energia, e saneamento, os assentados destacaram que no transporte é evidente a falta de escoamento da produção para aqueles que se deslocam para cidade a fim de vender seus produtos. Para essa destinação, os principais transportes usados são carroças, charretes, bicicletas, cavalos e carro pequeno.

Sobre o acesso à telecomunicação verificou-se nas casas a presença de televisão, rádio, telefone celular e ausência de antena para internet. No que diz respeito à energia, todas as casas têm rede elétrica, contudo, no caso do assentamento Fazenda Serrador ainda é parcial a instalação nas ruas e também nos lotes.

No saneamento, destacam-se a inexistência da coleta de lixo, nesse caso, os resíduos provenientes das atividades humanas são gerenciados pelos moradores, de modo que as limpezas dos lotes são individuais.

No fornecimento de água, a bomba do poço artesiano distribui para os lotes e residências e quando há algum problema na tubulação o abastecimento é interrompido. Já as despesas de uso e a conta são divididas pelos usuários em partes iguais e individuais.

A população reivindica a inclusão nas questões de planejamento com intervenções de políticas públicas, que interfiram sobre a assistência social, a fim de identificar as problemáticas e as possibilidades de garantia para o desenvolvimento produtivo. Nesse sentido, Groff et al. (2009) destaca que:

Ao conquistar a terra e estabelecer o assentamento, são necessários equipamentos agrícolas, insumos para usar na produção, assistência técnica, assim como escolas e postos de saúde. Também não é possível se consolidar na terra sem políticas de preços mínimos, sem seguro agrícola para cobrir os riscos das intempéries climáticas, caros à agricultura. Caso as necessidades materiais não sejam sanadas, os Sem Terra acabam caindo na armadilha da inclusão perversa, pois não ocorre a efetivação de uma vida digna (GROFF et al, 2009, p. 10).

Desse modo, a estruturação e mediação das políticas públicas nos assentamentos rurais são alternativas importantes, diante do cenário de endividamento via empréstimos bancários, dificuldades na produção e assistência política para permanência no campo.

Diante disso, a manutenção das famílias no espaço rural ligada ao acesso à terra, através dos assentamentos, compõe um eixo central para integração social. Para isso é necessária a garantia da universalização de créditos agrícolas e também uso de estratégias que busquem o enfrentamento das realidades e dificuldades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração de terras no Brasil e as desigualdades sociais abrangem um histórico de lutas sociais pela reforma agrária. A origem dos latifúndios no país remete ao período colonial com as capitanias hereditárias e a formação de sesmarias. Em decorrência dessa estrutura, e com a promulgação da Lei de Terras de 1850, evidenciam-se diversos conflitos no campo diante da formação da propriedade privada, favorecendo aos latifundiários o acesso à terra.

Nesse sentido, a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, e a necessidade de uma reforma agrária definiram um conjunto de dispositivos legais sobre a propriedade da terra no país. As Ligas Camponesas reagiram na luta pelos direitos sociais, por meio de reivindicações por uma reforma agrária justa e democrática, assim também como o MST nos anos 80 e vários outros movimentos sociais.

A ocupação e povoamento do território norte-mineiro e a organização sociocultural ao longo da história da região é caracterizada pela concentração e extensão de grandes fazendas. As reivindicações no campo mineiro seguiram uma trajetória de conflitos e ação dos movimentos sociais na luta pela terra.

A discussão da questão agrária na mesorregião Norte de Minas agrega a análise da expansão das grandes fazendas e também incentivos fiscais para concessão de uso nas grandes plantações de eucaliptos e empresas de reflorestamentos. Por outro lado, destaca-se o papel da agricultura familiar e a função social da terra, incorporando a produtividade econômica e a qualidade de vida das famílias.

A formação dos assentamentos foi um resultado da luta de diversos movimentos sociais que se organizaram a fim de promover melhoria nas questões sociais e econômicas. A redistribuição das terras através da reforma agrária trouxe para o espaço rural novas transformações, entretanto, para efetivação dessa política são necessários programas complementares que busquem melhores condições de produção para os trabalhadores e estímulos que correspondam às especificidades locais e regionais.

A discussão do tema reforma agrária, que seja pela ocupação/desapropriação, incorpora também o debate recente sobre as novas propostas de acesso à terra, aplicadas através de um instrumento da compra e venda de terras, como o Programa Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BT) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Esses programas de assentamentos são recursos provenientes do Fundo de Terras e também da reforma agrária.

Partindo da análise da reforma agrária, o município de Francisco Sá-MG apresenta um total de seis assentamentos rurais compreendidos entre as modalidades ocupação/desapropriação (INCRA) e pelo viés do PCT e PNCF. O assentamento Sol Nascente foi criado em 2005, pelo INCRA, através da desapropriação da Fazenda Calumbys, entre os municípios de Francisco Sá e Capitão Enéas. Reitera-se que esse PA foi o único assentamento representado pela atuação do MST na região. Os demais foram criados pelo financiamento da terra, como, por exemplo, o assentamento Fazenda Serrador, constituído pelo PCT no ano 1999.

O estudo de dois assentamentos incorporados entre diferentes modalidades de acesso à terra, traz a discussão da consolidação de novas unidades produtivas e a construção de novas territorialidades. Os programas de assentamentos rurais são políticas que têm atuado no combate à pobreza no campo, pois proporciona a ocupação produtiva da terra, melhoria na condição de vida das famílias e fortalecimento da economia local, garantindo a viabilização econômica e social.

A pesquisa e a observação realizadas nos assentamentos vinculados à duas políticas de acesso à terra são orientadas pelo estudo de indicadores que viabilizam a análise socioprodutiva e o acesso às políticas públicas. Essas características possibilitam uma leitura das diferentes realidades presente na luta pela terra e os processos de organização social, sucedido da busca pelo trabalho e desenvolvimento socioterritorial.

A agricultura familiar representa um papel importante para a reforma agrária. Os assentamentos da pesquisa são unidades familiares que buscam incentivos financeiros que assegurem a execução das atividades agropecuárias, compra de equipamentos agrícolas, geração de renda e avanço na qualidade de vida no campo.

A agricultura familiar é uma fonte necessária para a ocupação das famílias assentadas. No entanto, outros serviços são articulados para o complemento da renda como a aposentadoria rural e o trabalho pendular em firmas empregatícias. As atividades agrícolas subdividem em culturas temporárias desenvolvidas através de um curto ciclo produtivo em período de replantio após a colheita, com os cultivos de milho, sorgo, feijão, verduras, legumes e hortaliças. Já as culturas permanentes são aquelas com prazo de vida útil superior a um ano, com a presença de várias árvores frutíferas.

A organização interna dos lotes no assentamento Sol Nascente é compartimentada pela diversificação agrícola, criação de pequenos animais e pecuária. As atividades nos lotes são executadas por meio da mão-de-obra familiar e os produtos cultivados são para consumo e também para a comercialização nas feiras.

A divisão dos lotes em agrovilas no assentamento Fazenda Serrador subdivide-se entre o quintal produtivo das casas e a criação de pequenos animais integrados com a propriedade destinada para pastagem e pecuária, nesse caso o arrendamento de pasto é comum para manutenção do rebanho. Os produtos aqui cultivados e a agricultura familiar destinam-se ao consumo, comércio nas feiras livres e venda direta porta a porta.

Para produção, os agricultores dependem de equipamentos de terceiros, como o uso de tratores, plantadeira e outros implementos. Para facilitar esse trabalho uma iniciativa a ser tomada deveria ser o incentivo de compras de equipamento de formas associativas. No manejo dos lotes de ambos os assentamentos, é comum a presença de rotação de culturas consorciadas, como milho, feijão, fava e abóbora. A diversificação da produção e as condições agroecológicas integradas ao sistema agroflorestal são medidas favoráveis de combinação entre o meio ambiente e o trabalho na propriedade.

A diversificação é um fator que traz desenvolvimento para a agricultura familiar. Para tal, é importante a implementação de estratégias de investimentos e o acesso à linhas de financiamentos de ampla abrangência, sendo conveniente aos gargalos de produção e infraestrutura nos assentamentos.

Em relação ao crédito rural, no caso do PRONAF, os moradores do PA Sol Nascente alegaram a dificuldade de assistência para reestruturação do projeto, como também a aquisição de política de assistência técnica e extensão rural. No assentamento Fazenda Serrador, entre os gargalos da dificuldade da produção, a dívida do financiamento do PCT foi colocada como obstáculo.

A reforma agrária é um instrumento viável que possibilita aos trabalhadores rurais o acesso à terra, sendo o bem indispensável para produção. Para os resultados dessa política é necessário analisar os mecanismos de execução e as peculiaridades regionais.

Enfim, cabe agora avaliar se ambos os assentamentos, constituídos por diferentes programas, foram capazes de contribuir para os efeitos da economia local e produção de alimentos. Logo, a resposta da pesquisa demonstra que alguns fatores foram importantes para o desenvolvimento dos assentamentos como, por exemplo, o tamanho de hectares dos lotes, a fertilidade do solo e a organização socioprodutiva.

Os elementos destacados foram potencializadores para diversidade e qualidade da produção, garantindo a segurança e a soberania alimentar nos cultivos dos alimentos. Diante do exposto, é importante abordar a finalidade da função social da terra e os meios de desenvolvimentos como utilidade social para as famílias e para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Agrária**, nº 1, pp. 2-15, 2004.

ANDRADE, Manoel Correia de. A questão da terra na primeira republica. In SILVA, Sérgio, S.; SZMRECSÁNY, T. (Org.). **História econômica da primeira república**. São Paulo: Hucitec/FAPESP/ABHE. Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica/ USO). 1996. p. 143-153.

_____. **A questão do território no Brasil**. Editora HUCITEC, Ed. 2ª São Paulo, 2004.

_____. A reforma agrária e os planos regionais. **Bol. de Geografia-UEM**. Ano 5-nº 1, Março, 1987.

_____. Espaço Agrário Brasileiro: Velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. In: **GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 12, p. 11- 19, 2002.

ANDRADES, Thiago Oliveira de e GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação capitalista. In:“**Revolução Verde, Agricultura e Capitalismo – O Livro Cinza do Pacote Tecnológico do Agronegócio**”. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, 2010, p. 21-31.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e violência em terras Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009. 248p.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD; IPEA; FJP (s/p, 2013). Disponível em<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/francisco-sa_mg> Acesso em 10/2017.

BARBOSA, Marlon Duarte. et al. **Estudos de Reordenamento Agrário** Nº 5. Brasília, 2007. 276p.

BARBOSA, Rômulo Soares. et al. Direitos Humanos e a Monocultura de Eucalipto: uma análise da comunidade Canabrava - Norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**. v. 9, n. 2, jul./dez. 2014, p. 1-12.

BECKER, Bertha K. **Brasil Tordesilhas ano 2000**. Revista Território. Rio de Janeiro. Ano IV, nº7. p. 7-23, jul./dez. 1999.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 301 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Debaixo da lona, debaixo do céu do sertão. In: **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. 1ed.Goiânia/GO: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006, v. 1, p.19

BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. 1ª edição, 1983, 234p.

BRASIL_ Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar. Brasília, 1999. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85505/203902.pdf?sequence=1>> Acesso em 04 /2018.

_____. Movimiento Regional Brasil por la Tierra. 2015. Disponível em <<https://porlatierra.org/docs/9550893c66a233580621c487ee16ff97.pdf>> acesso em 06/2018.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acesso em 04/2018.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em 04/2018.

_____. II Plano Nacional de Reforma Agrária 2005- Disponível em <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/pnra/II_PNRA.pdf>. Acesso em 10/2017.

_____. Constituição da República federativa do Brasil. Brasília. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso 07/2017.

_____. Estatuto da terra. Brasília. 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso 06/2017.

_____. **Reforma agrária compromisso de todos**. Presidência da república Governo Fernando Henrique Cardoso, Brasília. 1997. p, 59.

_____. INCRA. O livro branco da grilagem de terras no Brasil, Brasília. 1999. p.110.

_____. Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6672.htm>. Acesso em 09/2017.

_____. Secretaria de Casa Civil de Relações Institucionais/ MG, 2005. Disponível em <<http://Www.Iof.Mg.Gov.Br/Index.Php?/Geral/Geral-Arquivo/Bird-Aprova-Programa-Social-Em-Minas.Html>>. Acesso em 09/2017.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, 2013. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolu%C3%A7%C3%A3o_95_-_Regulamento_Operativo_do_PNCF_-_ad_referendum_-_DOU.pdf>. Acesso em 11/2017.

_____. Legislação Mineira, 2005. Disponível em <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&nu m=44097&ano=2005>>. Acesso em 10/17.

_____. Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 < Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp93.htm>. Acesso 10/17.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA). Cartilha Seda. 2017. Disponível em < <http://agrario.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/SC-0008-15-Cartilha-Desenvolvimento-Agrário-15x21cm-SITE2.pdf>>. Acesso em 11/2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Reforma agrária por conflitos. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain. (Coord.) et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 17-128.

Cadastro Ambiental Rural (CAR) Boletim Informativo (2015) Disponível em <<http://porteiradomato.com.br/dados-do-cadastro-rural-mostram-a-concentracao-de-terras-no-brasil/>>. Acesso em 10/2017.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMARGO, Lidiane. O Banco da Terra em Santa Catarina: da crítica às possibilidades. 2003. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. O regionalismo mineiro. **Caderno Geográfico do Departamento de GeoCiências da Unimontes Montes Claros**, v. 1, n.3, p. 31-35, 1999.

CARNEIRO, Geralda Vânia Nogueira Fonte Boa. O lugar e a vida de pequenos produtores. In: **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/ Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais**. (Org) SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. et al. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 13-35.

CARVALHO, Horácio Martins. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba, 1998. Disponível em <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Formas_associativismo_vivenciadas_pelos_trabalhadores_rurais.pdf>. Acesso em 05/2018.

CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Poções Francisco Sá. 2016 Disponível em < http://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-34/>. Acesso 10/2017.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária**. São Paulo. Ed. Moderna. 3ª Edição. 1996.

CLEPS JR, João. Disputas territoriais, reforma agrária e política de criação de assentamentos rurais em Minas Gerais: conjuntura e diversidade dos conflitos no campo e da Reforma Agrária. **Campo-território: revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-18, jun. 2014.

_____. Questão agrária, Estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. Org. SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos. São Paulo. Expressão Popular, 2010, p-35-54.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas e FERNANDES, Bernardo Mançano. Mecanismos de obtenção dos territórios dos assentamentos rurais nas mesorregiões oeste paranaense e centro-sul paranaense - 1984-2008. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** – Artigo do mês: agosto de 2009. Disponível em < http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/8artigodomes_2009.pdf> Acesso em 10/17.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8 ed. Ver. E ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Silviane Gasparino. et al. O cultivo de *Rícinus Communis* como alternativa para a agricultura familiar norte mineira: a produção de biodiesel nos municípios de Nova Porteirinha e Matias Cardoso. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), v. 40, p. 143-158, 2015.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/ Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. (Org) SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. et al. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 77-97.

_____. Tempo reversivo e espaço transfigurado: etnocídio nas veredas do Sertão. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, p. 161-193, 2011.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Os Nomes que Nomeiam um Modo de Vida: as territorialidades do campesinato do sertão nortemineiro. In: **Primeiro Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento: contradições, desafios e perspectivas**, 2012, Salvador. Primeiro Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento: contradições, desafios e perspectivas. Bahia: UFBA, 2012. v. 1.

CRUZ, Nelson Ney Dantas. Modos de vida e territorialidades nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Ra'ega** (Online). Curitiba, n. 16, p. 93-100, Editora UFPR. 2008.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Pesquisa Nacional – Dataluta – MST. Presidente Prudente, 2008.

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatório dos agrobusiness. In: **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. (Orgs) LUZ, Cláudia; DAYREL, Carlos. Montes Claros: CAA-NM, 2000.p. 189-272.

ESTEVES, Marcel Petrocino. O Modelo de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: implicações dos programas executados no Brasil e na América Latina.. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Actas del XII Colóquio Internacional de Geocrítica.. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p. 1-14.

FAUSTO, Boris: **História do Brasil**. Edusp, São Paulo, 1995.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. A Luta pela terra no norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra- MST: estudo da Brigada Camilo Torres. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar; BARBOSA, Rômulo Soares. A Dinâmica de Luta pela Terra no Norte de Minas Gerais. In: João Cleps Júnior; Janete A. Gomes Zuba; Antônio Maurílio A. Feitosa. (Org.). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. 1ed.Goiânia/GO: Ed UCG, 2006, v. 1, p. 171-195.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 316.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC**, 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf>. Acesso em 06/2018.

_____. Vinte Anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo luta. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 273-29.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, março de 1994. p. 208.

_____. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera* – Ano 8, N. 6. 2005. p. 14 – 34.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. (Org) João Pedro Stédile, (Assistente de pesquisa) Douglas Estevam. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular. v.7. 2013. 288p.

_____. **Reforma agrária no Governo Lula: a esperança**. 2003. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em 10/2017.

FONSECA, Ana Ivania Alves. Agricultura familiar como sustentabilidade: estudo de caso do Planalto Rural de Montes Claros - MG. 2012. 181 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2012.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da. O Horizonte Humanista. In: **Geografia e modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2011.p. 304-337.

GROFF, Apoliana Regina. et al. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. **Revista Psicologia Política** (Impresso), v. 9, p. 113-128, 2009.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 90 p.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro. Garamond, 2001, 288p.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, 108p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, v. 28, 2013. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_da_Extracao_Vegetal_e_da_Silvicultura_\[anual\]/2013/comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_da_Extracao_Vegetal_e_da_Silvicultura_[anual]/2013/comentarios.pdf)>. Acesso em 10/2017.

IBGE. (2010). Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>>. Acesso em 10/2017.

Índice de Gini. INCRA-DF NERA/LAGEA (2016) Disponível em<<http://www.lagea.ig.ufu.br/bancodedadosdatalutaminas.html>>. Acesso 10/2017.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura- IICA. Projeto Áridas Nordeste. Política e Estratégia para o desenvolvimento sustentável da região semi-árida do Nordeste. Maio, 1993.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA **Assentamentos**. Disponível em<<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso 05/2017.

LEITE, Romana de Fátima Cordeiro. Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re) configuração da rede urbana regional. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série antropologia, Brasília-DF, 2002, p. 01-32.

LOCH, Carlos. A Importância da Estrutura Fundiária no Planejamento Municipal. **GEOSUL**. v. 3, n. 5, 1988. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12684/11844>>. Acesso 11/2017.

MAIA, Doralice Sátyro. A ferrovia nas cidades bocas de sertão: alterações na morfologia e na estrutura urbana. **TERRA BRASILIS (NOVA SÉRIE)**. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, v. 8, p. 1-16, 2017.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre. Editora de UFRGS, 2003a.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo soc.** vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003b.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1981.

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012, p. 301-325.

MELO, João Alfredo Telles. **Reforma agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Brasília, 2006, p. 239.

MELO, Paulo César Tavares de, D.Sc. Definições e Critérios de Classificação das Hortaliças. **Disciplina Horticultura USP/ESALQ** – Departamento de Produção Vegetal. 2013, p.80. Disponível em <<http://www.esalq.usp.br/departamentos/lpv/lpv0480/2502%20Classificacao%20Olericultura.pdf>>. Acesso 11/2017.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 8, n. 2, p.274-289, ago/2014.

MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. **In: Geografia agrária, território e desenvolvimento**. Org. SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roselí Alves dos. São Paulo. Expressão Popular, 2010, p.13-34.

MOREIRA, Hugo Fonseca. “Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. 129 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Auricharme Cardoso de. O Banco Mundial e a Reforma Agrária de Mercado no Norte de Minas. In: V Congresso em Desenvolvimento Social: Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2016, Montes Claros. Anais do V Congresso em Desenvolvimento Social. Montes Claros: Unimontes, 2016. p. 5-16.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Política de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho no Brasil**. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2002. 128p.

_____. Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: (Caminhos da Geografia). Contexto, 1991. 164 p.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. In (Org) João Pedro Stedile. 1ed. São Paulo. Expressão popular. v.6, 2013, p. 388.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de; CLEPS JR, João. Migrações internas no sertão das gerais: “a esperança de melhoria de vida”. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.4, n.2, jul./dez. 2002, p. 1-19.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. Vidas Secas: sertanejos migrantes e a dinâmica do mercado de trabalho no Norte de Minas Gerais. In: Luciene Rodrigues; Cláudia Maia. (Org.). **Cerrado em Perspectiva(s)**. 1º ed. Montes Claros (MG): Editora Unimontes, 2003, v. 1, p. 109-148.

PEDROSA, Rosângela Aparecida. A importância dos quintais produtivos na economia familiar. Agroecol, Dourado, MS, 2016. Disponível em <<http://www.cpaembrapa.br/cds/agroecol2016/PDF%27s/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>> Acesso em 06/2018.

PEREIRA, Luis Carlos. O agronegócio nas áreas de reforma agrária do Norte de Minas: as contradições da subordinação das famílias e os impactos à saúde e ao ambiente. 2016. Dissertação. 212 f.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado/ Sérgio Sauer, João Marcio Mendes Pereira (Orgs.) tradução Werner (inglês) e Sérgio Sauer (espanhol) 1 ed.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. 13-47p.

PEREIRA, João Márcio Mendes e SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado/ Sérgio Sauer, João Marcio Mendes Pereira (Orgs.) tradução Werner (inglês) e Sérgio Sauer (espanhol) 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 173-206p.

PINTO, Maria Dina Nogueira. Mandioca e Farinha: subsistência e tradição cultural. Série Encontros e Estudos. Seminário Alimentação e Cultura-Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/FUNARTE/Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plástico- Ministério da Cultura, 2002.

PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, Poder Privado e Violência: o Campo Político Norte-mineiro Durante a Primeira República**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. 194p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. (Orgs) LUZ, Cláudia; DAYREL, Carlos. Montes Claros: CAA-NM, 2000. 307 p.19-45

PRADO JR, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960 / João Pedro Stedile (org) ; Douglas Estevam**. 2. ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2011.304 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem-sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo. (Org.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo e Brasília: Editora da UNESP e NEAD, 2009, v. 2, p. 1-30.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006). Tese de Doutorado. UNESP-Presidente Prudente, 2008, f. 428.

RATZEL, Friedrich. O povo e o seu território. In: **Ratzel**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo-SP: Ed. Ática. (Col. Grandes Cientistas Sociais) 1990.p. 73-82.

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**, Lisboa, Bertrand, 1956, p.23.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer): institucionalidade, subsídio e eficácia**. Texto para discussão nº 648. Rio de Janeiro, 1999.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**.

Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. (Orgs) LUZ, Cláudia; DAYREL, Carlos. Montes Claros: CAA-NM, 2000. p. 47-106.

ROCHA, Benícia Figueiredo. Avaliação econômica da política de reforma agrária no Brasil: o caso do Paraterra-MG, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, Boletim, 2001.

ROCHA, Herivelto Fernandes; FERNANDES, Bernardo Mançano. “**Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil**: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira: estudo dos assentamentos da região centrosul”. Relatório fina FAPESP. Presidente Prudente, Junho, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**, São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTAGADA, Salvatore. A situação social do Brasil nos anos 80. **Revista Fundação de Economia e Estatística**. v. 17, n. 4. 1990.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 1964 (2004). In: **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. (Org) João Pedro Stédile. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224p.

SANTOS, Ellen Vieira. et al. Socioterritorialidade: a inter-relação cultura-território-educação do campo. In: **Estudos Agrários**: a complexidade de rural contemporâneo. Org: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Enéas Rente Ferreira, Adriano Corrêa Maia. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011. p.77-95.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. Os irrigantes do Projeto Jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 5, p. 349-372, 2010.

SANTOS, Roselí Alves dos; SAQUET, Marcos Aurélio. Considerações sobre a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. In: **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. Org. SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roselí Alves dos. São Paulo. Expressão Popular, 2010, p.201-218.

SAQUET, Marcos Aurélio. Espaço e território. In: **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1ª ed. São Paulo. Editora Outras expressões, 2011, p. 19-27.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010, 98-126p.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política** vol.30 n°3 São Paulo July/Sept. 2010.

SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuad. antropol. soc.** n.20 Buenos Aires jul./dic. 2004.

SILVA, Danielle Fabiane da; CLEPS JR, João. A territorialização da Reforma Agrária de Mercado em Minas Gerais e a problemática da implantação do Banco da Terra no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. **Horizonte científico** (Uberlândia), v. 6, p. 2012.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustrações camponesa ou instrumento de desenvolvimento**. ZAHAR EDITORES. Rio de Janeiro, 1971.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. Coleção primeiros passos, ed, Brasiliense. 1980.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996b.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996a.

SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira e; RAMOS, Pedro. Reforma agrária brasileira: uma análise dos limites e benefícios da via "tradicional" e da via do "mercado". Retratos de assentamentos, v.16, n.2, 2013.

SILVA, Simon Riemann Costa e. **Da redemocratização do Brasil através das Constituições de 1946 e 1988**. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, año 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. p. 189–207.

SIPRA/ SDM. Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação (2010). Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundiaria/assentamentos_2001_a_2010.pdf> Acesso em 04/2018.

SOUZA, Elenira de Jesus. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Atualização do Cadastro dos Movimentos Socioterritoriais para o Ano de 2007. Relatório parcial, 2009, p. 92.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional:1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 304.

_____. História da questão agrária no Brasil. In: **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. (Org) João Pedro Stédile. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224p.

SOLDATI, Gustavo Taboada. Produção, transmissão e estrutura do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em três grupos sociais distintos: uma abordagem evolutiva. Tese (Programa de Pós Graduação em Botânica) Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2013.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de. et al. Segurança Alimentar e Nutricional e Qualidade de Vida em Assentamentos Rurais. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 20, p. 13-23, 2013.

TUPYNAMBÁ, Yara. Apresentação. In: SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem as nascentes do rio São Francisco**. Revisitado Antonio Liccardo & Júlio César Mendes. Projeto Gráfico: Ronald Péret. Ouro Preto – MG, 2001, p.73.

VASCONCELOS, Camila Thaís Diniz. As relações intergovernamentais na formulação e implementação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Estado de Minas Gerais, dissertação de mestrado, PUC Minas, Brasil. 2016.p. 138.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da Anpocs**. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

YouTube. Frei Gilvander entrevista Samuel. **Assentamento Estrela do Norte, do MST, em Montes Claros, MG; exemplo de luta pela terra. 11/07/16**. Vídeo (8min44s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SdwVhDXYUqw>> Acesso em 07 de Março de 2018.

APÊNDICE



QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

I) Identificação do assentado e características gerais da propriedade

Nome do assentado (a): _____
 Origem dos assentados: _____
 Tempo de existência no assentamento: _____
 Participou do processo de ocupação: sim () não ()
 Teve experiência em acampamento: _____
 Acesso à terra: desapropriação () financiamento () outro ()
 Porque tomou a decisão de entrar na lua pela terra: _____
 Número de famílias assentadas: _____
 Área total do assentamento: _____
 Tamanho do lote cadastrado: _____
 Quais os principais problemas e conflitos existentes no assentamento: _____
 Identificação: dono da propriedade () arrendatário () comprou de outro assentado () aluguel () outro: _____
 Já possui documentação do lote: sim () não ()
 Já morou em outro assentamento: _____
 Houve desistência de algum assentado? sim () não ()
 Como é funcionamento do vínculo coletivo no assentamento: _____
 As famílias tiveram acesso à cursos de capacitação: _____
 Tem associação? Qual o engajamento dos assentados: _____
 Relação dos assentados com as lideranças: MST () Sindicatos () ONGs () FETAEMG () CPT () Outro: _____

II) Quadro natural e características físicas do assentamento

Fertilidade do solo: boa () ruim ()
 Práticas agroecológicas: sim () não ()
 Disponibilidade e distribuição de água: rio () poço artesiano () Programa Um Milhão de Cisternas () cisterna-calçadão () caminhão pipa () outro ()
 Quais seriam as ações para melhoria e desenvolvimento do assentamento: _____
 Fatores limitantes _____

III) Organização produtiva

Proximidade dos mercados locais: sim () não ()
 Trabalho familiar: sim () não ()
 Tem práticas de irrigação: sim () não ()
 Produção para autoconsumo: sim () não ()
 Participa de feira da agricultura familiar: sim () não ()
 Principal fator para geração de renda: pecuária () agricultura () pecuária/agricultura () trabalho na cidade () aposentadoria ()
 Níveis de rendimento familiar: muito satisfatório () bom () regular () ruim ()
 É possível exercer um processo produtivo rentável e sustentável, como? _____
 Outro: _____

Cria animais: sim () não ()

Há presença de consórcios na lavouras junto à criação do gado ou outros cultivos: _____

Como é a organização do trabalho entre o homem e a mulher: _____

Assistência técnica: sim () não ()

IV) Infraestrutura básica

Condição de moradia: _____

Crédito habitação: sim () não ()

Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) _____

Água encanada: sim () não ()

Poço artesiano comunitário: sim () não ()

Energia elétrica: sim () não ()

Acesso a estradas: _____

Condições de escoamento da produção e trafegabilidade: _____

Presença de escola: sim () não ()

Sinal de telefone: _____

Como avalia as condições do assentamento: _____

V) Acesso à políticas públicas e crédito rural

Propera: sim () não ()

Pronaf: sim () não ()

Crediamigo: sim () não ()

PNAE: sim () não ()

PAA: sim () não ()

Pronera: sim () não ()

Se sim, qual (is) linhas e como foram utilizada (s) _____

Houve dificuldades para acesso a linhas de créditos? _____

Outro: _____

VI) Organização política e relações institucionais

Atuação da prefeitura: _____

Visita do INCRA: _____

Outro: _____

VII) Relações de pertencimento com a terra

Qual o significado da terra (valor simbólico) _____

Há realização de práticas culturais no assentamento: fogueira de São João () festas religiosas () folia de reis ()

Outro: _____

Espaços de sociabilização dos assentados: agrovila () lugar de encontro () reuniões () agrupamentos () lazer ()

VIII) Percepção das famílias sobre suas condições de vida no assentamento

Educação: houve avanço () retrocesso () permaneceu igual ()

Moradia: houve avanço () retrocesso () permaneceu igual ()

Infraestrutura: houve avanço () retrocesso () permaneceu igual ()

Alimentação: houve avanço () retrocesso () permaneceu igual ()

Saúde: houve avanço () retrocesso () permaneceu igual ()

Condições econômicas: houve avanço () retrocesso () permaneceu igual ()

ANEXO

Historico e História dos Sem Terra

Agora para meus vances
 Com poesia decada
 Começou em 2001 uma história de luta
 Feroz e quase encarnizada
~~na~~ na fazenda Senharó
 Com o pessoal da estrada.

Eles reuniram na cidade
 Tomaram uma decisão
 Vamos acampar no BR
 Da Estrada da Produção
 Em frente a fazenda Senharó
 Reivindicar um pedaço de chão.

A fazenda tava desdechada
 Assim falou seu Jerônimo
 Eles queriam um pedaço de terra
 Pra produzir alimento pra matar a fome
 Chegou ali um latifundiário
 Dizendo que era o dono.

Começou a perseguir eles
 Querendo mandar até na BR
 Voçes cai para daqui senão vai levar ferro
 Empurrou um companheiro 50 metros
 Com o cano do berro
 Dizendo, isso aqui é meu, comprei na Usiferro

E poi por este latipundiário
 Que tudo veio acontecer
 Botou fogo nos barracos
 Pois o povo pra correr
 Atirou num companheiro
 Que quase veio a morrer.
 ⑤

A polícia ficou sabendo
 Desse tremendo acontecido
 Não tomou nem uma providência
 Pra prender este inimigo
 Por que aqui não existe lei pra rico
 E o pobre é desvalido.
 ⑥

Os companheiros voltaram pra cidade
 Pensou bem o que fazer
 Pediu ajuda dois companheiros
 Avilmar e Paulo da CPT
 Que foi lá no noroeste
 E trouxe o MST
 ⑦

Eles fizeram um trabalho de base
 E convidaram outros a concorrer
 Vamos quebrar o galão dele
 Pode até se escrever
 24 de Abril de 2003 antes do dia amanhecer
 Ocupamos a sede da fazenda
 Colocamos também o latipúndio pra correr.
 ⑧

1 1

Ele trouxe a polícia
 Pra fazer algo em prol
 O povo tava organizado
 Unidos igual o milho no palaf
 Os estaque na cancela
 Era o companheiro Jorge e Sol.

9

Os dois pareciam um leão africano
 Um de lá e o outro dali
 Os dois falavam sério nem sequer um sorriso
 Aenov na cara do latipúndio
 Você nunca mais entra aqui.

10

A situação tava quente
 E o povo todo agitado
 Olhava lá pra BR polícia pra todo lado
 Não a favor dos Sem terra
 Mas do Mais do latipúndio.

11

A polícia picou lá uns três dias
 Dizendo que estava nos dando proteção
 Mas estavam era pesquisando
 Pensando que eramos ladrões
 Foi embora que viu que era trabalhador
 Lutando por terra e pão.

12

E ali pra produzir. Nós cultivamos a seca terra
 Plantamos soja e colhemos
 No pé de uma Serra
 Emprantando do latipúndio
 A mais tremendo guerra,

(13)

O homem em desespero foi tratar-se de ação
 Para ve se derrotava Todo aquele povão
 Trouxe 5 liminat e entregou nas nossas mão
 Mais todas foi derrubada
 Graças a Deus e ao doutor Marção.

(14)

A fazenda era pequena
 Não cabia todo pessoal
 Fizemos um sorteio na combuca
 Aonde muitos se deram mau
 Porque esperavam sua posse ali
 Mais a sorte foi individual.

(15)

Só 31 famílias foi sorteada de todo aquele
 povão

O incria mais que depressa fez a legitimação
 E nós se queremos terra
 Tava que fazer esta ocupação.

(16)

No dia 13 de fevereiro de 2005
 teve uma grande reunião

O Hip perguntou quem vai ocupar
 Só 5 arribou a mão

José Vieira, Jerônimo Gomes,
 Nôe Ramos e Antônio do Pilão

E o outro não lembra mais não.

(17)

O Hip tava preparando o povo

Mas ele não era um parasteiro

Era mais velha de luta
 Com dez anos de carreira

1 1

E disse se vocês não quiserem ir
Eu ocupo com os cinco companheiros.

(19)

As os companheiros decidiu continuar a jornada
E os cinco que tinham dado sim
Ficaram mais animados

Por que é da união que nasce a força
E com ela nunca seremos derrotados.

(18)

No dia 11 de 03 de 2005

Pensamos bem o que tinha que fazer
Ocupamos a Colúmbia já quase ao escurecer
E tudo ocorreu bem graças a Deus e seu poder.

(19)

No outro dia de manhã o Sol saiu um pouco
quente

Fizeram uma reunião as preces |

Por ordem do dirigente

Discutir em cada núcleo o nome do acampamento

(20)

Os grupos reunidos pensaram ali ligeiramente

Por ser um lugar bonito e plano

Do nascer até o poente

Por isso foi batizado por todos

Acampamento Sol Nascente.

(21)

Colocamos nomes nos grupos

Por finalidade, não de carreira

Sallete Strozak e Che Guevara

Guerreiro da Terra e Sebastião Perreira

norma®

E o nome da vila da velicidade quem pôs foi
Dona Gêra

E sobre os nossos vizinhos pra nós nem pede enen-
cheira.

(22)

Nós fomos lá pra vila enfrentar mais uma
vida dura

Foi pra tocar um coletivo já preparando para
o futuro

Mas só que não deu certo faltou dinheiro para
a estrutura.

(23)

O mas foi tudo pacífico

Não teve nem uma liminar

Com um ano e um mês já fizemos o pda
Agora estamos esperando o IEF liberar.

(24)

Nós somos um povo unido

E vamos ser todos os dias

Sentimos dentro do coração esta grande mara-
lha

E por isso que queremos que assenta

As 48 famílias.

(25)

Este é o histórico do grupo Sebastião Perreira

Que vive lá na vila como simples companheiro

Aqui lá não tem quem panta é o carroceiro

Mas espero que um dia vai ter com pé em

Que é nosso Deus Verdadeiro.

26

~~26~~

11

26

Estou entregando o nosso histórico

Para a equipe do PPA

Obrigado por ter vindo de tão longe

A fim de nos ajudar

Com os erros que têm aqui

Peço pra nos desculpar.

Histórico do Grupo Selma e Pereira